

FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

FACULDADE DE MEDICINA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE E DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO
CENTRO-OESTE

KAMILA RODRIGUES PAIXÃO

**ANÁLISE DA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM PROGRAMAS
DE ATIVIDADES FÍSICAS ADAPTADAS NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL:
E A PROMOÇÃO DA SAÚDE?**

CAMPO GRANDE
2025

KAMILA RODRIGUES PAIXÃO

**ANÁLISE DA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM PROGRAMAS
DE ATIVIDADES FÍSICAS ADAPTADAS NO ESTADO DE MATO GROSSO DO
SUL: E A PROMOÇÃO DA SAÚDE?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste. Linha de pesquisa: Avaliação de tecnologias, políticas e ações em saúde.

Orientador: Prof. Dr. Junior Vagner Pereira da Silva.

CAMPO GRANDE
2025



Ata de Defesa de Dissertação
Programa de Pós-Graduação em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste
Mestrado

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, às treze horas, na Sala 4 - Bloco 8 (Educação Física), da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos membros: Junior Vagner Pereira da Silva (UFMS), Fernando Cesar de Carvalho Moraes (UFMS) e Vera Licia de Souza Baruki (UCDB), sob a presidência do primeiro, para julgar o trabalho da aluna: KAMILA RODRIGUES PAIXÃO, CPF ***.393.241-**, Área de concentração em Saúde e Sociedade, do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste, Curso de Mestrado, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, apresentado sob o título "ANÁLISE DA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM PROGRAMAS DE ATIVIDADES FÍSICAS ADAPTADAS NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL: E A PROMOÇÃO DA SAÚDE" e orientação de Junior Vagner Pereira da Silva. O presidente da Banca Examinadora declarou abertos os trabalhos e agradeceu a presença de todos os Membros. A seguir, concedeu a palavra à aluna que expôs sua Dissertação. Terminada a exposição, os senhores membros da Banca Examinadora iniciaram as arguições. Terminadas as arguições, o presidente da Banca Examinadora fez suas considerações. A seguir, a Banca Examinadora reuniu-se para avaliação, e após, emitiu parecer expresso conforme segue:

EXAMINADOR(A)	ASSINATURA	AValiação
Dr. Junior Vagner Pereira da Silva (Interno) Presidente da Banca Examinadora	 Documento assinado digitalmente JUNIOR VAGNER PEREIRA DA SILVA Data: 01/04/2025 08:46:24-0300 Verifique em https://validar.it.gov.br	<input checked="" type="checkbox"/> Aprovação <input type="checkbox"/> Aprovação c/ revisão <input type="checkbox"/> Reprovação
Dra. Alexandra Maria Almeida Carvalho (Interno) (Suplente)		<input type="checkbox"/> Aprovação <input type="checkbox"/> Aprovação c/ revisão <input type="checkbox"/> Reprovação
Dr. Fernando Cesar de Carvalho Moraes (Externo)	 Documento assinado digitalmente FERNANDO CESAR DE CARVALHO MORAES Data: 01/04/2025 15:47:34-0300 Verifique em https://validar.it.gov.br	<input checked="" type="checkbox"/> Aprovação <input type="checkbox"/> Aprovação c/ revisão <input type="checkbox"/> Reprovação
Dra. Vera Licia de Souza Baruki (Externo)	 Documento assinado digitalmente VERA LICIA DE SOUZA BARUKI Data: 01/04/2025 13:38:34-0300 Verifique em https://validar.it.gov.br	<input checked="" type="checkbox"/> Aprovação <input type="checkbox"/> Aprovação c/ revisão <input type="checkbox"/> Reprovação

RESULTADO FINAL: APROVAÇÃO APROVAÇÃO COM REVISÃO REPROVAÇÃO

OBSERVAÇÕES: Correções de ordem gramaticais.

Documento assinado digitalmente
 KAMILA RODRIGUES PAIXÃO
Data: 01/04/2025 12:43:59-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Assinatura do(a) Aluno(a)

Nada mais havendo a ser tratado, o(a) Presidente declarou a sessão encerrada e agradeceu a todos pela presença.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus e à Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, por me sustentarem em cada passo dessa caminhada, iluminando os caminhos mesmo nos dias mais desafiadores.

À minha mãe, Cleide Rodrigues Pereira, minha base e inspiração de força e coragem. Ao meu pai, Sebastião Pereira, por seu apoio constante e palavras de incentivo. À minha irmã, Ana Beatriz Rodrigues Pereira, pela companhia amorosa, por acreditar em mim e vibrar com cada conquista.

Ao meu noivo, Matheus Queiroz, meu companheiro de vida, com quem divido sonhos, lutas e vitórias. Seu apoio incondicional foi fundamental em cada etapa deste processo.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Junior Vagner Pereira da Silva, pela competência, seriedade e comprometimento com a pesquisa, bem como pela orientação precisa, cuidadosa e inspiradora, que foram fundamentais para a construção e o desenvolvimento deste trabalho. Sua escuta atenta e incentivo constante me deram segurança ao longo de todo o percurso acadêmico.

À Prof.^a Dr.^a Vera Lícia de Souza Baruki, por ter acreditado em meu potencial desde a graduação, me incentivado a ingressar no mestrado e continuado a me acompanhar com generosidade e dedicação. Sua presença foi essencial para que este sonho se tornasse realidade.

Ao Prof. Dr. Fernando César de Carvalho Moraes, pela escuta sensível e pelas contribuições relevantes, que enriqueceram este trabalho.

À minha psicóloga, Luana Caroline, por ter me ajudado a cuidar da minha saúde mental ao longo do processo, acolhendo minhas angústias com empatia e me fortalecendo emocionalmente para seguir com firmeza e equilíbrio.

Aos meus colegas do mestrado, que tornaram essa caminhada mais leve e significativa, com trocas, companheirismo e acolhimento.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo fomento à pesquisa e pela concessão da bolsa, que possibilitou me dedicar integralmente aos estudos e à elaboração desta dissertação.

À Fundesporte, pelo fornecimento de dados e informações que contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa.

A todas as pessoas que, direta ou indiretamente, estiveram ao meu lado neste percurso, oferecendo palavras, gestos e presenças que me fortaleceram.

Aos que acreditam no poder da educação como ferramenta de transformação, obrigada!

RESUMO

A promoção da saúde e a inclusão social de pessoas com deficiência são pilares fundamentais para uma sociedade equitativa. Nesse contexto, a atividade física adaptada (AFA) desponta como ferramenta interessante para o desenvolvimento integral da pessoa com deficiência. Diante da necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a temática, este estudo se justifica pela relevância social e científica de investigar como a inclusão de pessoas com deficiência em programas de AFA se efetiva no Estado de Mato Grosso do Sul. Esta dissertação objetivou analisar a inclusão das pessoas com deficiência em programas de AFA fomentados pela Fundesporte no contexto educacional do Estado de Mato Grosso do Sul. Especificamente, objetivou investigar os programas de AFA desenvolvidos e as pessoas com deficiência atendidas, identificar as AFAs fomentadas, analisar a existência de acessibilidade (programática e metodológica) e como ela se dá e avaliar os objetivos com os quais os programas voltados às pessoas com deficiência são desenvolvidos e como a promoção da saúde se encontra presente, além de analisar a abrangência, a magnitude e a continuidade desses programas. A pesquisa utiliza uma abordagem qualiquantitativa, com análise de documentos relativos à política pública de esporte para o contexto educacional desenvolvida pela Fundesporte. Os resultados apontam que, dos sete programas analisados, três contemplam pessoas com deficiências, sendo os atendimentos voltados exclusivamente ao paradesporto. Contudo, nenhum dos programas tem a inclusão de pessoas com deficiência como objetivo, seja geral ou específico. Dos 79 municípios que compõem Mato Grosso do Sul, apenas 20,26% foram contemplados ao menos uma vez com um projeto (abrangência). Dos 193 projetos implementados, 61,25% foram em Campo Grande e 21,24%, em Dourados, principais cidades do Estado (magnitude), sendo esses dois municípios os únicos que contaram com projetos em todos os anos analisados (continuidade), com relação positiva e estatisticamente significativa entre o número de projetos e a população em geral. Conclui-se que o Prodesc prioriza exclusivamente uma possibilidade de AFA e de esporte adaptado (EA), tendo pouco abrangência, pequena magnitude e descontinuidade.

Palavras-chave: políticas públicas; pessoas com deficiência; atividade física adaptada; esporte adaptado; paradesporto.

ABSTRACT

The promotion of health and the social inclusion of people with disabilities are fundamental pillars for an equitable society. In this context, adapted physical activity (APA) emerges as an important tool for the comprehensive development of individuals with disabilities. Given the need to deepen the understanding of this topic, this study is justified by the social and scientific relevance of investigating how the inclusion of people with disabilities in APA programs is carried out in the state of Mato Grosso do Sul. This study aimed to analyze the inclusion of people with disabilities in APA programs promoted by FUNDESPORTE within the educational context of the state of Mato Grosso do Sul. Specifically, it sought to investigate the APA programs developed and the people with disabilities served; identify the APA initiatives promoted; analyze the existence and implementation of accessibility (programmatic and methodological); assess the objectives guiding the development of programs for people with disabilities and the presence of health promotion; and examine the scope, magnitude, and continuity of these programs. The research uses a qualitative-quantitative approach, with document analysis related to the public sports policy for the educational context developed by FUNDESPORTE. The results indicate that, out of the seven programs analyzed, three include people with disabilities, with services exclusively focused on parasports. However, none of the programs have the inclusion of persons with disabilities as a general or specific objective. Of the 79 municipalities in Mato Grosso do Sul, only 20.26% were covered at least once by a project (scope). Of the 193 projects implemented, 61.25% were in Campo Grande and 21.24% in Dourados, the state's main cities (magnitude). These two municipalities were the only ones to have projects in all the years analyzed (continuity), with a positive and statistically significant relationship between the number of projects and the general population.

It is concluded that PRODESC exclusively prioritizes one type of APA and sports education, showing low scope, low magnitude, and discontinuity.

Keywords: public policies; people with disabilities; adapted physical activity; adapted sport; Paralympic sport

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	13
2.1	A EVOLUÇÃO DAS PERSPECTIVAS SOBRE A DEFICIÊNCIA: UMA REVISÃO DE PARADIGMAS	13
2.2	ESTIGMA: ALICERCE HISTÓRICO DA EXCLUSÃO.....	14
2.3	O PARADIGMA DA EXCLUSÃO: DA ANTIGUIDADE AO SÉCULO 20	17
2.4	PARADIGMAS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO: RAÍZES DA SEGREGAÇÃO	18
2.5	PARADIGMA DA INTEGRAÇÃO: UM PASSO ALÉM, MAS NÃO O SUFICIENTE	21
2.6	ROMPENDO BARREIRAS: O PARADIGMA DA INCLUSÃO.....	24
2.7	ATIVIDADES FÍSICAS SISTEMATIZADAS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	31
2.7.1	<i>Atividades físicas adaptadas.....</i>	<i>35</i>
2.7.2	<i>Esportes adaptados.....</i>	<i>39</i>
2.7.3	<i>Paradesporto</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
2.8	ATIVIDADES FÍSICAS ADAPTADAS E SEUS BENEFÍCIOS	47
2.9	BARREIRAS ÀS ATIVIDADES FÍSICAS ADAPTADAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	50
2.10	DIMENSÕES DA ACESSIBILIDADE E SUA APLICAÇÃO A ATIVIDADES FÍSICAS ADAPTADAS	54
2.11	POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATIVIDADE FÍSICA ADAPTADA COMO VEÍCULO DE PROMOÇÃO DA INCLUSÃO E DA SAÚDE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	57
3	OBJETIVOS	59
3.1	OBJETIVO GERAL.....	59
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	59
4	MATERIAIS E MÉTODOS	60
4.1	PESQUISA DOCUMENTAL.....	60
4.2	DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS EM RESPOSTA AO PROBLEMA DA PESQUISA POR OCASIÃO DO DELINEAMENTO DO PROJETO DE INVESTIGAÇÃO	60
4.3	CONSTITUIÇÃO DE UM QUADRO REFERENCIAL.....	61
4.4	CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA DE CATEGORIAS	63
4.5	DEFINIÇÃO DE UNIDADES DE ANÁLISE.....	63
4.6	DEFINIÇÃO DE REGRAS DE ENUMERAÇÃO.....	64
4.7	TESTE DE FIDEDIGNIDADE	64
4.8	TRATAMENTO DE DADOS	64
4.9	INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	64
5	ANÁLISE DOS DADOS	65

5.1	PROGRAMA MS DESPORTO ESCOLAR (PRODESC).....	65
5.2	ABRANGÊNCIA ANUAL DO PROGRAMA	78
5.3	MAGNITUDE DO PRODESC GUARDA-CHUVA	83
5.4	CONTINUIDADE ANUAL DO PRODESC GUARDA-CHUVA	87
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
	REFERÊNCIAS.....	103
	ANEXO 1- Quadro geral de modalidades esportivas adaptadas para pessoas com deficiência ...	114
	ANEXO 2 - A crônica <i>Pursuit of Cricket under Difficulties</i>,.....	121
	ANEXO 3 -Artigo submetido a Journal of Physical Education and Sport.	121

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com deficiência em atividades físicas adaptadas (AFAs) é um tema que vem ganhando evidência nas últimas décadas, refletindo uma mudança importante nas percepções sociais sobre a deficiência, as pessoas com deficiência e os direitos humanos. A crescente luta pelos direitos das pessoas com deficiência, materializada em instrumentos internacionais como a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Organização das Nações Unidas, 2006) e a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), coloca em destaque a necessidade e a urgência de assegurar condições equitativas de oportunidades de participação social dessa parcela da população.

Dados da Organização Mundial da Saúde (2012) revelam um desafio urgente de assegurar condições de igualdade de participação social das pessoas com deficiência, estimando que cerca de 15% da população mundial, o que equivale a aproximadamente 1 bilhão de pessoas, vive com algum tipo de deficiência. No Brasil, o Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou que 8,9% da população (mais de 18,6 milhões de brasileiros) declarou ter alguma deficiência. Especificamente em Mato Grosso do Sul, 7,3% da população tem algum tipo de deficiência.

Compreender que a concepção de deficiência passou por uma evolução importante ao longo dos anos e refletir sobre as mudanças nos paradigmas sociais se faz necessário. Historicamente, a deficiência foi associada à perspectiva biomédica, que a via como uma limitação individual a ser tratada ou curada (Aranha, 2001). No entanto, essa visão tem sido gradualmente substituída por uma abordagem inclusiva, que reconhece a deficiência como uma construção social, influenciada por fatores culturais, econômicos e políticos (Sasaki, 2007).

Essa mudança de perspectiva se reflete nos paradigmas que permeiam a relação da sociedade com a deficiência, passando de abordagens que excluía e segregavam para perspectivas que reconhecem a necessidade de inclusão e participação ativa das pessoas com deficiência na sociedade (Aranha, 2001; Sasaki, 2007). Trata-se de um meio ético e social que requer uma profunda reestruturação das nossas práticas e políticas sociais.

Entre os ambientes e contextos nos quais a inclusão deve se fazer presente, encontram-se aqueles relacionados às atividades físicas. Alguns autores, como Piggitt (2021, p. 5), compreendem que “atividade física envolve pessoas que se movimentam, agem e atuam em espaços e contextos culturalmente específicos e são influenciadas por um conjunto único de interesses, emoções, ideias, instruções e relacionamentos”.

Entre os tipos de atividades físicas, o interesse deste trabalho está nas AFAs. Sendo assim, compreender o conceito de AFA para além da perspectiva tradicional, que se limita a aspectos biomédicos e comportamentais, é fundamental. Deste modo, segundo Sherrill (1998 apud Borella, 2010), as AFAs podem ser definidas como atividades e esportes ajustados para atender às necessidades de pessoas com deficiência visando promover inclusão e participação. A literatura aponta que a participação em AFAs é importante, não apenas para a saúde física, mas também para o desenvolvimento social e a inclusão das pessoas com deficiência (Seron; Fisher, 2018).

Em que pese ser essencial a inclusão das pessoas com deficiência, a realidade delas ainda é marcada por desafios significativos, em decorrência de inadequações sociais que figuram como barreiras (Seron et al., 2015). Entre essas barreiras, podem ser citadas as relacionadas à falta de acessibilidade arquitetônica (ausência de rampas, pisos táteis, equipamentos adaptados e profissionais capacitados para atender às necessidades específicas das pessoas com deficiência), atitudinal (comportamentos que prejudicam a participação social), metodológica (reformular métodos e abordagens tradicionais para incluir as necessidades específicas de pessoas com deficiência), programática (dificuldade ou impedimento à utilização dos serviços de lazer) e instrumental (ferramentas, tecnologias e recursos que auxiliam na comunicação).

A pesquisa realizada por Silva (2018) em parques e praças esportivas de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, demonstra que a falta de conscientização e formação adequada de profissionais que atuam com atividades físicas de lazer contribui para um atendimento inadequado às pessoas com deficiência. O estudo aponta que, mesmo quando a infraestrutura física é acessível, a falta de conhecimento sobre as necessidades específicas, o uso de linguagem inapropriada e as atitudes preconceituosas dos profissionais criam barreiras à inclusão, reforçando a exclusão social e a marginalização dessa população. Em que pese a relevância da

pesquisa, seus achados são restritos a Campo Grande, não permitindo compreensão ampliada a respeito da inclusão de pessoas com deficiência, assim como não aborda outras vertentes das AFAs, como o paradesporto.

Portanto, embora haja avanços em relação à inclusão de pessoas com deficiência, ainda existem barreiras que limitam o acesso das pessoas com deficiência às atividades físicas adaptadas. Barreiras atitudinais, arquitetônicas e metodológicas são identificadas, assim como são discutidas formas de superá-las por meio de práticas inclusivas que garantam a participação. A discussão sobre as dimensões da acessibilidade (atitudinal, arquitetônica, programática, metodológica e instrumental) é essencial para compreender como cada uma delas contribui para a eliminação de obstáculos à inclusão.

Considerando que a administração pública é um dos atores responsáveis pela elaboração e a implementação de políticas públicas por intermédio de planos (macrodiretrizes estratégicas), efetivados por meio de programas (conteúdo tático-gerencial) e operacionalizados via projetos (procedimento operacional) (Secchi, Coelho e Pires, 2020), de modo a mitigar problemas sociais e promover a justiça social com o fomento de serviços, entre eles, aqueles relacionados à inclusão das pessoas com deficiência em AFAs, a presente investigação questiona: no Estado de Mato Grosso do Sul, existem programas voltados às AFAs para pessoas com deficiência fomentados pelo governo estadual? Se sim, quais são esses programas? Quais são os tipos de deficiências das pessoas atendidas? Os programas têm a promoção da saúde entre seus objetivos? Quais AFAs são fomentadas? Qual a abrangência e o alcance dos programas no território estadual?

Esses questionamentos são fundamentais para compreender a abrangência e os impactos de programas esportivos adaptados na vida das pessoas com deficiência, bem como para analisar se os programas contribuem com a inclusão e a promoção da saúde dessa população.

Sendo assim, a presente dissertação tem como objetivo analisar a inclusão das pessoas com deficiência em programas de AFAs fomentados pela Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul (Fundesporte) no contexto educacional estadual. Especificamente, objetivou investigar os programas de AFAs desenvolvidos e as pessoas com deficiência atendidas, identificar as AFAs fomentadas, analisar a existência de acessibilidade (programática

e metodológica) e como ela se dá, avaliar os objetivos com os quais os programas voltados às pessoas com deficiência são desenvolvidos e como a promoção da saúde se encontra presente, além de analisar a abrangência, a magnitude e a continuidade desses programas.

A fim de obter sucesso nesse propósito, a dissertação se encontra organizada em cinco capítulos. O primeiro capítulo aborda a evolução das perspectivas sobre a deficiência, explorando os paradigmas da exclusão, da segregação, da integração e da inclusão. O processo de transição de uma visão biomédica para uma abordagem social é fundamentado nas produções teóricas de Aranha (2001) e Sassaki (2007), que ajudam a compreender como as práticas sociais e políticas, ao longo do tempo, moldaram as percepções sobre as pessoas com deficiência. No que tange à compreensão do estigma associado à deficiência, as análises de Goffman (1964, 1982) foram essenciais para compreender a perspectiva de marginalização a partir da qual posicionaram e descreveram pessoas com deficiência.

Além dos paradigmas históricos, a revisão de literatura foca nas AFAs, nos esportes adaptados (EAs) e no paradesporto como ferramentas essenciais para a inclusão social e o desenvolvimento das pessoas com deficiência. As AFAs são exploradas em sua estrutura e objetivos, destacando seus benefícios para a saúde física e mental, bem como para a autoestima e a interação social. Também é discutido o conceito de EA e paradesporto. As obras de Sherril (1998), Mauerberg de Castro (2005) e Winckler (2022) aprofundam a discussão sobre esses três termos.

Por fim, são abordadas as políticas públicas voltadas para a promoção da atividade física adaptada, como programas e outras iniciativas que visam garantir a inclusão e o bem-estar das pessoas com deficiência, destacando seu papel na promoção da saúde e na redução das desigualdades. Elas integram as discussões sobre os desafios e as possibilidades de acesso a AFAs, sendo alinhadas com as políticas públicas de inclusão e saúde. Autores como Secchi, Coelho e Pires (2020), que discutem o conceito de políticas públicas, ajudam a compreender a questão.

O segundo capítulo aborda o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa, delimitando as questões que orientaram a investigação.

O terceiro capítulo detalha a abordagem quali quantitativa adotada, com ênfase na análise documental, além dos critérios de constituição do quadro referencial, da definição das categorias de análise e do tratamento dos dados. Os principais autores que fundamentam essa seção são Gil (2002) e Minayo e Sanches (1993).

O quarto capítulo discute os resultados da pesquisa a partir da investigação do Programa MS Desporto Escolar (Prodesc). São analisadas a abrangência, a magnitude e a continuidade das ações voltadas às pessoas com deficiência no contexto da política pública de esporte de Mato Grosso do Sul desenvolvida pela Fundesporte no contexto educacional. Os resultados se encontram organizados com a apresentação dos dados sobre a linha do tempo dos programas criados pela Fundesporte, os objetivos dos programas, as dimensões dos esportes prestigiadas, a abrangência, a magnitude e a continuidade do Prodesc guarda-chuva e dos programas que contemplaram pessoas com deficiência. Para dialogar com os resultados obtidos na presente investigação, os autores e as referências usados na revisão de literatura são resgatados, de modo a melhor compreender e analisar as informações.

Por fim, nas considerações finais, respondendo aos problemas e aos objetivos da pesquisa, apresentamos as reflexões finais do estudo, ressaltando as principais contribuições da pesquisa, as limitações encontradas e as sugestões para futuras investigações na área.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A EVOLUÇÃO DAS PERSPECTIVAS SOBRE A DEFICIÊNCIA: UMA REVISÃO DE PARADIGMAS

Esta revisão de literatura se propõe a traçar um panorama histórico e conceitual dos principais paradigmas que permeiam a relação da sociedade com a deficiência, desde a exclusão radical até a busca por inclusão. São abordadas as particularidades e as implicações de quatro paradigmas: exclusão, segregação, integração e inclusão (Sasaki, 2007). Esses paradigmas não

são isolados, mas se entrelaçam e se manifestam de formas complexas com os três paradigmas tratados por Aranha (2001), que são a institucionalização, os serviços e o suporte.

Dessa forma, torna-se fundamental reconhecer que a evolução desses paradigmas não ocorreu de forma linear e isolada. Ao longo do processo histórico, diferentes concepções sobre a deficiência se entrelaçaram, moldando a forma como a sociedade percebe e interage com as pessoas com deficiência. Essa trajetória, marcada por desigualdades e preconceitos, resultou na construção de estigmas que retratam as pessoas com deficiência como seres inferiores, incapazes e dependentes. Compreender a gênese desses estigmas é fundamental para a construção de uma sociedade inclusiva, em que a diversidade humana seja valorizada e respeitada.

2.2 ESTIGMA: ALICERCE HISTÓRICO DA EXCLUSÃO

Goffman (1964) descreve três tipos principais de estigmas – abominações do corpo, culpas individuais e estigmas tribais –, que podem agir de forma entrelaçada. **Abominações do corpo** se referem a marcas corporais visíveis que fogem do padrão considerado normal e, por isso, são alvo de preconceito. Imagine, por exemplo, uma pessoa usuária de cadeira de rodas em razão de uma deficiência física: ela pode se deparar com olhares de pena ou ser vista como incapaz simplesmente por sua condição física.

As **culpas individuais**, segundo Goffman (1964), referem-se a características invisíveis, relacionadas ao caráter ou ao comportamento do indivíduo, que destoam das expectativas sociais e levam à estigmatização. Um exemplo disso pode ser observado em relação às pessoas com autismo. Suas dificuldades de interação social, muitas vezes, são erroneamente interpretadas como isolamento social ou falta de comunicação. Neste caso, os desafios, embora invisíveis, tornam-se motivo de preconceito e exclusão.

Portanto, o estigma é um conceito fluido, moldado pelo tempo, a cultura e as circunstâncias. O que é considerado estigma em um determinado contexto pode não ser em outro, revelando a natureza complexa e mutável das relações sociais. A experiência da pessoa com deficiência é frequentemente atravessada por um estigma persistente, que se manifesta em

diferentes esferas da vida social, seja por meio de abominações do corpo, seja por meio de culpas individuais atribuídas a partir de seus comportamentos (Goffman, 1964). A crença de que a deficiência implica menor capacidade ou dependência, independentemente das habilidades e potencialidades individuais, materializa-se como um preconceito que se manifesta em diferentes esferas da vida social.

A sociedade, dominada por estereótipos, tende a enxergar a pessoa com deficiência sob uma ótica dupla: ora como heroína que supera suas dificuldades, ora como objeto de pena e compaixão.

Essa visão distorcida das pessoas com deficiência é resultado do “posicionamento hegemônico dos indivíduos considerados ‘normais’ na sociedade, que atribuem uma conotação negativa àqueles que não se enquadram nos padrões de normalidade estabelecidos socialmente” (Campbell, 2009, p. 619). Isso resulta no capacitismo, criando barreiras para o acesso ao trabalho, à educação, aos serviços e à participação social, além das AFAs. Em consequência, as pessoas com deficiência são muitas vezes excluídas de atividades cotidianas, colocadas em segundo plano e impedidas de exercer sua autonomia e cidadania.

O estigma molda a forma como a sociedade se relaciona com a diferença, influenciando diretamente a construção dos paradigmas da deficiência. Em vez de reconhecer a diversidade humana como algo natural, a sociedade, impregnada por preconceitos e estereótipos, tende a classificar e categorizar as pessoas em normais e anormais (Goffman, 1964).

Para Goffman (1982), a experiência do estigma é atravessada por uma constante dualidade: o indivíduo estigmatizado se vê ora como **desacreditado**, ora como **desacreditável**. Enquanto o primeiro se refere àquele cujo estigma é evidente, visível ou já conhecido pelos demais, o segundo diz respeito àquele cujo estigma permanece oculto, não sendo imediatamente aparente aos outros. A pessoa com deficiência física, por exemplo, vivencia frequentemente a condição de desacreditado: sua diferença é percebida imediatamente, tornando-a alvo de olhares, curiosidade e, muitas vezes, preconceito, antes mesmo que ela tenha a oportunidade de se apresentar como pessoa. Por outro lado, as pessoas com deficiências invisíveis, como doenças crônicas, transtornos globais e/ou autismo, experimentam a realidade do

desacreditável, pois carregam o peso do estigma e também a carga de decidir quando e como revelar sua diferença, vivendo na constante incerteza da aceitação e do julgamento.

Essa dualidade entre desacreditado e desacreditável ilustra como o estigma delineado por Goffman (1982) não se manifesta apenas em atitudes e comportamentos explícitos, mas também permeia as sutilezas das interações sociais. A mera presença de uma pessoa com deficiência em um ambiente social pode gerar desconforto e insegurança, levando a reações imprevisíveis por parte dos demais. Essa imprevisibilidade, por sua vez, gera ansiedade e apreensão na pessoa estigmatizada, que nunca sabe ao certo como será tratada e qual será o impacto de sua deficiência na interação com o outro. Como observa Goffman (1988 p. 8), é comum presenciarmos situações em que as pessoas “gritam com o cego como se ele fosse surdo ou tentam erguê-lo como se ele fosse aleijado¹”.

Para além da ansiedade nas interações interpessoais, o estigma, mesmo quando velado, contribui para a construção de um ciclo de exclusão e discriminação que marginaliza a pessoa com deficiência em diversos âmbitos da vida social. Como aponta Amaral (1994), é inerente ao estigma uma avaliação depreciativa, um julgamento negativo que reduz a pessoa com deficiência a partir de estereótipos e preconceitos. Essa desvalorização, por sua vez, manifesta-se na negação de oportunidades concretas, como o acesso ao mercado de trabalho, à educação inclusiva e à participação política, perpetuando um ciclo de desigualdade e invisibilidade.

Os ideais estigmatizadores, presentes desde a Antiguidade, serviram de base histórica para o paradigma da exclusão, utilizando o estigma como um meio para justificar a exclusão e a aniquilação das pessoas com deficiência. Compreender esses paradigmas ancestrais é essencial para entendermos como os preconceitos se solidificaram e moldaram as práticas e as atitudes em relação à deficiência ao longo do tempo.

¹ É fundamental notar, no entanto, que a linguagem utilizada pelo autor reflete o contexto da época em que a obra foi escrita e que termos como “aleijado” são hoje considerados inapropriados e pejorativos.

2.3 O PARADIGMA DA EXCLUSÃO: DA ANTIGUIDADE AO SÉCULO 20

Segundo Sasaki (2007), o paradigma da exclusão, predominante da Antiguidade até o século 20, caracterizava-se por práticas de aniquilação e exclusão sistemática da pessoa com deficiência da vida social. A deficiência, nesse modelo, era vista como uma anomalia, uma falha a ser eliminada ou mantida oculta dos olhos da sociedade.

A Grécia Antiga, berço de importantes reflexões filosóficas e políticas, exerceu uma influência negativa na construção de ideias sobre a deficiência. Dependente do trabalho escravo para sustentar suas elites pensantes, a sociedade grega desenvolveu modelos como o espartano, que valorizava a força física e eliminava crianças consideradas defeituosas, e o ateniense, que, apesar de menos cruel, marginalizava pessoas com deficiência. Essa dualidade entre a busca pela perfeição física e a valorização da razão ilustra a complexidade do pensamento grego, que, em relação à deficiência, deixou um legado marcado por práticas excludentes (Bianchetti, 1995).

Na Grécia e em Roma, a realidade para as pessoas com deficiência foi marcada pela marginalização e o preconceito. Consideradas marginais, pessoas com deficiências – físicas ou mentais, oriundas de diversas doenças – foram frequentemente excluídas da vida em comunidade e exiladas a uma vida na rua, como mendigas (Bianchetti, 1995).

Essa visão desumanizadora se sustentava na crença de que a deficiência era causada por espíritos malignos ou representava uma punição divina por erros cometidos no passado. Essa crença reforçava a ideia de impureza do corpo e justificava a exclusão social, posicionando a deficiência como sinônimo de desqualificação e inferioridade em um contexto histórico em que a força física e a ausência de doenças ditavam o valor de um ser humano (Santos, Velanga e Barba, 2017).

Castro (2013, p. 1) afirma que a simples presença de uma deformidade em um bebê, agravada pela possível pobreza da família, era motivo suficiente para decretar sua morte ou abandono:

Os bebês nascidos disformes deveriam ser expostos, a deformidade da criança ou a pobreza da família bastavam para que a justiça doméstica decretasse sua morte ou seu abandono. Na Roma antiga, os bebês malformados eram enjeitados ou afogados.

Estes podiam ser perfeitamente mortos, atirados ao mar ou queimados. Acreditava-se que as deformidades traziam mau agouro para comunidade e para a família.

Essa passagem sombria da história revela como o paradigma da exclusão se alicerçava na desvalorização da vida humana e na busca por uma sociedade idealizada, livre daquilo que era considerado diferente ou imperfeito.

A exclusão histórica das pessoas com deficiência encontra no estigma um de seus pilares mais resistentes ao longo dos séculos. A marca da diferença indesejada imposta pelo estigma legitimou práticas cruéis e desumanas. Desde o infanticídio, amparado na crença de impureza e maldição divina praticada em sociedades ancestrais, até o confinamento em asilos e manicômios, que marcou a Idade Média, o estigma atuou como um instrumento de segregação, reforçando a ideia de que a pessoa com deficiência era indigna de pertencer à comunidade (Bianchetti, 1995; Castro, 1995). Essa anormalidade atribuída à deficiência, construída socialmente e perpetuada pelo estigma, serviu como justificativa para a negação de direitos básicos e para a exclusão da vida social (Goffman, 1964).

2.4 PARADIGMAS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO: RAÍZES DA SEGREGAÇÃO

A partir do início do século 20, impulsionado por uma série de transformações sociais, o paradigma da exclusão começa a dar lugar a uma nova forma de lidar com a deficiência: o paradigma da segregação. No entanto, antes disso, o surgimento do paradigma da institucionalização, embora aparentemente dissociado, encontra suas raízes na ambiguidade do progresso social. Se, por um lado, a Renascença e o Iluminismo trouxeram a valorização da razão e o florescimento das ciências, por outro, inauguraram uma era de produtividade e utilitarismo. A pessoa com deficiência, antes desprezada à margem social sob a justificativa da caridade religiosa, passava a ser vista como um desafio à lógica da eficiência (Aranha, 2001).

Para Sassaki (2007), o período do paradigma da segregação está entre as décadas de 1920 e 1940, transição que foi marcada por um discurso aparentemente “mais humanizado”. Em vez de eliminar ou ocultar a pessoa com deficiência, tal paradigma propôs seu “isolamento protetor” em instituições especializadas.

Segundo Sasaki (2007, p. 2), na década de 1930, um grupo de cerca de 300 pessoas com deficiência física conseguiu chamar a atenção da sociedade americana com um protesto notável:

[...] de que suas fichas de pedido de emprego foram carimbadas com as letras “DF” (significando “deficientes físicos”). Elas pertenciam à Liga dos Deficientes Físicos e permaneceram sentadas por nove dias na porta de entrada do Departamento de Albergues da Cidade de Nova York. E acabaram conseguindo vários milhares de empregos em todo o país.

Tal fato figura como uma das primeiras manifestações coletivas das pessoas com deficiência na luta contra a discriminação. O protesto do grupo na década de 1930 não apenas destacou a indignação diante da rotulação e da exclusão, mas também resultou em conquistas significativas, entre elas, a obtenção de milhares de empregos. Este episódio demonstra a resistência e a capacidade de mobilização das pessoas com deficiência, evidenciando que, mesmo no período do paradigma da segregação, já havia movimentos ativos buscando a inclusão e a igualdade de oportunidades (Sasaki, 2007).

Nesse contexto, a institucionalização surge como uma solução aparentemente compassiva: afastar a pessoa com deficiência do convívio social para protegê-la e oferecer tratamento “especializado”. Assim, hospitais, asilos e escolas especiais proliferaram, segregando sob o manto da beneficência e do conhecimento científico. A institucionalização, ao retirar a pessoa com deficiência do espaço público e diminuir sua autonomia, apenas reforça sua exclusão, criando barreiras invisíveis e perpetuando o estigma da incapacidade (Aranha, 2001).

Aranha (2001) também questiona os modelos tradicionais de atenção à pessoa com deficiência a partir da segunda metade do século 20, abrindo caminho para uma nova ética social, baseada na inclusão e no respeito à diversidade. Dessa forma, cabe imaginar este processo em que a diferença é sinônimo de exclusão e a deficiência, um passaporte para uma vida entre grades. Essa era a lógica cruel que sustentava o paradigma da institucionalização, principalmente entre o fim do século 19 e meados do século 20 (Aranha, 2001).

Segundo Aranha (2001), tal paradigma enfatiza a medicalização e o controle, resultando em uma abordagem paternalista que desconsidera a autonomia e os direitos das pessoas com

deficiência. Como define Aranha (2001, p. 8), o paradigma da institucionalização “caracterizou-se, desde o início, pela retirada das pessoas com deficiência de suas comunidades de origem e pela manutenção delas em instituições residenciais segregadas ou escolas especiais, frequentemente situadas em localidades distantes de suas famílias”. Essa prática segregacionista marcou profundamente aquele período histórico.

Conforme os escritos de Aranha (2001), o cotidiano das pessoas com deficiência era todo controlado: as pessoas eram moldadas para se encaixar em um padrão, como se fossem peças em uma engrenagem. Por sua vez, a deficiência era vista como um problema médico, algo a ser “consertado”, e não como parte da diversidade humana. Esqueciam que ali vivam pessoas com vontade de aprender, trabalhar, amar e simplesmente viver como qualquer ser humano.

As primeiras críticas às institucionalizações surgem na década de 1960, quando acadêmicos e ativistas começaram a questionar a eficácia e a ética desse modelo. O trabalho de Goffman (1962) em “Manicômios, Prisões e Conventos”, em que analisou as dinâmicas de poder em instituições totais, foi fundamental nesse processo. Os argumentos utilizados para questionar esse modelo incluíam a violação de direitos humanos, o impacto negativo na identidade e na autonomia das pessoas com deficiência e a ineficácia das instituições em promover a reintegração social e a recuperação.

Assim, as falhas das instituições ficavam cada vez mais evidentes. Aranha (2001) evidencia que a maioria dos artigos apresentaram uma dura crítica a esse sistema, no que se refere à sua inadequação e ineficiência para realizar aquilo que seu discurso se propunha a fazer: favorecer a recuperação das pessoas para a vida em sociedade. Essa crítica realça a distância entre a promessa de reintegração social e os resultados alcançados pelas instituições.

A crescente onda de críticas abriu caminho para a emergência de novos paradigmas, que buscavam romper com a lógica da institucionalização e promover a inclusão social das pessoas com deficiência. As vozes que se levantaram contra o paradigma da institucionalização ecoam até hoje, lembrando da importância da luta por uma sociedade mais inclusiva e menos preconceituosa. Para tanto, a crescente conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência e a ineficácia do modelo segregacionista abriram caminho para a busca por novas proposições. A incapacidade do paradigma da institucionalização de promover a autonomia, a

inclusão social e o bem-estar das pessoas com deficiência impulsionou a busca por modelos alternativos, como o paradigma de serviços, que enfatiza as necessidades e as potencialidades de cada pessoa.

2.5 PARADIGMA DA INTEGRAÇÃO: UM PASSO ALÉM, MAS NÃO O SUFICIENTE

Entre as décadas de 1950 e 1980, um novo paradigma emerge no cenário da deficiência: o paradigma da integração. Diferentemente da exclusão radical ou da segregação institucional, a integração propõe a inserção da pessoa com deficiência na sociedade. No entanto, essa inserção se dá de forma condicional, como bem apontado por Sasaki (2007) e Aranha (2001).

De acordo com Sasaki (2007), a ideia de participação das pessoas com deficiência é mencionada pela primeira vez em um documento histórico: “As organizações de pessoas deficientes podem ser beneficentemente consultadas em todos os assuntos referentes aos direitos das pessoas deficientes” (Organização das Nações Unidas, 1975).

A Declaração de Estocolmo foi adotada na Conferência Mundial sobre a Reabilitação das Pessoas com Deficiência e é um marco importante, pois reconhece os direitos das pessoas com deficiência e a necessidade de sua integração na sociedade. O reconhecimento da participação como um direito essencial reflete uma mudança de perspectiva, antecipando o surgimento do paradigma de serviços. Ao valorizar a consulta e a participação das pessoas com deficiência, a declaração estabelece uma base para a construção de um futuro mais inclusivo, em que o acesso e a igualdade são prioritários (Organização das Nações Unidas, 1975).

Assim, o paradigma de serviços surgiu como uma ponte para trazer as pessoas com deficiência para construir um novo futuro – da deficiência para a capacidade, da segregação para a inclusão –, propondo que a sociedade garantisse o acesso aos recursos disponíveis a todos os cidadãos, independentemente de suas limitações. Como Aranha (2001, p.19) menciona, “cabe à sociedade oferecer os serviços que os cidadãos com deficiência necessitem e garantir-lhes o acesso a tudo de que dispõem”.

No paradigma de serviços, o conceito de normalização é central. Ele defende que as pessoas com deficiência têm o direito de viver como qualquer outro cidadão, como, por

exemplo, ter acesso a oportunidades e recursos que lhes permitam participar da vida comunitária. Com isso, a normalização se traduz em serviços e políticas públicas que promovem a acessibilidade, a educação inclusiva e a participação social (Aranha, 2001).

Por exemplo, a implementação de rampas de acesso, transporte adaptado e programas de educação inclusiva são formas práticas de garantir que as pessoas com deficiência possam viver de maneira normalizada. Aranha (2001, p. 17) mostra que, à medida que os objetivos são alcançados, “efetiva-se a última fase, constituída do encaminhamento ou reencaminhamento desta para a vida na comunidade”.

Em outras palavras, não se trata apenas de oferecer serviços, mas de abrir portas para que cada indivíduo possa trilhar seu próprio caminho com liberdade e autonomia. É isso que a preparação para a vida independente e integrada representa: a chance de romper barreiras, de se descobrir capaz e de construir uma vida com significado participando ativamente da sociedade.

Com isso, a jornada rumo à inclusão, como toda grande história, é repleta de desafios e aprendizados. Se, por um lado, o paradigma de serviços abriu portas e janelas para novas oportunidades, por outro, algumas vezes se levantaram, questionando se não estaríamos, ainda que com boas intenções, acomodando as pessoas com deficiência em uma rede de apoio que, muitas vezes, poderia limitar seus movimentos (Aranha, 2001).

É notório que é preciso questionar se a ênfase nos serviços, por mais bem-intencionada que seja, não acaba reforçando a ideia de que as pessoas com deficiência não são capazes de conduzir suas próprias vidas (Aranha, 2001). A análise insiste justamente neste ponto: na importância de encontrar um equilíbrio entre o apoio necessário e a liberdade de traçar o próprio caminho sem depender de ajuda constante para trilhar o caminho da vida, a autonomia.

Aranha (2001, p. 17) observa que, embora tenha havido um envolvimento maior da comunidade, “o objeto principal da mudança centrava-se, ainda, essencialmente, no próprio sujeito”. Essa constatação coloca em xeque a própria ideia de inclusão, como se ela fosse um ponto de chegada, e não uma ponte para ser atravessada em conjunto.

É como se, em vez de remover as barreiras que impedem o avanço de todos, fosse pedido àqueles que estão do outro lado que se adaptassem ao ritmo da maioria. Assim, a pergunta que

surge é: de que adianta abrir a porta, se o caminho continua bloqueado para alguns? A inclusão, aquela que transforma, pode exigir muito mais do que passos individuais: pede por uma mudança de perspectiva, uma reconstrução coletiva do próprio caminho (Aranha, 2001).

Sasaki (2007) ilustra essa crítica ao destacar a obra “*Nothing about us without us: developing innovative technologies for, by and with disabled persons*” (Nada sobre nós sem nós: desenvolvendo tecnologias inovadoras para, por e com pessoas com deficiência, em tradução livre), de 1998. O livro e o lema “Nada sobre nós sem nós” ganharam força entre organizações de pessoas com deficiência, principalmente em países desenvolvidos, demonstrando a crescente reivindicação por participação ativa nas decisões que impactam suas vidas. O autor da obra, Werner, relata que essa participação ainda é limitada, citando como exemplo as dificuldades enfrentadas por crianças com deficiência na escolha de próteses e equipamentos, o que frequentemente leva a resultados inadequados. Werner, que possui deficiência nas pernas desde a infância, compartilha sua experiência de ter sido prejudicado pelo uso de aparelhos ortopédicos inadequados durante décadas, encontrando uma solução apenas ao trabalhar em parceria com artesãos com deficiência no projeto Projimo.

Com isso, evidencia-se que os serviços desempenham um importante papel na promoção da inclusão social e na participação das pessoas com deficiência. Exemplos disso são os serviços que contribuem para a independência, que incluem assistência médica, terapia ocupacional e programas de reabilitação, sem contar o lazer e o esporte. Assim, esses serviços são essenciais para garantir que as pessoas possam viver de forma autônoma e participar ativamente da sociedade (Aranha, 2001).

Vale ressaltar que os serviços oferecidos não são apenas um modelo genérico, mas sim recursos personalizados que se encaixem às necessidades e às aspirações de cada indivíduo. Aranha (2001) assevera que o governo, a comunidade, a família e a própria pessoa com deficiência devem unir esforços para garantir que as oportunidades e os recursos estejam ao alcance de todos.

Para Sasaki (2005), o paradigma da inclusão buscou a inserção de pessoas com deficiência em ambientes convencionais, como escolas regulares, mas, frequentemente, sem o suporte necessário para garantir sua participação. Exemplo disso é a inserção de alunos com

deficiência em salas de aula sem adaptações curriculares adequadas, resultando em dificuldades de aprendizado e exclusão social. Além disso, políticas que promoviam a integração em ambientes de trabalho e atividades comunitárias, muitas vezes, falhavam em preparar o ambiente e os colegas, levando à marginalização. A falta de acessibilidade física em prédios públicos e escolas, bem como a ausência de serviços de saúde adaptados, também exemplificam as limitações desse paradigma, que, embora tenha representado um avanço em relação à exclusão total, não conseguiu proporcionar as condições necessárias para a inclusão efetiva.

Dessa forma, o paradigma de serviços é uma ponte construída para conectar as pessoas com deficiência com a autonomia e/ou a inclusão social. Esta ponte pode oferecer suportes fundamentais para tornar a travessia acessível: com rampas de acesso, placas de sinalização, guias e muito mais. Entretanto, algumas pessoas percebem que, apesar de segura e acessível, a ponte não os leva para o caminho final, já que atravessá-la não garante a emancipação e a autonomia. É como se, ao final da ponte, ainda existisse um obstáculo a ser superado entre a assistência recebida e a independência desejada.

2.6 ROMPENDO BARREIRAS: O PARADIGMA DA INCLUSÃO

A busca por uma sociedade justa exige uma ruptura com paradigmas excludentes, que marginalizam indivíduos com base em suas diferenças. A inclusão social das pessoas com deficiência emerge, nesse contexto, como um desafio imediato e um termômetro para avaliar o grau de justiça social de uma nação. A inclusão, porém, não se concretiza por meio de um passe de mágica, tampouco se resume à mera presença física em determinados espaços (Aranha, 2001). Para além da acessibilidade física, a inclusão demanda a construção de pontes que conectem o ideal à realidade, garantindo a participação efetiva em todas as esferas da vida social.

Nesse sentido, a interdependência entre os paradigmas de suporte e inclusão se revela fundamental. Enquanto a inclusão representa o objetivo final – uma sociedade em que a diversidade humana é valorizada e todos os indivíduos têm oportunidades iguais de participação e desenvolvimento –, o suporte atua como alicerce e motor propulsor para que esse objetivo seja alcançado (Sasaki, 2005; 2007).

A inclusão sem suporte se torna um ideal vazio, uma promessa não cumprida, enquanto o suporte sem inclusão pode se tornar assistencialismo, perpetuando a exclusão sob a proteção. A inclusão, portanto, pode residir na colaboração entre esses dois pilares, na construção de um ambiente social que ofereça não apenas a oportunidade de participação, mas também as ferramentas e o suporte necessários para que essa participação seja autônoma, digna e significativa (Aranha, 2001).

Para ilustrar a abrangência da inclusão social, Aranha (2001, p. 20) afirma que

A inclusão social, portanto, não é processo que diga respeito somente à pessoa com deficiência, mas sim a todos os cidadãos. Não haverá inclusão da pessoa com deficiência enquanto a sociedade não for inclusiva, ou seja, realmente democrática, onde todos possam igualmente se manifestar nas diferentes instâncias de debate.

Adotando um olhar contemporâneo sobre essa complexa relação entre inclusão e estigma, as reflexões de Omote (2004), feitas já no século 21, lançam luz sobre novos desafios e perspectivas que complementam as análises pioneiras de Goffman (1963), feitas no século 20. A inclusão da diversidade implica constantes ressignificações do que é considerado normal. Ao acolher a diferença, demarcamos também aquilo que se desvia da norma, alimentando o surgimento de novos desvios e estigmas. Essa dinâmica evidencia que a inclusão é um processo contínuo de negociação e transformação social.

Para ilustrar esse paradoxo, Omote (2004, p. 304) propõe um exercício de imaginação:

Considerando que o controle social é uma necessidade para a regulação da vida coletiva do homem, já que ele é naturalmente individual e ideologicamente coletivo, pode-se imaginar que, se a espécie humana desenvolver o seu caráter naturalmente coletivo, poderá dispensar inteiramente esse mecanismo de controle social. Se por alguma mágica ou um terrível acidente da natureza, o homem se tornar um ser naturalmente coletivo, ainda que cada indivíduo apresente a sua idiossincrasia, a construção e a preservação do bem coletivo serão os motivos maiores a determinarem toda a sua ação. Evidentemente, isto é apenas uma fantasia. Outro cenário hipotético seria uma sociedade rigidamente dividida em castas, onde a mobilidade social, especialmente a ascendente, fosse inexistente. Nesse contexto, a necessidade de controle social por meio do estigma seria reduzida, pois a ordem social seria mantida pela imposição da estrutura social. As posições sociais seriam predefinidas e imutáveis, eliminando a necessidade de estigmatizar o diferente.

Omote (2004) reconhece, porém, que tais cenários são irrealizáveis. O controle social, exercido de diversas formas, é necessário para a manutenção da ordem social. O estigma, apesar de suas consequências negativas, atua como um mecanismo de controle complementar às instituições formais, como as leis e o sistema judiciário. Em sociedades complexas e desiguais, o estigma emerge como uma resposta à incapacidade dessas instituições de garantir a ordem social de forma absoluta.

Diante dessa constatação, Omote (2004) defende que a construção de uma sociedade inclusiva não reside na eliminação completa do estigma, mas na conscientização sobre seus efeitos nocivos e na busca por formas de amenizá-los. É preciso reconhecer que a estigmatização causa sofrimento e exclusão e que cada indivíduo ou grupo social marcado por essa experiência precisa encontrar formas de desconstruir os estigmas que os aprisiona.

O paradigma de suporte atua não como uma ruptura, mas como uma evolução: em vez de apenas oferecer suporte para alcançar a inclusão, ele busca remover as barreiras que impedem a participação das pessoas com deficiência em todas as esferas da vida social.

Para Aranha (2001), na ótica do paradigma de suporte, a inclusão e a participação das pessoas com deficiência na sociedade são o objetivo central. Como a autora afirma: “Este tem se caracterizado pelo pressuposto de que a pessoa com deficiência tem direito à convivência não segregada e ao acesso aos recursos disponíveis aos demais cidadãos” (p. 19). Para alcançar essa meta, diversos tipos de apoio são fundamentais, abrangendo desde adaptações no ambiente físico até suporte social, instrumental e econômico.

Nesse sentido, os escritos de Sasaki (2009, p. 7) reforçam a importância da eliminação de barreiras: “No século 21, nós precisamos estender este acesso – que poucos têm – para muitos, eliminando todas as barreiras ambientais, eletrônicas e atitudinais que se antepõem à inclusão deles na vida comunitária” para que a inclusão se torne uma realidade.

Cabe aqui imaginar um mundo onde a acessibilidade não é um privilégio, mas um direito garantido. Para Aranha (2001), essa é a base do paradigma de suporte: a pessoa com deficiência tem o direito de ocupar o espaço público e social de forma igualitária. Portanto, as cidades, os edifícios e os espaços que habitamos devem ser projetados para acolher a todos, eliminando as

barreiras que impedem a participação. Rampas que conectam diferentes níveis com naturalidade, banheiros adaptados que garantam autonomia e segurança e sinalização que informa e orienta de forma clara e universal são intervenções que podem fazer toda a diferença na vida das pessoas com deficiência, abrindo portas para oportunidades e experiências antes inacessíveis.

Aranha (2001) alerta para a diversidade de suportes necessários para a inclusão social, abrangendo desde o âmbito individual até as esferas sociais mais amplas. “Foi nesta busca a disponibilização de suportes, instrumentos que viabilizam a garantia de que a pessoa com deficiência possa acessar todo e qualquer recurso da comunidade” (p. 19). Cabe explorar cada um deles.

O suporte social é a base para que pessoas com deficiência construam relações significativas, aumentem seus horizontes e ocupem seu espaço na comunidade. Ele se manifesta de diversas formas: na família que acolhe e incentiva a autonomia, nos amigos que celebram as conquistas e oferecem apoio nos momentos desafiadores e na comunidade que se mobiliza para garantir a acessibilidade e a participação em eventos sociais e culturais (Aranha, 2001).

A independência financeira é um pilar fundamental para a autonomia e a inclusão social. Portanto, o suporte econômico, nesse contexto, vai além de garantir acesso a benefícios financeiros, como aposentadoria por invalidez ou auxílio-inclusão, envolve também a criação de políticas públicas que promovam a empregabilidade, como programas de qualificação profissional, incentivos fiscais para empresas que contratam pessoas com deficiência e a eliminação de barreiras atitudinais que impeçam o acesso ao mercado de trabalho (Aranha, 2001).

Há pouco, descrevemos uma cidade com rampas, banheiros adaptados e sinalização universal, e o suporte físico é justamente isso: transformar o espaço para que ele seja acessível a todos, abrangendo desde adaptações em residências, escolas e locais de trabalho até a garantia de transporte público adaptado e a construção de cidades mais amigáveis para pessoas com diferentes necessidades (Aranha, 2001).

Da lupa para leitura à cadeira de rodas motorizada, o suporte instrumental entra em cena para ampliar a autonomia e a independência: são ferramentas, tecnologias e recursos que auxiliam na comunicação, na mobilidade, no aprendizado e na realização de atividades cotidianas, empoderando pessoas com deficiência a viverem de forma mais independente (Aranha, 2001). Assim, ao destrincharmos os tipos de suporte, fica evidente que a inclusão social é uma tarefa complexa, que exige ações em diversas esferas.

A acessibilidade é um elemento fundamental do paradigma de suporte. Afinal, como aponta Sasaki (2009, p. 7): “Os países-membros devem reconhecer a importância geral da acessibilidade no processo de equiparação de oportunidades em todas as esferas da sociedade”. A acessibilidade, portanto, não se limita a uma questão de direitos, mas se configura como um pilar essencial para a construção de uma sociedade justa e equitativa.

Apesar das contribuições, o paradigma de suporte enfrenta desafios e apresenta limitações. Um dos principais desafios é evitar que o foco se concentre apenas na adaptação da pessoa, em vez de promover mudanças estruturais na sociedade, pois é preciso garantir que a inclusão seja uma responsabilidade compartilhada, e não um fardo a ser carregado apenas pelas pessoas com deficiência. Outro ponto de atenção é o risco de criar dependência dos serviços oferecidos, já que o suporte deve ser um meio para promover a autonomia e a autodeterminação, e não um fim em si mesmo. Conforme Aranha (2001, p. 19):

A inclusão parte do mesmo pressuposto da integração, que é o direito da pessoa com deficiência de ter igualdade de acesso ao espaço comum da vida em sociedade. Diferem, entretanto, no sentido de que o paradigma de serviços, onde se contextualiza a ideia da integração, pressupõe o investimento principal na promoção de mudanças do indivíduo, na direção de sua normalização.

A falta de recursos financeiros e a falta de serviços adequados também representam obstáculos para a efetivação do paradigma de suporte, da mesma forma que a desigualdade no acesso aos serviços precisa ser combatida para que a inclusão seja uma realidade para todos.

Como afirma Aranha (2001, p. 19), “cabe à sociedade oferecer os serviços que os cidadãos com deficiência necessitam (nas áreas física, psicológica, educacional, social, profissional). Mas lhe cabe, também, garantir-lhes o acesso a tudo de que dispõe”.

Com isso em mente, Aranha (2001) alerta que é preciso cuidado para que o paradigma de suporte, em vez de ponte para a inclusão, não se torne um rótulo. Rotular alguém como necessitado pode criar um estigma invisível, que o afasta da aceitação social e perpetua a visão distorcida de que a deficiência define a pessoa. Com isso, retrocederíamos para o paradigma da institucionalização, apesar de infelizmente já carregarmos muitas heranças dele.

Enquanto Sasaki (2007) destaca a evolução de um modelo excludente para um inclusivo, Aranha (2001) aprofunda a análise sobre como a sociedade se organiza para lidar com a deficiência, indo da institucionalização ao suporte individualizado. O Quadro 1 apresenta uma análise comparativa desses paradigmas, evidenciando aspectos convergentes e divergentes dos autores e suas contribuições.

Quadro 1 – Análise comparativa dos paradigmas relacionados à inclusão da pessoa com deficiência

Autores	Goffman (1963; 1964; 1982), Omote (2004), Amaral (1994)	Bianchetti (1995)	Aranha (2001; 2003)	Sasaki (2005; 2007; 2009)
Paradigmas	Estigma, estigma e inclusão, estigma e exclusão.	Paradigmas da Antiguidade.	Institucionalização, serviços, suporte.	Exclusão, segregação, integração, inclusão.
Visão da deficiência	Diferença vista negativamente pela sociedade (estigma).	Diferença vista como maldição ou punição divina.	Limitação a ser tratada, diferença a ser integrada ou resultado da interação entre a pessoa e o ambiente.	Varia entre limitação individual, diferença a ser integrada e parte da diversidade humana.
Papel da sociedade	Reagir negativamente à diferença, criando barreiras sociais.	Excluir ou segregar em contextos religiosos e sociais.	Excluir, segregar ou garantir acesso e suporte, dependendo do paradigma.	Excluir, segregar, integrar ou incluir, dependendo do paradigma.
Direitos da pessoa com deficiência	Direito ao reconhecimento e combate ao estigma.	Direitos inexistentes ou fortemente limitados.	Variam de direitos limitados, com foco em assistência, até direitos de acesso e convivência não segregada.	Evoluem de limitados e não reconhecidos para direitos plenos de participação social e igualdade.
Estratégias de ação	Políticas públicas para combater o estigma e garantir a inclusão.	Exclusão social ou marginalização em ambientes culturais e religiosos.	Varia entre tratamento médico e adaptação individual até suporte e garantia de acesso.	De assistencialismo e adaptação individual até a transformação social e remoção de barreiras.

Fonte: Elaborado pela autora.

O Quadro 1, que compara os paradigmas da exclusão, segregação, integração e inclusão, propostos por Sasaki (2007), e os paradigmas da institucionalização, serviços e suporte, elaborados por Aranha (2001), oferece uma perspectiva da evolução da relação entre a sociedade e a deficiência. A progressão histórica delineada, da exclusão à inclusão e do confinamento ao suporte individualizado, demonstra um avanço significativo em direção a uma sociedade mais inclusiva, afastando-se, então, da exclusão. No entanto, é fundamental reconhecer que esta transição de paradigmas não garante a inclusão, sendo esta um processo contínuo e desafiador.

Ao comparar as ideias de Sasaki e Aranha, alinhadas às reflexões de Goffman (1963; 1964; 1982), Omote (2004), Amaral (1994) e Bianchetti (1995), percebe-se a complexidade da relação entre deficiência e inclusão. Essa análise conjunta revela avanços importantes, mas também desafios persistentes, contradições e a necessidade de repensarmos constantemente os paradigmas. Para que a inclusão seja real, precisamos ir além da adaptação individual e de medidas isoladas. É preciso promover mudanças estruturais profundas que desconstruam o estigma e garantam os direitos plenos das pessoas com deficiência.

2.7 ATIVIDADES FÍSICAS SISTEMATIZADAS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A atividade física, compreendida como qualquer movimento corporal produzido por músculos esqueléticos que resulta em gasto energético (mensurado em kcal ou kJ), varia conforme a massa muscular envolvida, a intensidade, a duração e a frequência dos movimentos. Essencial à vida, pode ser classificada segundo o contexto (sono, trabalho ou lazer, incluindo esportes, exercícios e tarefas domésticas), permitindo identificar padrões de gasto energético e suas implicações para a saúde pública (Caspersen, Powell e Christenson, 1985).

Piggin (2021 p. 5) ampliam a visão tradicional, definindo atividade física como algo que vai além do mero movimento corporal. Para ele, “atividade física envolve pessoas que se movimentam, agem e atuam em espaços e contextos culturalmente específicos e são influenciadas por um conjunto único de interesses, emoções, ideias, instruções e relacionamentos”.

As atividades físicas de lazer (AFL) surgem a partir das expectativas que envolvem o movimento, como afirmado por Silva (2022, p. 553):

[...] as AFL consistem em ações humanas frente ao tempo disponível com experiências diversas que envolvem o movimento, independente da intensidade e duração da

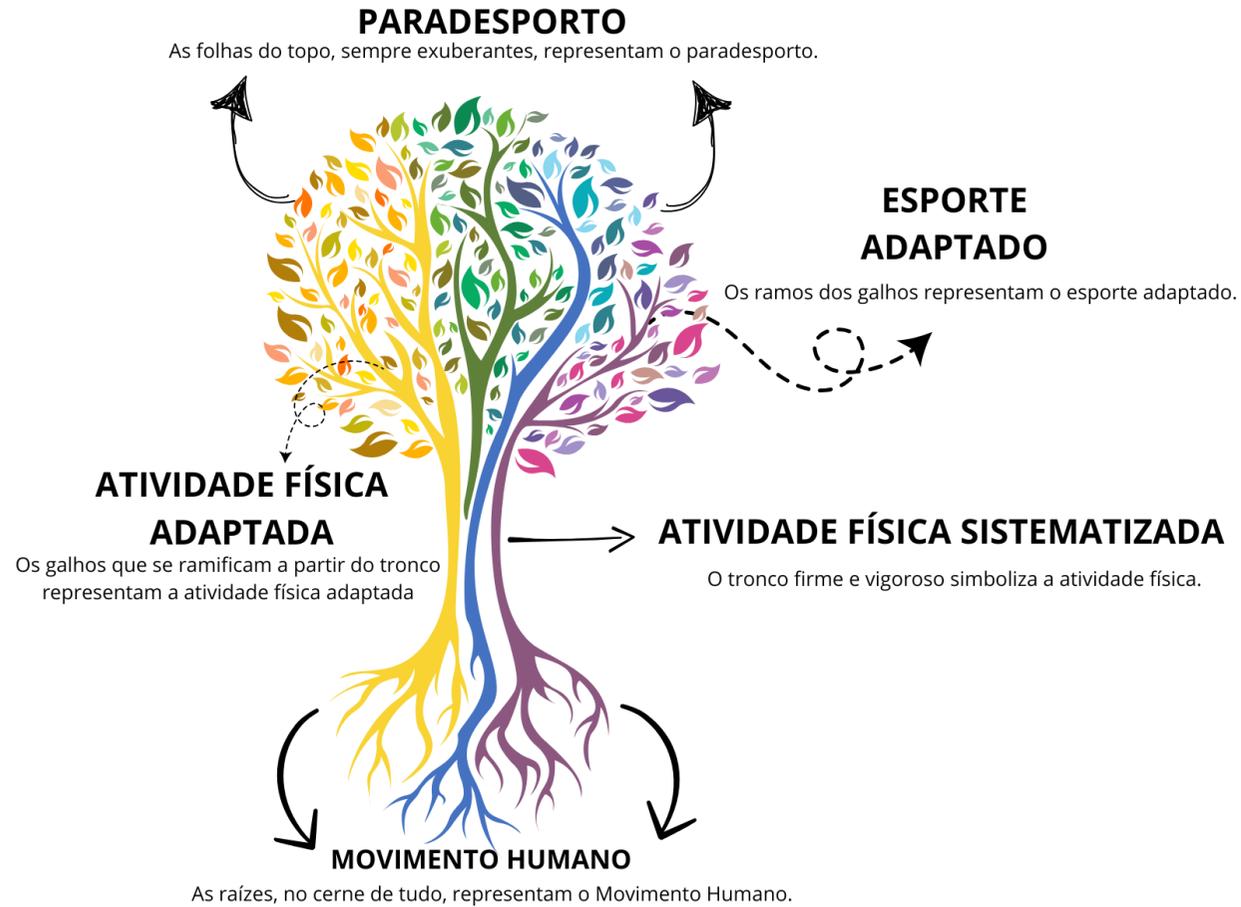
mesma, ou seja, não se limitam aos esportes ou às atividades físicas de elevado gasto energético (moderadas ou vigorosas), podendo, inclusive, jogos, brincadeiras, danças, conscientização corporal, dentre outras, serem contempladas. Podem ser realizadas de forma não sistematizada, com frequência eventual (eventos, amistosos, competições) ou sistematizada, com frequência contínua e planejada (projetos, programas, academias, clubes, dentre outros).

O papel das AFL reside na promoção da saúde física e mental, contribuindo para o bem-estar geral. Elas oferecem oportunidades para socialização, redução do estresse e desenvolvimento de habilidades motoras e cognitivas. Assim, ao considerarmos a atividade física sob essa ótica ampliada, reconhecemos a importância de torná-la acessível a todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou intelectuais, o que nos leva ao conceito de AFA.

As atividades físicas sistematizadas voltadas às pessoas com deficiências podem ser classificadas de três formas: atividades físicas adaptadas (AFAs), esportes adaptados (EAs) e paradesporto. Compreender a distinção entre esses três termos, bem como seus aspectos históricos e finalidades, é essencial para a construção de um campo de conhecimento sólido para a promoção de políticas públicas eficazes, que promovam não apenas o rendimento esportivo, mas também a inclusão de pessoas com deficiência e a promoção da saúde.

Em síntese, as diferenças, as relações e a hierarquia entre os três termos abordados neste item podem ser ilustradas conforme a Figura 1.

Figura 1 – Do movimento ao paradesporto



Fonte: Elaborado pela autora.

Utilizando a representação de uma árvore para ilustrar a construção da inclusão de pessoas com deficiência nas atividades físicas sistematizadas, as raízes, base da árvore, representam o movimento humano, a capacidade de se mover, interagir com o mundo e explorar o potencial do corpo – elas simbolizam o ponto de partida para qualquer atividade física sistematizada. O tronco, forte e resistente, representa a atividade física, a expressão do movimento humano de forma estruturada e planejada – assim como o tronco sustenta a árvore, a atividade física é fundamental para a saúde, a qualidade de vida e o desenvolvimento humano. Os galhos, que se ramificam a partir do tronco, representam as AFAs – assim como os galhos se moldam ao ambiente para buscar luz e crescer, as adaptações nas atividades físicas permitem que pessoas com deficiência participem e se beneficiem, independentemente de suas necessidades. Dos galhos, surgem os ramos, representando os EAs, que, com regras e estruturas específicas, oferecem um ambiente desafiador e estimulante, em que habilidades e estratégias são colocadas à prova em um contexto de competição e superação. Por fim, as folhas exuberantes representam o paradesporto, o ápice da inclusão no esporte – as folhas, vibrantes e diversas, simbolizam a variedade de modalidades e a riqueza de talentos. Dessa forma, buscamos demonstrar com essa analogia que o paradesporto não é um ramo isolado, mas sim o resultado de um processo gradual e interdependente que começa com o movimento humano e se consolida com a inclusão e a participação de todos.

Isso porque, apesar do reconhecimento histórico da importância de atividades físicas sistematizadas para a promoção de saúde e bem-estar, pessoas com deficiência enfrentaram, por séculos, oportunidades escassas de acesso a elas (Winckler, 2022). Sabendo disso, foi a partir do século 19 que hospitais de reabilitação na Inglaterra começaram a incorporar exercícios físicos em seus tratamentos, visando inicialmente à reabilitação dos pacientes. Um exemplo pioneiro pode ser encontrado em *Pursuit of cricket under difficulties* (Prática de críquete sob dificuldades, em tradução livre), de Charles Dickens², que descreve a utilização

² Anexo 2 - A crônica *Pursuit of Cricket under Difficulties*, publicada em 1863 na revista editada por Charles Dickens, oferece uma narrativa vívida e bem-humorada sobre um jogo de críquete disputado por homens com deficiências físicas, muitos deles mutilados por guerras. Em meio às limitações corporais, o texto exalta a bravura, a camaradagem e a alegria dos jogadores, que, mesmo diante das adversidades, demonstram espírito esportivo e determinação. A descrição combina crítica social, ironia e empatia, evidenciando tanto o valor simbólico do esporte

da atividade física como forma de tratamento em um hospital londrino em 1861. Essa iniciativa representou um passo importante para a inclusão de pessoas com deficiência no universo da atividade física sistematizada, abrindo caminho para a posterior emergência de competições, como a Paralimpíada, no século 20.

Outro marco significativo na organização de competições esportivas para pessoas com deficiência ocorreu em 1924, com a criação dos Jogos do Silêncio – DeAFlympics –, dedicados a atletas com deficiência auditiva. Posteriormente, na década de 1940, surgiram os primeiros eventos que vieram a dar origem ao movimento paralímpico (Winckler e Oliveira, 2018, p. 177).

A busca por uma terminologia precisa e abrangente para a área da atividade física voltada às pessoas com deficiência reflete uma constante evolução, tanto em termos de conhecimento teórico quanto de práticas, impulsionada, em grande parte, pelos movimentos sociais em prol dos direitos das pessoas com deficiência (Borella, 2010). É dentro desse contexto histórico que surgem os conceitos de AFAs, EA e paradesportos.

2.7.1 Atividades físicas adaptadas

Entre as décadas de 1950 e 1970, em um contexto marcado pela luta por acessibilidade e inclusão, era comum o uso do termo “educação física adaptada”, refletindo um olhar ainda limitado à esfera educacional (Sherrill, 1998 apud Borella, 2010).

A partir da década de 1970, impulsionada por figuras como Ed Roberts e Judy Heumann, que desafiaram as normas sociais e lutaram pela autodeterminação e a igualdade de oportunidades (Sasaki, 2009), a área passou a adotar o termo “atividade física adaptada” (Sherrill, 1998 apud Borella, 2010). Essa mudança sinaliza uma ampliação de escopo, abarcando não apenas o contexto educacional, mas também a promoção da saúde, a reabilitação e a inclusão social de pessoas com deficiência.

como meio de inclusão quanto a capacidade humana de adaptar-se e encontrar prazer e dignidade mesmo em situações aparentemente desfavoráveis.

Essa perspectiva holística enriquece a compreensão da AFA. Segundo Sherrill (1998, p. 72 apud Borella, 2010), a “Atividade Física Adaptada é um programa diversificado de atividades, jogos, esportes, atividades rítmicas e expressivas cuja organização está baseada em interesses, capacidades e limitações de indivíduos com deficiência”.

A adoção do termo “atividade” em detrimento de “educação” reflete, nesse sentido, a multidisciplinaridade da área e sua interface com campos da saúde, do esporte e da recreação. Destaca-se ainda a abrangência internacional dessa nomenclatura, consolidando-a como um termo guarda-chuva que agrega diferentes perspectivas e práticas relacionadas à promoção da participação ativa de pessoas com deficiência (Sherrill, 1998 apud Borella, 2010).

Corroborando com esse ponto de vista, Marques, Castro e Silva (2001, p. 78) afirmam que “a AFA sublinha e congrega todas as formas de participação desportiva de qualquer indivíduo, mesmo com fortes limitações da capacidade de movimento, e seja qual for o objetivo dessa atividade (educativo, recreativo, competitivo ou terapêutico)”. Observa-se nesse conceito a ênfase na participação de todos os indivíduos, independentemente de suas limitações, e a variedade de objetivos que podem ser alcançados. Mauerberg de Castro (2005, p. 30) conceitua AFA como

[...] uma área profissional cuja prestação de serviços fundamenta-se num corpo de conhecimentos multi, inter e cross-disciplinares. É dirigido à identificação e à solução de problemas psicomotores, ao longo do período vital, os quais, de uma forma ou de outra, limitam a expressão potencial do indivíduo, comprometendo sua adaptação.

Assim, Mauerberg de Castro (2005) ressalta a importância da AFA na identificação e na solução de problemas psicomotores que limitam o potencial individual, evidenciando a necessidade de uma abordagem interdisciplinar e/ou crossdisciplinar

Considere um cenário em que a atividade física, que é fundamental para a saúde e o bem-estar, seja acessível a todos, independentemente de suas capacidades físicas. Essa é a premissa que norteia o conceito de AFA. Mauerberg de Castro (2005) argumenta que a AFA constitui um campo multidisciplinar que integra conhecimentos provenientes de áreas como a motricidade humana, a saúde e a educação. Seu objetivo central é desenvolver programas e

oferecer serviços voltados a pessoas de todas as idades que enfrentam barreiras à participação na vida social em âmbito familiar, escolar, profissional ou comunitário.

A implementação da AFA se dá por meio da colaboração de uma equipe multidisciplinar que inclui profissionais de educação física, recreacionistas e professores, além de especialistas em AFA, recreadores terapêuticos, educadores especiais, terapeutas ocupacionais e fisioterapeutas. Esses profissionais trabalham em conjunto para desenvolver atividades e programas personalizados, visando atender às necessidades específicas de cada indivíduo (Mauerberg de Castro, 2005).

Além de proporcionar oportunidades de movimento às pessoas com deficiência, a AFA tem um impacto mais abrangente. Ela promove a saúde, incentiva um estilo de vida ativo, contribui para a reabilitação de funções corporais e, sobretudo, fomenta a inclusão social mais equitativa (Mauerberg de Castro, 2005).

A trajetória da AFA, embora tenha ganhado maior reconhecimento nas últimas décadas, remonta a um passado distante, marcado por pioneirismos e superação de desafios. Para ilustrar essa evolução histórica, a Figura 2 apresenta marcos significativos que pavimentaram o caminho para a AFA como a conhecemos hoje.

Figura 2 – Linha do tempo da atividade física adaptada

LINHA DO TEMPO

ATIVIDADE FÍSICA ADAPTADA



Fonte: Adaptado de Winckler (2022).

2.7.2 Esportes adaptados

Esporte adaptado abarca um leque ampliado de possibilidades, englobando não apenas AFAs para atender às necessidades de pessoas com deficiência, mas também outros grupos, como idosos e pessoas com condições de saúde específicas (Winckler, 2018; 2022).

A inclusão, o lazer, a saúde e o bem-estar figuram como pilares do EA, e a competição, embora possa estar presente, não se apresenta como foco principal. A dança em cadeira de rodas, a natação adaptada para reabilitação e os jogos recreativos modificados para pessoas com deficiência intelectual ilustram a amplitude do EA (Winckler, 2018; 2022).

Paralelamente a essa trajetória histórica, os esportes também passaram por um processo constante de adaptação, buscando atender às necessidades específicas de cada indivíduo e proporcionar uma experiência esportiva completa e gratificante. Por exemplo, enquanto o basquete tradicional é considerado um esporte regular, o basquete em cadeira de rodas se adapta às necessidades de atletas com deficiência locomotora. Da mesma forma, o goalball foi concebido para atletas com deficiência visual, tornando-se um exemplo singular de esporte adaptado (Winnick, 2004).

Os esportes têm sido adaptados, ajustados ou especificamente criados para contemplar a participação de pessoas com deficiência, possibilitando uma experiência esportiva inclusiva que respeita as habilidades e as necessidades desse público diverso. Essas adaptações são fruto de um processo abrangente que visa tornar o ambiente esportivo acessível e acolhedor para todos, reconhecendo e atendendo à diversidade funcional dos praticantes (Mauerberg de Castro; Tolo; Cidade, 2011).

Conforme evidenciado por Cardoso (2012), a importância do EA transcende a perspectiva da reabilitação, abrangendo benefícios psicossociais significativos. A prática desportiva, nesse contexto, vai além da recuperação física, englobando o lazer, o desenvolvimento da autoestima e da autoconfiança, o fortalecimento do convívio social e a promoção da qualidade de vida para pessoas com deficiência (Palma et al., 2020).

A prática do EA, antes vista principalmente como ferramenta de reabilitação, vem se consolidando como um caminho para o bem-estar global (Mauerberg de Castro; Tolo; Cidade, 2011). Assim como no conceito de esporte saúde descrito por Winckler (2018), o EA se torna um importante aliado na promoção da saúde por meio do lazer, da socialização e da busca por qualidade de vida.

Para ilustrar a evolução do EA, desde os primeiros registros até os momentos mais importantes da sua consolidação, a Figura 3 apresenta marcos que impulsionaram o EA rumo ao reconhecimento e à admiração mundial.

2.7.3 Paradesporto

Enquanto o EA abrange um espectro amplo de práticas, o paradesporto se volta especificamente para o alto rendimento, com regras e classificações próprias, culminando em eventos como os Jogos Paralímpicos, tema que aprofundaremos nesta seção (Winckler, 2018; 2022).

Para diferenciar EA de paradesporto, Winckler (2022, p. 1, grifos meus) expõe que convém

[...] pensar no conceito de conjuntos, no qual um grupo de coisas pode conter um menor. Nesse sentido, **Esporte Adaptado** é o **conjunto maior** que abrange as práticas esportivas dos idosos, das pessoas com cardiopatia, câncer ou neurodiversidade, dentre vários outros, que terá como **conjunto menor** incluído no maior, o **Paradesporto**, nesse estarão as modalidades praticadas pelas pessoas com deficiência.

O paradesporto é focado exclusivamente em pessoas com deficiência. Seu objetivo principal é o alto rendimento e a competição estruturada, além possuir regras e classificações específicas para garantir a justiça em competições entre os diferentes tipos e graus de deficiência. Alguns exemplos típicos são o basquete em cadeira de rodas e o atletismo paralímpico (Winckler, 2018; 2022).

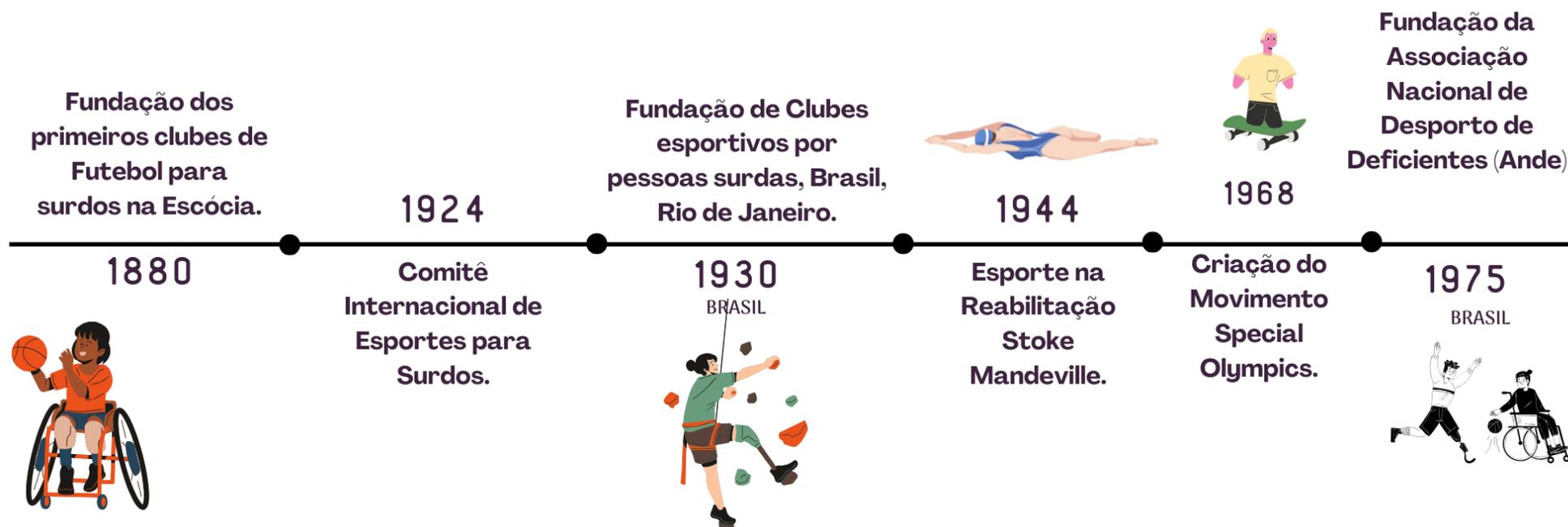
A partir dessa distinção, é possível traçar a trajetória do paradesporto, que tem suas raízes em um momento histórico fundamental, o período pós-Segunda Guerra Mundial. Um marco emblemático dessa jornada do paradesporto se deu com os Jogos de Stoke Mandeville, em 1948, evento que floresceu em meio ao renascimento esportivo do pós-guerra. Idealizados pelo neurologista sir Ludwig Guttmann, os Jogos representavam muito mais do que uma competição esportiva, eram uma poderosa ferramenta de reabilitação física e social para veteranos com lesões medulares (Costa; Sousa, 2004).

Essa iniciativa pioneira logo cruzou fronteiras, como relatam Costa e Sousa (2004, p. 31):

Os métodos utilizados por ele começaram a se expandir pelo mundo. Em 1952 um grupo de veteranos de guerra do Centro Militar de Reabilitação de Doorn (Países Baixos) competiu com os companheiros britânicos de Stoke Mandeville, acontecendo assim os primeiros Jogos Internacionais de Stoke Mandeville.

Figura 3 – Linha do tempo do esporte adaptado

LINHA DO TEMPO ESPORTE ADAPTADO



Fonte: Adaptado de Winckler (2022).

O sonho de Ludwig Guttman de um evento esportivo internacional para pessoas com deficiência semelhante aos Jogos Olímpicos começou a tomar forma graças à iniciativa de Antonio Maglio, diretor do Centro de Lesionados Medulares de Ostia, na Itália. Maglio então propôs que “os Jogos Internacionais de Stoke Mandeville se realizassem naquele ano na capital italiana, imediatamente após a XVI Olimpíada, e nas mesmas instalações, surgindo assim os Jogos Paralímpicos, com a denominação de Olimpíadas dos Portadores de Deficiência” (Costa; Sousa, 2004, p. 31).

A realização dos Jogos Paralímpicos de Roma, em 1960, marcou, portanto, um momento histórico na trajetória do paradesporto. O evento, que reuniu atletas com deficiência de diferentes partes do mundo, consolidou essa prática esportiva como uma modalidade legítima e competitiva em paralelo aos Jogos Olímpicos. A inclusão de diversas modalidades e a participação de atletas com diferentes tipos de deficiência foram essenciais para ampliar a visibilidade e a aceitação do paradesporto em escala global (Winckler, 2022 apud Bailey, 2008).

A partir de 1964, durante os Jogos de Tóquio, a denominação paralímpica passou a ser utilizada, combinando os termos paraplegia e olímpico. As modalidades esportivas presentes nos Jogos Paralímpicos, tanto individuais quanto coletivas, são reconhecidas por sua longa tradição competitiva e se assemelham às modalidades olímpicas, com as adaptações necessárias para possibilitar a participação de pessoas com deficiência. Entre as modalidades, podemos destacar as modalidades adaptadas: atletismo, basquete em cadeira de rodas, judô para cegos, natação, vôlei sentado, tênis, tênis de mesa, futebol de sete, futebol de cegos, esgrima, ciclismo, halterofilismo, arco e flecha, hipismo e tiro olímpico. Duas modalidades, no entanto, têm origem exclusivamente paralímpica: a bocha, criada para pessoas com paralisia cerebral, e o goalball, desenvolvido para pessoas com deficiência visual (Costa; Sousa, 2004).

A partir da Olimpíada de Seul, em 1988, os Jogos Paralímpicos deixaram de ser um evento à parte, passando a compartilhar o palco com os Jogos Olímpicos. Essa mudança, conforme destaca Araújo (2011), representou um passo fundamental para a consolidação do esporte paralímpico, não apenas por questões logísticas, mas principalmente por simbolizar um avanço na compreensão da importância da inclusão no esporte mundial. A partir daquele momento, as cidades candidatas a sediar a Olimpíada passaram a incluir obrigatoriamente os

Jogos Paralímpicos em seus planos, consolidando a ideia de que os dois eventos são faces de uma mesma moeda: a busca pela excelência humana.

Segundo os relatos de Costa e Winckler (2012), até a edição dos Jogos Paralímpicos de 1988, o cenário esportivo internacional para atletas com deficiência se caracterizava por uma estrutura mais flexível, em que não era necessária a obtenção de índices mínimos para participação nas competições. Os atletas tinham liberdade para competir em diversas modalidades, inclusive naquelas que eventualmente não tivessem experiência prévia, e esse formato aberto conferia aos Jogos uma atmosfera mais próxima de um festival do que a de um evento competitivo estritamente regulamentado.

No ano 2000, um acordo histórico entre o Comitê Olímpico Internacional e o Comitê Paralímpico Internacional oficializou o que já se desenhava como uma vitória da inclusão – os Jogos Paralímpicos não eram mais um evento à parte, mas parte integrante do maior espetáculo esportivo do planeta. A partir daquele momento, a mesma cidade, as mesmas instalações, a mesma energia contagiante, tudo seria compartilhado, celebrando o esporte em toda a sua diversidade e magnitude (Costa; Sousa, 2004).

Ao longo das décadas, o paradesporto expandiu seus horizontes, incorporando outras modalidades, como os Jogos Surdolímpicos, destinados a atletas com deficiência auditiva, e as Special Olympics, voltadas para pessoas com deficiência intelectual. Essa diversificação demonstra a crescente conscientização sobre a importância da inclusão no esporte, reconhecendo que a busca pela excelência esportiva transcende as limitações físicas e sensoriais. Vale ressaltar que o paratleta e/ ou atleta, em sua essência, é aquele que se desafia, se supera e inspira, independentemente de suas características individuais.

No que concerne às modalidades esportivas que compõem o paradesporto, há um amplo e diversificado leque de opções. Mauerberg de Castro, Tolo e Cidade (2011) listam as seguintes modalidades paralímpicas: arco e flecha, ciclismo, equitação, remo, vela, tênis de mesa, triatlo, natação, voleibol sentado, basquetebol em cadeira de rodas, rúgbi em cadeira de rodas, tênis em cadeira de rodas, esgrima em cadeira de rodas, bocha, hipismo, halterofilismo, futebol de 5, futebol de 7, curling em cadeira de rodas (modalidade de inverno) e judô. Deste modo, também

existem esportes criados especificamente para pessoas com deficiência, como goalball, petra, polybat e power soccer.

Winckler (2022) vai além da listagem de modalidades e propõe uma organização mais inclusiva do paradesporto. Além do tipo de deficiência, é fundamental considerar movimentos multiesportivos, como os Jogos Surdolímpicos e as Special Olympics. Essa perspectiva amplia o alcance do paradesporto e reconhece a singularidade de cada atleta, como aquelas listadas no Anexo 1³. Essa organização sistemática, com mais de 80 modalidades e quase 200 variações esportivas, amplia o acesso e as oportunidades de participação em diferentes níveis, desde o amador até o paralímpico.

Dessa forma, o paradesporto, ápice do esporte adaptado, trilha um caminho de conquistas, culminando na grandiosidade dos Jogos Paralímpicos. As figuras 4 e 5 ilustram momentos emblemáticos dessa trajetória. Para aprofundar a compreensão dessa evolução histórica, a linha do tempo a seguir apresenta marcos importantes que impulsionaram o paradesporto ao patamar de excelência que ocupa atualmente.

Ao longo do tempo, o paradesporto passou por transformações conceituais. Winckler (2022) propõe que ele seja compreendido de maneira expansiva, abarcando abordagens educativas que o visualizem não apenas como uma atividade complementar, mas como uma modalidade que ocorre de forma integrada e harmoniosa com as demais formas de esporte, promovendo igualdade e inclusão.

Reforçando a importância de se discutir os objetivos do paradesporto, Costa e Winckler (2012) afirmam que tais objetivos não são amplamente abordados pela legislação brasileira, especialmente no que tange à esfera do esporte voltado para a saúde. Esta limitação impacta o desenvolvimento do movimento paralímpico, que é fortemente dependente dos profissionais de saúde.

³ O Anexo 1, adaptado de Winckler (2022), apresenta um quadro completo com as modalidades e variações do paradesporto, ilustrando a riqueza e a diversidade desse universo. Vale ressaltar que essa ferramenta é fundamental para compreender a abrangência do paradesporto e as oportunidades que ele oferece.

Figura 4 – Linha do tempo do paradesporto (parte 1)

LINHA DO TEMPO PARADESPORTO

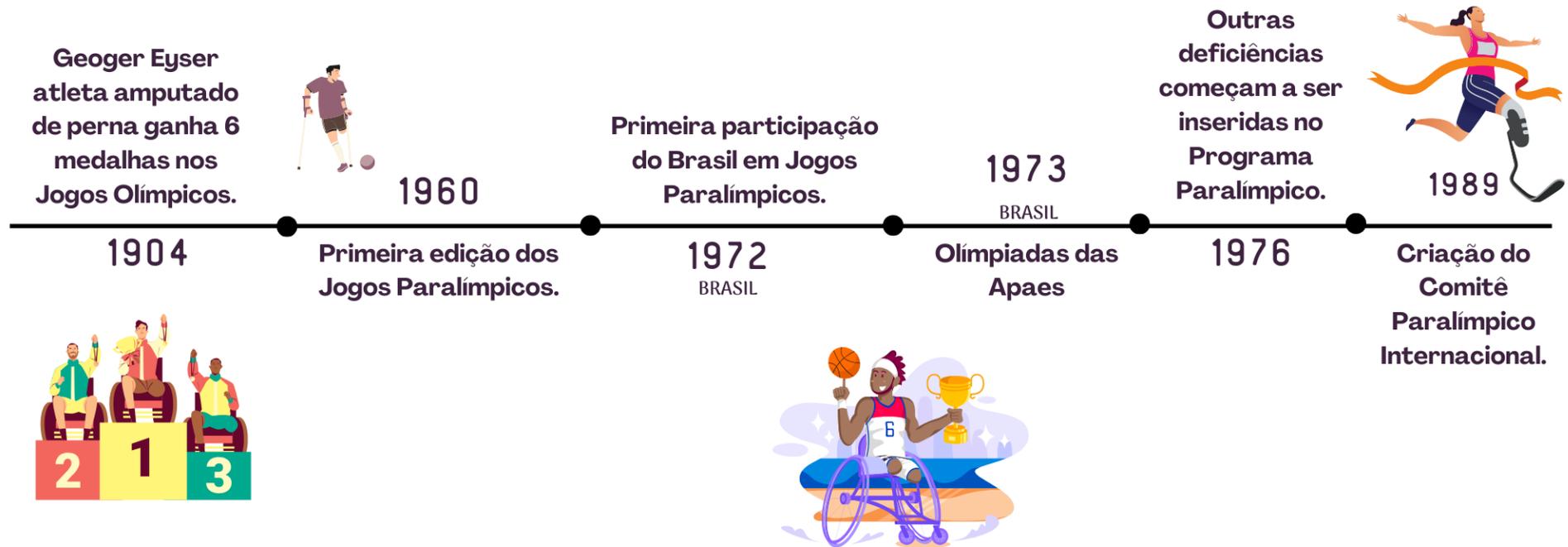


Figura 5 – Linha do tempo do paradesporto (parte 2)

LINHA DO TEMPO PARADESPORTO



Fonte: Adaptado de Winckler (2022).

Especificamente no Brasil, a trajetória do paradesporto começou a ser trilhada em meados do século 20. Em 1958, duas iniciativas pioneiras marcaram o início dessa jornada: a fundação do Clube do Otimismo, no Rio de Janeiro (Costa; Silva, 2004), e do Clube dos Paraplégicos, em São Paulo (Winckler; Oliveira, 2018). Embora a preocupação com a atividade física para pessoas com deficiência ainda estivesse em fase inicial, com foco em programas de ginástica médica para a prevenção de doenças, a criação desses clubes representou um passo fundamental para a inclusão social e a disseminação do esporte como ferramenta de transformação (Costa; Silva, 2004).

A partir da década de 1970, o movimento em prol da inclusão de pessoas com deficiência ganhou força, culminando em avanços significativos na década seguinte (Aranha, 2003). Em 1988, “o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto foi criado com a missão de promover o esporte adaptado no país” (Costa; Souza, 2004, p. 36). Essa institucionalização foi essencial para garantir recursos, organizar competições e fomentar a inclusão de atletas com deficiência em diversos níveis.

A participação pioneira do Brasil nos Jogos Paralímpicos de 1972, em Heidelberg, na Alemanha, plantou a semente para o desenvolvimento do EA no país. A criação do Comitê Paraolímpico Brasileiro, em 1995, marcou um passo decisivo na organização e na profissionalização do movimento. A partir de então, a visibilidade e o reconhecimento dos atletas paralímpicos brasileiros ganharam força no cenário internacional, com conquistas cada vez mais expressivas em diversas modalidades (Winckler; Oliveira, 2018).

Em 2011, o Brasil adotou o termo paralímpico em substituição a paraolímpico. Essa mudança foi necessária para alinhar a terminologia brasileira com a usada pelo Comitê Paralímpico Internacional (IPC) e os demais países de língua portuguesa (Parsons; Winckler, 2012). A adoção do novo termo foi motivada pela proximidade dos Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro, em 2016, buscando uniformidade e padronização internacional na nomenclatura, além de reforçar a inclusão e a representação adequada dos atletas com deficiência (Winckler; Oliveira, 2018).

2.8 ATIVIDADES FÍSICAS ADAPTADAS E SEUS BENEFÍCIOS

No que diz respeito aos efeitos biofisiológicos, Guedes e Guedes (1995) e Carvalho (2016) apontam que a prática regular de atividade física é uma poderosa aliada da saúde, elevando a qualidade de vida e atuando como um escudo contra doenças crônicas, como problemas cardíacos, diabetes e até mesmo alguns tipos de câncer. A saúde, nesse sentido, é

entendida como um estado dinâmico, uma sinfonia em que corpo, mente e relações sociais se entrelaçam. O exercício físico, com sua natureza planejada, estruturada e repetitiva, surge como um importante capítulo na história da atividade física. É por meio dele que buscamos melhorar e manter a aptidão física, desenvolvendo resistência cardiovascular, força muscular e flexibilidade, pilares de uma vida mais saudável.

Para além dos benefícios físicos, a AFA e o EA promovem inclusão e qualidade de vida para pessoas com deficiência, como afirmam Knuth, Silva e Mielke (2018, p. 3): “promover a saúde é algo distinto de prevenir as doenças e de tratá-las”. Na AFA, a inclusão e a qualidade de vida andam de mãos dadas com a saúde física, emocional e social, construindo um estilo de vida saudável que transcende a mera prevenção de doenças.

A prática de AFA não apenas fortalece o corpo, mas também fortalece vínculos sociais, promove autonomia e contribui para o bem-estar integral dos indivíduos. Pessoas com deficiência são impulsionadas a participar de AFAs em busca de competência e realização pessoal. O esporte se torna um meio para aprimorar habilidades, atingir objetivos e experimentar a satisfação do progresso individual e o reconhecimento por suas conquistas (Dashper, 2010). Ao superarem obstáculos físicos e psicológicos, essas pessoas não apenas aprimoram suas habilidades motoras e condicionamento físico, mas também fortalecem sua autoestima e senso de autoeficácia.

Considerando a importância do fator motivacional, pesquisa realizada pela Activity Alliance (2023) mostra que são as motivações intrínsecas que impulsionam o desejo das pessoas com deficiência de serem mais fisicamente ativas. A pesquisa, que contou com 998 participantes com deficiência e 976 sem deficiência, revelou que 77% dos participantes com deficiência expressaram o desejo de se envolver em AFAs, em comparação com 54% das pessoas sem deficiência. Essa diferença sugere uma forte motivação intrínseca para a prática de AFA entre pessoas com deficiência, evidenciando o entendimento de que a atividade física é essencial para seu bem-estar. A pesquisa também revelou que quase dois terços das pessoas com deficiência que se sentiam sozinhas concordaram que ser fisicamente ativas poderia ajudá-las a se sentir menos solitárias.

Tais motivações refletem a busca não apenas por benefícios físicos, mas também por conexões sociais e um sentido mais profundo de inclusão, realçando a necessidade de criar oportunidades e ambientes que atendam a esses impulsos fundamentais. Palma et al. (2020) investigaram a motivação para a prática de AFAs de 27 jogadores de basquetebol em cadeira de

rodas e 7 espectadores com deficiência física inativos, evidenciando a predominância da dimensão da saúde como motivação principal para a prática esportiva.

Estudo com adultos com deficiência intelectual observou que níveis mais elevados de prática de AFA foram associados a um menor risco de mortalidade por todas as causas. Com isso, o autor afirma que a AFA deve ser considerada como prioridade para a promoção de saúde e longevidade das pessoas com deficiência (Diaz, 2020). Diversos estudos enfatizam que a ausência de pessoas com deficiência nas AFAs é um fenômeno complexo e multifatorial, influenciado por aspectos pessoais, sociais e ambientais (Jaarsma et al., 2014; Araújo, 2017; Morgado et al., 2013).

Além dos benefícios físicos e motivacionais, a comunicação e a expressão pessoal por meio do movimento corporal são motivadores vitais para a prática de esportes por pessoas com deficiência. O EA oferece uma forma alternativa de comunicação, permitindo a expressão de individualidade, emoções e criatividade, especialmente para aqueles que enfrentam barreiras de comunicação em outros contextos (Swadesi et al. 2021).

A participação esportiva promove integração social e igualdade, desafiando estereótipos e diminuindo o estigma social associado à deficiência. Ao participarem de esportes, atletas com deficiência ajudam a quebrar barreiras e promovem positivamente a diversidade e o respeito mútuo (Kurniawan et al. 2024). Estes fatores ressaltam a importância de ambientes esportivos inclusivos e de políticas que facilitem o acesso ao esporte.

Estudos mostram que o EA impacta positivamente a qualidade de vida e a inclusão social. Wellichan e Dos Santos (2019) destacam os benefícios do crossfit adaptado para usuários de cadeiras de rodas e pessoas com amputação. Ptomey et al. (2018) observaram melhorias significativas na memória de adultos com síndrome de Down após treinos adaptados. No Alto Tietê, atletas paralímpicos relataram elevada qualidade de vida e forte motivação para o esporte (Nascimento et al., 2018).

A criação de modalidades específicas e a adaptação de esportes convencionais, juntamente com a acessibilidade em todas as suas dimensões, são essenciais para garantir o direito ao esporte e ao lazer (Silva, 2014). A motivação para o paradesporto pode ser impulsionada pelo amor ao esporte, o desejo de socialização ou o compromisso com a saúde, contribuindo para a promoção da saúde e do bem-estar físico e mental (Nascimento, 2019).

2.9 BARREIRAS ÀS ATIVIDADES FÍSICAS ADAPTADAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Em que pese ser importante para promover a saúde da população em geral, é fundamental reconhecer que, em alguns casos, as experiências com a AFA estão condicionadas a diversos fatores que atuam como barreiras, entre eles, fatores ambientais, sociais, comportamentais e físicos (Boscatto; Duarte; Gomes, 2011).

É fundamental reconhecer que as barreiras à prática de AFAs se manifestam de formas específicas para pessoas com deficiência. Barreiras ambientais, como a falta de acessibilidade em espaços públicos e privados, a inexistência ou inadequação de equipamentos adaptados e a falta de sinalização adequada, podem impedir a participação autônoma e segura. Barreiras sociais, como a discriminação, a falta de conhecimento e compreensão sobre as necessidades específicas de pessoas com deficiência e a escassez de programas e profissionais qualificados, podem gerar exclusão e desmotivação. Barreiras comportamentais, como o medo de se machucar, a insegurança em relação à própria imagem corporal e a falta de autoconfiança, podem ser intensificadas pela falta de representatividade e de exemplos positivos. Barreiras físicas, além daquelas inerentes à deficiência, podem ser agravadas pela falta de acompanhamento profissional individualizado e pela inexistência de recursos assistivos adequados. A superação dessas barreiras exige uma abordagem multifacetada que englobe políticas públicas inclusivas, investimento em infraestrutura acessível, capacitação profissional e conscientização social (Boscatto; Duarte; Gomes, 2011).

Em que pese essas barreiras afetarem diretamente a ocupação do tempo disponível da população, as pessoas com deficiência, além de serem afetadas por diversas delas, ainda lidam com aspectos sociais relevantes que prejudicam ainda mais suas oportunidades de praticar AFAs. Assim, populações específicas, como as pessoas com deficiência e grupo de pessoas com impedimentos de longo prazo, **interagindo com barreiras**, podem ter sua participação na sociedade dificultada (Brasil, 2015).

A Lei Brasileira de Inclusão conceitua barreiras como

[...] qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em: a) barreiras urbanísticas; b) barreiras arquitetônicas; c) barreiras nos transportes; d) barreiras nas comunicações e na informação; e) barreiras atitudinais; f) barreiras tecnológicas (Brasil, 2015 p. 1).

As barreiras urbanísticas estão presentes em vias e espaços públicos ou privados de uso coletivo; as barreiras arquitetônicas são encontradas em edifícios públicos e privados; as barreiras nos transportes, referem-se a sistemas e meios de transporte; as barreiras nas comunicações e informações são caracterizadas por entraves que dificultam a expressão ou recebimento de mensagens; as barreiras atitudinais estão relacionadas a comportamentos que prejudicam a participação social; e as barreiras tecnológicas dificultam ou impedem o acesso a tecnologias (Brasil, 2015).

Portanto, no que concerne ao envolvimento das pessoas com deficiência com AFAs, além das barreiras enfrentadas por pessoas sem deficiência, elas se encontram prejudicadas pela falta de condições arquitetônicas adequadas, transportes de qualidade, acesso à informação e fácil comunicação e bom senso e investimento em tecnologias assistivas, além da falta de programas adaptados voltados a essa população, ausência de adequação de metodologias e equipamentos, entre outros, conforme os estudos têm identificado.

Pereira et al. (2019), a partir de uma concepção social da deficiência, explicam que as limitações impostas pelas barreiras se devem ao ambiente em que vivemos, não à pessoa. Por esse motivo, os autores concluíram, em estudo relacionado à AFA da pessoa com deficiência física em Belo Horizonte, Minas Gerais, que as barreiras vão além dos atributos físicos, estando diretamente relacionadas a aspectos políticos, sociais e culturais. Corroborando esta perspectiva, Beltrame (2022B) nota que, apesar dos indícios de uma organização coletiva nos grupos que propiciam a participação em AFAs, mantém-se a dinâmica em que é a pessoa que precisa se adaptar ao ambiente físico, não o contrário. Logo, os comportamentos e as percepções reforçam a consolidação de um poder normativo.

O impacto das condições arquitetônicas inadequadas ao envolvimento com a AFA por pessoas com deficiência visual foi evidenciado em estudo realizado em Santa Maria, Rio Grande do Sul. Conforme dados obtidos por Machado et al. (2015), a falta de espaço físico adequado às condições das pessoas com deficiência visual figurou como um dos principais motivos para a inatividade física. Para Marmeleira et al. (2018) e Feliciano et al. (2019), as barreiras arquitetônicas desempenham um papel preponderante na falta de acesso às práticas de AFAs para pessoas com deficiência visual, sendo essas barreiras associadas à insegurança que os espaços inadequados provocam.

Aliada à ausência de equipamentos adequados, uma pesquisa desenvolvida por Silva et al. (2023) sobre as barreiras à prática de AFA e suas implicações na qualidade de vida de pessoas com deficiência visual residentes em Florianópolis, Santa Catarina, detectou que a falta de

recursos financeiros também era motivo preponderante para a não participação nessas atividades.

A respeito da atuação negativa da falta de recursos financeiros sobre o envolvimento de pessoas com deficiência visual em AFAs, Seron et al. (2015) evidenciaram que a falta de dinheiro era uma das principais barreiras à prática de AFA entre pessoas com deficiência motora. A pesquisa de Beltrame et al. (2018) com pessoas com deficiência física residentes em Brasília, Distrito Federal, também trouxe dados que indicaram a influência negativa da barreira financeira em oportunidades de prática de AFA.

No contexto dessa discussão, é pertinente mencionar que quatro em cada dez pessoas com deficiência acreditam que o custo de vida afetou significativamente sua capacidade de se manterem fisicamente ativas, condição que contribuiu para uma redução na socialização. A discrepância nos gastos com AFA entre pessoas com deficiência e sem deficiência indica a urgência de abordar as barreiras financeiras que limitam o acesso a essas atividades. Desse modo, o medo de que a busca por uma vida mais ativa possa resultar na perda de benefícios financeiros realça a necessidade crítica de políticas e práticas (Activity Alliance, 2023).

Além das barreiras supracitadas, Beltrame (2022B) ressalta as barreiras atitudinais, que impedem e afetam vários campos da vida da pessoa com deficiência usuária de cadeira de rodas, entre elas, a segurança, a tranquilidade e o sentimento de pertencimento aos espaços promotores de AFA. Marmeleira et al. (2018) e Feliciano et al. (2019) seguem a mesma linha de raciocínio com relação às barreiras atitudinais. Pereira et al. (2019), em estudo realizado com pessoas com deficiência física, também evidenciaram que atitudes negativas e preconceituosas na sociedade estavam ligadas às barreiras atitudinais.

Ainda sob a mesma perspectiva, Foganholti e Gonçalves (2015) destacam a importância de narrativas que desfaçam preconceitos e corrijam concepções equivocadas associadas à participação das pessoas com deficiências nas AFAs. Reforçando este ponto de vista, Beltrame (2022A, p. 8) observou “um processo que estigmatiza os participantes, submetendo-os a desvalorizações por meio de atitudes e práticas legitimadas” por meio das narrativas identificadas em sua pesquisa.

Beltrame (2022B) enfatiza que as atividades sociais que promovem interações coletivas incorporam um processo educativo que influencia diretamente a preservação ou a mudança da realidade, ou seja, a educação nessas práticas contribui para moldar ou transformar o contexto em questão.

Conforme indicado nos estudos de Morgado et al. (2013), por vezes, as barreiras atitudinais são decorrentes de ações das próprias famílias. Este aspecto é particularmente relevante, pois, embora a família possa ser um facilitador para a AFA, na maioria das vezes, torna-se uma barreira ao dificultar o acesso à prática por falta de conhecimento, superproteção e receio de situações nas quais o familiar não possa estar presente para prestar auxílio.

Outro tipo de barreira que pode interferir na prática de AFAs de pessoas com deficiência são as barreiras programáticas, que podem dificultar ou impedir a utilização dos serviços de lazer (Sasaki, 2009). Silva (2014) entende que as AFAs fomentadas em espaços esportivos e regulamentadas por políticas públicas podem criar barreiras programáticas caso as pessoas com deficiência não estejam contempladas em dias de atendimento, horários e público-alvo. Para pessoas com deficiência, a existência dessas barreiras se reflete na falta de atividades direcionadas e em condições específicas dos espaços de lazer.

Em consonância a esse contexto, pesquisa conduzida por Silva (2014) em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, ao avaliar a acessibilidade metodológica e programática em parques esportivos da região, evidenciou que, dos cinco parques analisados, apenas um proporcionava efetivamente a inclusão de pessoas com deficiência. Ademais, observou que os programas esportivos não apresentavam adaptações significativas nas regras, desconsiderando as dimensões essenciais de acessibilidade. Esses achados indicam uma preocupante violação do direito à acessibilidade metodológica e programática no contexto das AFAs para indivíduos com deficiência, conforme apontado por Silva et al. (2018).

Barreiras ao acesso às experiências de AFAs também foram evidenciadas em decorrência da inadequação das metodologias de atendimento a pessoas com deficiência visual em Santa Maria, Rio Grande do Sul, haja vista que a falta de profissionais capacitados figurou entre os fatores que atuaram negativamente para o aumento da inatividade física (Machado et al., 2015). Tal quadro também foi evidenciado por Jaarsma et al. (2014), que identificaram que a falta de instruções para conduzir crianças com deficiência física no esporte foi relatada como barreira por crianças, pais e profissionais da saúde.

Portanto, dados de diversos estudos ressaltam que a ausência de políticas públicas, a falta de implementação de programas e ações sociais e a ausência das devidas adaptações direcionadas às pessoas com deficiência representam barreiras que merecem atenção minuciosa dos órgãos públicos (Seron et al., 2015; Araújo, 2017; Marmeleira et al., 2018; Feliciano et al., 2019; Pereira et al., 2019; Beltrame, 2022A, Beltrame, 2022B). Entende-se que, “ao se planejar as políticas públicas, é necessário considerar a especificidade de determinados grupos

populacionais. A linha é tênue, e no equilíbrio entre o geral e o específico se estabelece o desafio” (Caravage; Oliver, 2018, p. 995).

Em virtude dos argumentos apresentados, as barreiras enfrentadas por pessoas com deficiências na prática de AFAs confirmam a complexidade desses desafios, exigindo que ações e comportamentos direcionados à acessibilidade em suas diversas dimensões, entre elas, as políticas públicas, sejam implementados, a fim de possibilitar a inclusão das pessoas com deficiência em oportunidades de prática de AFAs.

2.10 DIMENSÕES DA ACESSIBILIDADE E SUA APLICAÇÃO A ATIVIDADES FÍSICAS ADAPTADAS

A literatura especializada sobre pessoas com deficiências apresenta a existência de seis dimensões da acessibilidade, que abrangem diversos aspectos (arquitetônico, comunicacional, metodológico, instrumental, programático e atitudinal), sendo necessário que adequações sejam realizadas de modo a proporcionar a acessibilidade (Sasaki, 2009).

Proporcionar acessibilidade nessas dimensões, a partir da compreensão do desenho universal⁴, beneficia não apenas as pessoas com deficiência, mas a sociedade como um todo, tornando-se uma qualidade desejada em todos os contextos da atividade humana (Silva, 2014), entre eles, as AFAs, por vezes materializadas por intermédio dos esportes adaptados.

A dimensão atitudinal consiste em construir uma sociedade e ambientes de prática de AFAs que sejam inclusivos e respeitosos com a diversidade, criando oportunidades equitativas para todos os indivíduos, independentemente de suas características ou habilidades (Sasaki, 2009). Com isso, ela serve como base sobre a qual todas as outras dimensões da acessibilidade possam ser construídas com sucesso (Lima; Tavares, 2012). Em estudo realizado acerca do Guia de Atividade Física de 2020, Orcioli-Silva et al. (2021) observaram que a superação de barreiras atitudinais pode figurar como um facilitador à prática de AFAs.

Pesquisa realizada em projeto de extensão na Universidade Federal de Santa Catarina evidenciou que entre os facilitadores da prática de AFAs estavam aqueles voltados a fatores pessoais, como, por exemplo, simpatia, conhecimento profissional e ausência de constrangimento da prática. Os autores relataram que a construção de um ambiente de apoio

⁴“Produção de produtos, equipamentos, interiores e exteriores de edifícios, sistemas de transporte, áreas urbanas, assim como tecnologia da informação, acessível e utilizável por todos, independentemente de gênero, etnia, saúde ou deficiência, ou outros fatores correlatos” (Preiser, 2010 p. 20).

social e oferta de programas esportivos descentralizados foram fatores que contribuíram com a participação efetiva dos envolvidos (Biduski et al., 2021).

As experiências conduzidas por Feliciano et al. (2019) forneceram orientações práticas relacionadas aos guias de corrida de rua, cujos direcionamentos se revelaram fundamentais no âmbito da dimensão atitudinal. Segundo os autores, palavras e comportamentos afirmativos, evitar superproteção, esclarecer dúvidas, consultar a melhor forma de orientação, conhecer o ritmo desejado ou possível da pessoa e antecipar informações sobre obstáculos, além da utilização de termos adequados para se referir às pessoas com deficiência são essenciais. Quando implementadas, essas atitudes promovem um ambiente inclusivo e respeitoso, contribuindo para a autonomia, a segurança e o bem-estar das pessoas com deficiência e daqueles que as assistem e com os quais interagem.

No que tange à dimensão arquitetônica, a acessibilidade requer a eliminação de barreiras físicas por intermédio da implementação de rampas, portas largas, banheiros adequados e instalações amplas. Então, a dimensão arquitetônica da acessibilidade é fundamental para assegurar que todos tenham igualdade de acesso aos espaços públicos (Sasaki, 2009).

Para atender às demandas de acessibilidade arquitetônica, é imprescindível ajustar a infraestrutura urbana conforme as normas estabelecidas pela ABNT, como proporcionar ambientes adequados para treinamentos e disponibilizar banheiros móveis adaptados (Feliciano et al., 2019). Assumindo perspectiva mais abrangente, a análise de Silva (2014) pontua que o conceito de acessibilidade arquitetônica não se limita exclusivamente às pessoas com deficiência, mas deve ser estendido para beneficiar toda a população, haja vista que o desenho universal prevê que este esteja adequado ao atendimento de idosos, gestantes, crianças em carrinho etc.

No âmbito da dimensão programática, a atenção se volta para a eliminação de barreiras invisíveis que se encontram embutidas em decretos, leis, regulamentos, políticas públicas e outros arcabouços legais (Sasaki, 2009). Sob a ótica da inclusão, Silva (2014) expõe que a acessibilidade programática deve não apenas incentivar a participação de pessoas com deficiência no esporte, mas também promover a integração delas com aquelas sem deficiência em diversos contextos esportivos.

Na dimensão metodológica, observa-se a necessidade de substituir abordagens tradicionais que não consideram as deficiências das pessoas, estabelecendo novas propostas e acordos nos serviços de lazer, visando à inclusão e ao atendimento adequado das pessoas com deficiência nesse campo específico (Sasaki, 2009).

De acordo com Silva (2014), no âmbito esportivo, assegurar a acessibilidade metodológica implica ajustar modalidades esportivas já existentes ou criar novas de forma a atender às necessidades específicas, como no caso das pessoas com deficiência. Essas adaptações podem ser voltadas para grupos específicos, por exemplo, o futebol de cinco para deficientes visuais, ou para grupos diversificados, como no tênis de mesa adaptado para pessoas com paralisia cerebral, amputações, deficiência físico-motora ou deficiência intelectual.

Um facilitador essencial para a prática de AFA por pessoas com deficiência é a presença de professores especializados que acreditem no potencial de seus alunos e os motivem a superar suas limitações. Morgado et al. (2013, p. 384) apresentam a importância da “atuação eficaz de professores especializados, pautada, sobretudo, na crença de que seus alunos com cegueira são capazes de realizar diferentes atividades”, o que impacta positivamente a motivação para a prática de atividade física. Assim, Feliciano et al. (2019) defendem ações como a preparação de guias de corrida, a promoção de AFAs para pessoas com deficiência, a acessibilidade em ambientes de competição, a premiação em igualdade, a identificação clara de guias e a inclusão de categorias específicas para pessoas com deficiência. Ações como essas, além de promoverem a inclusão, demonstram o reconhecimento da capacidade e do potencial dessas pessoas no contexto da AFA.

A dimensão instrumental da acessibilidade enfoca a adaptação e a adequação de aparelhos, equipamentos, ferramentas e dispositivos utilizados em diferentes contextos. A falta de consideração das limitações físicas, sensoriais e mentais de algumas pessoas com deficiência tem resultado na inacessibilidade a esses instrumentos (Silva, 2014).

Incluir a necessidade de tornar aparelhos e equipamentos de lazer acessíveis, bem como garantir a acessibilidade total, faz-se necessário para a melhor compreensão desta dimensão da acessibilidade (Sasaki, 2009). De modo a promover a acessibilidade instrumental, Feliciano et al. (2019) apresentam direcionamentos práticos em relação às pessoas com deficiência visual praticantes de corrida de rua, entre elas, a implementação de sinalização contrastante e/ou sonora nos percursos, adoção de práticas de design acessíveis em sites e oferta de largadas diferenciadas com três minutos de antecedência.

2.11 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATIVIDADE FÍSICA ADAPTADA COMO VEÍCULO DE PROMOÇÃO DA INCLUSÃO E DA SAÚDE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Uma política pública, em sua essência, é uma diretriz criada para lidar com um problema que afeta a sociedade. Essa orientação se traduz em ações (ou mesmo na sua ausência) e se caracteriza por dois elementos principais, a intenção de agir de forma pública e a resposta a um problema considerado coletivamente relevante (Secchi, Coelho e Pires, 2020). Assim, no contexto da inclusão e da saúde das pessoas com deficiência, as políticas públicas assumem um papel essencial, ao direcionar esforços para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

A promoção da inclusão e da saúde de pessoas com deficiência exige uma abordagem abrangente, que englobe diversas esferas da vida social. Para que as diferentes vertentes do EA (reabilitadora, de rendimento, escolar e de lazer) se concretizem, é fundamental que projetos, programas e eventos sejam planejados e implementados por diferentes atores sociais, incluindo desde instituições da administração pública (municipal, estadual e federal) até instituições educacionais, entidades esportivas e associações diversas, fortalecendo a inserção das pessoas com deficiência na sociedade (Silva, 2014). Nesse sentido, as políticas públicas atuam como instrumentos norteadores para garantir que essa inclusão aconteça de forma efetiva e estruturada.

Para que os benefícios da inclusão cheguem a todas as pessoas com deficiência, as políticas públicas devem contemplar os diferentes tipos de acessibilidade propostos por Sasaki (2009), desde a eliminação de barreiras físicas e sociais até a garantia de acesso a recursos e tecnologias assistivas. Essa abordagem abrangente é fundamental para que as pessoas com deficiência possam exercer sua autonomia, participar ativamente da sociedade e desfrutar de uma vida sem serem expostas a paradigmas excludentes e segregacionistas.

A implementação de políticas públicas eficazes para pessoas com deficiência exige uma atuação em diferentes níveis governamentais. Os municípios, por estarem mais próximos da realidade local e das necessidades específicas de seus cidadãos, desempenham um papel fundamental nesse processo (Seron et al., 2015; Araújo, 2017; Marmeleira et al., 2018; Feliciano, 2019; Pereira et al., 2019; Beltrame, 2022A; 2022B;). São os municípios que podem promover ações e programas mais direcionados, como a criação de centros de reabilitação, a adaptação de espaços públicos, a oferta de atividades esportivas adaptadas e a capacitação de profissionais que atuam diretamente com pessoas com deficiência.

A partir desses elementos, o ciclo conceitual de uma política pública compreende etapas que englobam agenda-setting, formulação, decisão e implementação e, por fim, o monitoramento e a avaliação dessas políticas (Heidemann; Salm, 2010). Para maior compreensão e sustentação das etapas do ciclo, a produção de informação se faz necessária para a análise de tais políticas públicas, sobretudo na etapa da implementação (Secchi et al., 2020), na questão estudada, relacionadas à pessoa com deficiência.

Em virtude dos argumentos apresentados, para que as pessoas com deficiência sejam beneficiadas, é necessário que os diferentes tipos de acessibilidades (atitudinal, arquitetônica, programática e instrumental) sejam levados em consideração (Sasaki, 2009), a fim de que essas pessoas não sejam expostas (novamente) a paradigmas excludentes e segregacionistas (Aranha, 2001), sobretudo em seu tempo disponível para o lazer.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a inclusão das pessoas com deficiência em programas de AFA fomentados pela Fundesporte no contexto educacional do Estado de Mato Grosso do Sul.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Investigar os programas de AFA desenvolvidos e as pessoas com deficiência atendidas;
- Identificar as AFAs fomentadas e analisar a existência de acessibilidade (programática e metodológica) e como ela se dá;
- Avaliar os objetivos com que os programas voltados às pessoas com deficiência são desenvolvidos e como a promoção da saúde se encontra presente;
- Analisar a abrangência, a magnitude e a continuidade desses programas.

4 MATERIAIS E MÉTODOS

4.1 PESQUISA DOCUMENTAL

A pesquisa em questão adota uma abordagem exploratória, que visa aprimorar ou descobrir ideias e intuições, buscando construir uma maior familiaridade com o problema para torná-lo mais claro (Gil, 2002), com ênfase em métodos quali-quantitativos e análise documental.

No entanto, se a relação entre quantitativo e qualitativo, entre objetividade e subjetividade não se reduz a um continuum, ela não pode ser pensada como oposição contraditória. Pelo contrário, é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais “ecológicos” e “concretos” e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa. (Minayo; Sanches, 1993, p. 247)

A análise desses documentos seguiu as diretrizes estabelecidas por Gil (2002) e foi conduzida por meio de uma abordagem abrangente, contemplando fontes diversas, incluindo documentos preservados em arquivos públicos e/ou instituições privadas, quando disponíveis. Adicionalmente, foram considerados documentos de segunda mão⁵, como possíveis relatórios de pesquisas que fundamentaram a criação de editais e pareceres, resultando na coleta de números e dados durante o desenvolvimento do programa objeto de análise.

O objeto da análise foram os programas de AFA fomentados pelo governo estadual em Mato Grosso do Sul. O período de estudo foi restrito ao intervalo de 2020 a 2024, em virtude de a publicação dos editais no formato on-line ter se iniciado em 2020.

Foram empregados procedimentos analíticos alinhados com as diretrizes propostas por Gil (2010) para análise documental, com as devidas adaptações para atender às necessidades específicas desta pesquisa.

4.2 DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS EM RESPOSTA AO PROBLEMA DA PESQUISA POR OCASIÃO DO DELINEAMENTO DO PROJETO DE INVESTIGAÇÃO

O processo foi realizado por meio de uma revisão de literatura exploratória, seguindo a metodologia sugerida por Deslandes (2010). Essa revisão foi fundamental para mapear as

⁵ “[...] os documentos ‘de primeira mão’, que não receberam nenhum tratamento analítico. Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc. Incluem-se aqui inúmeros outros documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins etc. De outro lado, há os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc.” (GIL, 2002, p. 46).

questões previamente formuladas no campo de estudo, possibilitando a identificação das áreas que receberam maior ênfase, bem como aquelas que têm sido menos exploradas. Assim, a formulação do problema surgiu durante a elaboração do pré-projeto (Gil, 2010) e, posteriormente, na reformulação do projeto. O projeto passou por ajustes ao longo da disciplina de Metodologia e por meio de reuniões de orientação subsequentes.

4.3 CONSTITUIÇÃO DE UM QUADRO REFERENCIAL

No que tange ao referencial teórico que norteou os conceitos em relação à inclusão de pessoas com deficiência, ele é baseado nos paradigmas delineados por Aranha (1995, 1999, 2000, 2001, 2005, 2007) e nas contribuições de Sasaki (2004, 2005, 2006, 2007) com relação às definições e às aplicações da acessibilidade atitudinal, programática, metodológica e instrumental (Sasaki, 2005). Desse modo, no contexto da AFA, do EA e do paradesporto, foram consideradas as perspectivas oferecidas por Cardoso (2011), Araújo (2011) e Winnick (2004), Winckler (2012; 2018; 2022) e Mauerberg de Castro (2005; 2011).

Esta dissertação analisa leis, decretos, programas, projetos, regulamentos e editais de abertura e relatórios dos programas de AFA voltados a programas esportivos em Mato Grosso do Sul e envolvimento das pessoas com deficiência obtidos por meio de solicitação, via ofício, feita à Fundesporte, o que permitiu a identificação dos documentos expostos no Quadro 2.

Quadro 2 – Identificação dos documentos obtidos

Documentos	Descrição
Lei Complementar nº 87, de 31 de janeiro de 2000.	Dispõe sobre o Estatuto dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.
Resolução SED nº 3.400, de 22 de janeiro de 2018.	Dispõe sobre a atribuição de aulas temporárias para função docente, em regime de suplência, nas escolas da Rede Estadual de Ensino e dá outras providências.
Lei Complementar nº 266, de 10 de julho de 2019.	Altera, acrescenta e revoga dispositivos à Lei Complementar nº 87, de 31 de janeiro de 2000, que dispõe sobre o Estatuto dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências
Resolução SED nº 3.614, de 23 de julho de 2019.	Autoriza o funcionamento do curso AJA-MS – Avanço do Jovem na Aprendizagem em Mato Grosso do Sul em escolas da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul
Decreto nº 15.298, de 23 de outubro de 2019.	Regulamenta o processo seletivo simplificado para a constituição do banco reserva de profissionais para a função docente temporária, a ser utilizado na convocação de docentes na Rede Estadual de Ensino.

Decreto nº 15.346, de 15 de janeiro de 2020.	Altera o Decreto nº 15.298, de 23 de outubro de 2019, que regulamenta o processo seletivo simplificado para a constituição do banco reserva de profissionais para a função docente temporária, a ser utilizado na convocação de docentes na Rede Estadual de Ensino.
Extrato do Termo de Cooperação Educacional nº 73/SED/2020.	Atuação institucional compartilhada entre os partícipes, com vistas à realização do Programa MS Desporto Escolar/Prodesc – Treinamento Desportivo, ao qual se ligam o Projeto MS Campeões, o Programa Especial de Esporte e Lazer Inclusivo [escolas indígenas, escolas localizadas em quilombolas e escolas localizadas em Unidades Educacionais de Internação (Uneis)], o Projeto Bom de Bola, Bom na Escola e o Programa Forças no Esporte (Profesp) e demais ações do Núcleo de Esporte (Nesp) nas escolas da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.
Resolução SED nº 3.829, de 20 de janeiro 2021.	Regulamenta a atribuição de aulas do Programa MS Desporto Escolar/Prodesc/Fundesporte/SED/MS – Treinamento Desportivo, extensiva ao Projeto MS Campeões, ao Programa Especial de Esporte e Lazer Inclusivo, ao Projeto Bom de Bola, Bom na Escola e ao Programa Forças no Esporte (Profesp), no âmbito das escolas da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.
Normas de Orientação 2021.	Institui Normas de Orientação para a implantação e desenvolvimento do Programa MS Desporto Escolar – Prodesc – Treinamento Desportivo, ao qual se vinculam o Projeto MS Campeões, o Programa Especial de Esporte e Lazer Inclusivo (Indígenas, Quilombolas e Uneis), O Projeto Bom de Bola, Bom na Escola da Polícia Militar de MS e o Programa Forças do Esporte (Profesp), do Exército Brasileiro.
Edital de Resultado 2021.	Ficam convocados os candidatos aprovados no processo seletivo, mediante análise curricular e capacidade técnica, para o Programa MS Desporto Escolar – Prodesc, relacionados abaixo, a apresentar à direção escolar a documentação necessária para contratação.
Decreto nº 15.787, de 7 de outubro de 2021.	Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto Estadual nº 15.298, de 23 de outubro de 2019, que regulamenta o processo seletivo simplificado para a constituição do banco reserva de profissionais para a função docente temporária, a ser utilizado na convocação de docentes na Rede Estadual de Ensino.
Resolução SED nº 3.965, de 22 de dezembro de 2021.	Regulamenta a atribuição de aulas do Programa MS Desporto Escolar, composto pelo Projeto Treinamento Desportivo, Projeto Especial de Esporte e Lazer Inclusivo, Projeto Bom de Bola, Bom na Escola e Programa Forças no Esporte (Profesp), no âmbito da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.
Normas de Orientação 2022.	Institui Normas de Orientação para a implantação e desenvolvimento do Programa MS Desporto Escolar – Prodesc – Treinamento Desportivo, ao qual se vinculam o Projeto MS Campeões, o Programa Especial de Esporte e Lazer Inclusivo (Indígenas, Quilombolas e Uneis), o Projeto Bom de Bola, Bom na Escola da Polícia Militar de MS e o Programa Forças do Esporte (Profesp), do Exército Brasileiro.
Edital de Resultado 2022.	Ficam convocados os candidatos aprovados no processo seletivo, mediante análise curricular e capacidade técnica, para o Programa MS Desporto Escolar – Prodesc, relacionados abaixo, a apresentar à direção escolar a documentação necessária para contratação.

Resolução SED nº 4.182, de 28 de abril de 2023.	Regulamenta a atribuição de aulas do Programa MS Desporto Escolar (Prodesc), composto pelo Projeto Treinamento Desportivo, Projeto Especial de Esporte e Lazer Inclusivo, Projeto Bom de Bola, Bom na Escola, Programa Forças no Esporte e Projeto Pedalando para o Futuro, no âmbito das unidades escolares da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências (Nova Redação pela Resolução SED nº 4.308).
Edital de Resultado 2024.	Ficam convocados os candidatos aprovados no processo seletivo, mediante análise curricular e capacidade técnica, para o Programa MS Desporto Escolar – Prodesc, relacionados abaixo, a apresentar à direção escolar a documentação necessária para contratação.
Normas de Orientação 2024.	Institui Normas de Orientação para a implantação e desenvolvimento do Programa MS Desporto Escolar – Prodesc – Treinamento Desportivo, ao qual se vinculam o Projeto MS Campeões, o Programa Especial de Esporte e Lazer Inclusivo (Indígenas, Quilombolas e Uneis), O Projeto Bom de Bola, Bom na Escola da Polícia Militar de MS e o Programa Forças do Esporte (Profesp), do Exército Brasileiro.
Edital de Resultado 2024.	Ficam convocados os candidatos aprovados no processo seletivo, mediante análise curricular e capacidade técnica, para o Programa MS Desporto Escolar – Prodesc, relacionados abaixo, a apresentar à direção escolar a documentação necessária para contratação.
Resolução SED nº 4.308, de 10 de maio de 2024.	Altera a Resolução SED nº 4.182, de 28 de abril de 2023, que regulamenta a atribuição de aulas do Programa MS Desporto Escolar (Prodesc), composto pelo Projeto Treinamento Desportivo, Projeto Especial de Esporte e Lazer Inclusivo, Projeto Bom de Bola, Bom na Escola, Programa Forças no Esporte, Projeto Pedalando para o Futuro no âmbito das unidades escolares da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

4.4 CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA DE CATEGORIAS

As categorias compreendem os descritores que expressam a essência central do conceito. Nesse sentido, foram identificadas cinco categorias principais: programas voltados às pessoas com deficiência; pessoas com deficiência atendidas; AFAs fomentadas; enfoques dados pelos programas às AFAs; e alcance e abrangência desses programas.

4.5 DEFINIÇÃO DE UNIDADES DE ANÁLISE

São quatro as unidades de análise: programas de AFA voltados às pessoas com deficiência, pessoas com deficiências atendidas (papel e função exercida), AFAs fomentadas pelo desenvolvimento do programa e enfoque dado pelos programas às AFAs. Dessa forma, foram submetidos à análise todos os documentos que reportavam informações concernentes às unidades de análise propostas. Adicionalmente, informações quantitativas expressas em tabelas, referentes ao número de participantes, ao investimento e às modalidades oferecidas, foram transferidas para planilhas.

4.6 DEFINIÇÃO DE REGRAS DE ENUMERAÇÃO

Os critérios adotados englobaram:

- Programas voltados às pessoas com deficiência (presença ou ausência);
- Pessoas com deficiência atendidas – presença, ausência e frequência;
- AFAs fomentadas – presença, ausência e frequência;
- Enfoques dados pelos programas às AFAs – presença e ausência;
- Alcance e abrangência desses programas – presença, ausência e frequência.

4.7 TESTE DE FIDEDIGNIDADE

Foram conduzidas duas análises documentais, com o intuito de identificar possíveis contradições entre os resultados das análises empreendidas.

4.8 TRATAMENTO DE DADOS

O tratamento dos dados foi conduzido por meio de uma análise de frequência, na qual procedemos à contagem das ocorrências em que os projetos se relacionaram com cada um dos temas analisados.

4.9 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Foi realizada por intermédio da análise da variância (Anova), a partir do referencial teórico apresentado na metodologia, ou seja, com base na teoria bioecológica.

5 ANÁLISE DOS DADOS

5.1 PROGRAMA MS DESPORTO ESCOLAR (PRODESC)

Em 2020, o esporte em Mato Grosso do Sul passou por mudanças com a implementação do Programa MS Desporto Escolar (Prodesc), fruto de uma parceria entre a Fundação de Esporte e Lazer de Mato Grosso do Sul e a Secretaria de Estado de Educação (SED). O Prodesc substituiu o Programa Escolar de Formação e Desenvolvimento Esportivo, mas manteve seus objetivos centrais.

Com a missão de fortalecer o esporte e promover a inclusão, o Prodesc iniciou suas atividades incorporando projetos já existentes, tais como o Bom de Bola, Bom na Escola e o Programa Forças no Esporte (Profesp). Com o passar dos anos, foram incluídos novos projetos, tornando-o um programa abrangente, ao qual foram ancorados outros, ou seja, um programa guarda-chuva.

Figura 6 – Linha do tempo dos programas ancorados no Prodesc (2020-2024)



Fonte: Elaborado pela autora.

Em 2021, houve uma importante ampliação do programa. Novas iniciativas, como o Projeto MS Campeões – Treinamento Desportivo e o Programa Especial de Esporte e Lazer Inclusivo, foram criadas, ampliando o alcance e introduzindo o esporte em contextos educacionais até então não contemplados, como escolas indígenas, escolas quilombolas e Unidades Educacionais de Internação (Uneis).

Como um programa guarda-chuva, em 2021, o Prodesc voltado ao treinamento esportivo nas escolas teve seu nome alterado para Prodesc – Treinamento Esportivo. Isso marcou a separação do Prodesc enquanto política pública macro (guarda-chuva) e o Prodesc – Treinamento Esportivo como programa específico.

Em 2022, o Programa Especial de Esporte e Lazer Inclusivo sofreu uma reestruturação significativa, em que as normas específicas de funcionamento do programa em comunidades indígenas e quilombolas passaram a ser diferentes em relação ao seu funcionamento nas Uneis. Essa mudança teve como objetivo melhorar o atendimento a esses grupos específicos, ajustando as atividades esportivas às suas características culturais e sociais específicas, apresentando indícios de um possível empenho do programa na inclusão e na diversidade, sobretudo no que tange à fundamentação legal em relação aos menores privados de liberdade.

Em 2023, novos projetos foram implementados, como o MS Pedalando para o Futuro e o Projeto Esporte Universitário, demonstrando o esforço contínuo da Fundesporte em diversificar e ampliar as oportunidades de acesso ao esporte. Contudo, nesse mesmo ano, o Projeto MS Campeões foi extinto.

No que tange aos objetivos do Prodesc guarda-chuva, em 2020, estavam voltados exclusivamente ao desenvolvimento esportivo dos estudantes da Rede Estadual de Ensino, com ênfase na descoberta de talentos e na formação de equipes competitivas para os Jogos Escolares. Em 2021, ampliou seus horizontes, visando não somente ao desempenho esportivo, mas também à formação integral do estudante-atleta, com a inclusão de programas de treinamento esportivo, ações de inclusão social e atenção ao rendimento escolar. O programa começou a unir o esporte ao desenvolvimento acadêmico, estabelecendo bancos de dados para acompanhamento do perfil dos atletas e promovendo habilidades psicossociais, tais como liderança, trabalho em equipe, disciplina e resiliência. Em 2024, o objetivo geral passou a ser incentivar a formação e o desenvolvimento esportivo dos estudantes-atletas da Rede Estadual de Ensino, focando no treinamento especializado e na cooperação com escolas municipais e particulares para a participação nos Jogos Escolares e em outros eventos esportivos (Quadro 3).

Quadro 3 – Objetivos e público-alvo dos programas/projetos que compõem o Prodesc guarda-chuva – Fundesporte/Mato Grosso do Sul – 2020-2024

PROGRAMAS/ PROJETOS	OBJETIVOS	PÚBLICO- ALVO	FAIXA ETÁRIA	SEXO	
				M	F
Projeto Bom de Bola, Bom na Escola	Geral: combater a evasão escolar. Para participar do programa, uma das exigências é que o aluno esteja devidamente matriculado na rede de ensino municipal, estadual ou particular.	Estudantes-atletas	7 a 17 anos	x	x

Programa Forças no Esporte (Profesp)	<p>Geral: promover a inclusão social de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social por meio da prática de esportes e de atividades que visam à educação integral.</p> <p>Específicos: melhorar a qualidade de vida; fortalecer a integração social e a cidadania; reduzir os riscos sociais; desenvolver e acompanhar novos talentos; aproximar as Forças Armadas da comunidade.</p>	Estudantes-atletas	7 a 17 anos	x	x
Projeto MS Campeões	<p>Geral: contribuir no processo de transição do esporte escolar para o esporte de rendimento, mantendo sua relevância e importância no cenário escolar a partir de meios e instrumentos capazes de processar o desenvolvimento das capacidades físicas, cognitivas, técnicas e táticas do estudante-atleta, utilizando-se de práticas esportivas sistematizadas em trabalho de performance orientada.</p> <p>Específicos: possibilitar aos jovens estudantes-atletas de escolas públicas e privadas a participação em treinos sistemáticos conduzidos por uma comissão técnica, liderada pelo professor técnico do Projeto MS Campeões, com o escopo da melhoria e desempenho; contribuir para a descoberta de novos talentos no esporte; proporcionar a realização de um trabalho de monitoramento, avaliação e acompanhamento do desempenho dos estudantes-atletas do município (Rede Pública de Ensino Estadual e Municipal e Escolas Particulares) com o suporte técnico-científico por meio da cooperação de laboratórios de Instituição de Ensino Superior.</p>	Estudantes-atletas	15 a 17 anos	x	x
Programa Especial de Esporte e Lazer Inclusivo – indígenas, quilombolas e Uneis	<p>Geral: promover a transformação dessas pessoas que estão expostas à violência, sofrem privações de ordem afetiva, cultural e socioeconômica, fatores que freiam ou retardam o seu pleno desenvolvimento biopsicossocial.</p> <p>Específicos: oferecer uma dinâmica de atuação que tenha a prática desportiva como meio para alcançar a interação dessas crianças e adolescentes e possibilitar o seu desenvolvimento integral, mediante a utilização de instrumentos e mecanismos de qualidade; fomentar o esporte em suas diversas formas e modalidades; estimular a participação em eventos esportivos; enfatizar os princípios de cidadania e valores humanos, no contexto das suas relações no meio em que vive, destacando a individualidade e o outro.</p>	Estudantes indígenas, quilombolas e privados de liberdade em Uneis	7 a 17 anos	x	x

Projeto MS Pedalando para o Futuro	<p>Geral: implantar o Projeto Escolar MS Pedalando para o Futuro”, utilizando o ciclismo como instrumento de transformação social, oferecer um programa esportivo gratuito focado em uma comunidade de vulnerabilidade social, o que é, sem dúvida, um caminho para reduzir e prevenir a violência, a dependência química, a marginalidade e outros desvios sociais.</p> <p>Específicos: detectar para ciclismo jovens de talento esportivo promissor e dar condições de evolução técnica, tornando mais viável sua ascensão esportiva; promover palestras aos atletas e pais de atletas sobre assuntos relacionados à educação e promoção da saúde plena do atleta; estimular nos participantes o comprometimento com a escola e com as tarefas escolares; incentivar os participantes para uma organização equilibrada das atividades escolares e esportivas; acompanhar, por meio de “boletins”, os resultados escolares; participar De campeonatos municipais, regionais e nacionais; estimular a formação de atletas escolares para ciclismo; desenvolver as habilidades psicossociais necessárias ao desenvolvimento do ser humano; disponibilizar ambiente esportivo onde coexistam a função educativa e participativa.</p>	Crianças e adolescentes	10 a 15 anos	x	x
Projeto Esporte Universitário	<p>Geral: o Programa Esporte Universitário, compreende o apoio à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), por suas associações atléticas, na formação e treinamento de equipes nas modalidades de futsal, basquetebol, handebol e voleibol nos municípios de Aquidauana, Campo Grande, Cassilândia, Dourados, Mundo Novo, Naviraí e Paranaíba.</p>	Universitários	-	x	x
Prodesc – Treinamento desportivo	<p>Geral: possibilitar aos estudantes da Rede Estadual de Ensino o acesso à prática esportiva nas diversas modalidades ofertadas, visando ao pleno desenvolvimento das suas habilidades específicas, de acordo com a sua idade, aperfeiçoando e desenvolvendo as habilidades psicossociais necessárias ao desenvolvimento dos estudantes-atletas; promover a identificação de jovens talentos esportivos no âmbito da escola; possibilitar a formação de equipes competitivas para a participação nos Jogos Escolares de Mato Grosso do Sul, Jogos da Juventude, Jogos Escolares Brasileiros e eventos similares.</p>	Estudantes-atletas	7 a 17 anos	x	x
		Estudantes-paratletas	acima de 11 anos	x	x

Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto ao conteúdo e ao direcionamento do programa, iniciativas como o MS Campeões, o Prodesc – Treinamento Esportivo e o Esporte Universitário/UEMS priorizam o esporte de rendimento, concentrando-se no aprimoramento técnico, na descoberta de talentos e

na criação de times competitivos para representar o Estado em competições em diferentes níveis. Em contraponto, iniciativas como o Programa Especial de Esporte e Lazer Inclusivo e o Profesp promovem o esporte participativo, fomentando a inclusão social, a interação e o desenvolvimento integral dos participantes, focando nos princípios de cidadania e valores humanos. O objetivo central não é a competição, mas o engajamento em atividades esportivas que favoreçam o bem-estar. O programa Bom de Bola, Bom na Escola se concentra na prevenção da evasão escolar, destacando, por meio de seus objetivos, uma forte integração com a dimensão do esporte-educação.

O projeto MS Pedalando para o Futuro abrange as três dimensões do esporte – educacional, de rendimento e de participação. Em relação à dimensão educacional, o projeto incentiva a dedicação às atividades escolares, organiza palestras sobre educação e saúde e aprimora competências psicossociais em consonância com os princípios de participação, cooperação e responsabilidade. Quanto à dimensão de rendimento, visa identificar jovens com potencial para o sucesso esportivo, proporcionando condições para seu aprimoramento técnico e participação em competições locais, regionais e nacionais. Por fim, em relação à dimensão de participação, utiliza o ciclismo como uma atividade prazerosa e democrática, incentivando a integração social, o bem-estar e a utilização construtiva do tempo livre, especialmente em comunidades em situação de vulnerabilidade social.

Ao analisar os editais de abertura e os resultados dos sete programas/projetos que integram o Prodesc, observa-se que três deles – Prodesc – Treinamento Esportivo, MS Campeões e Programa de Esporte e Lazer Inclusivo – atendem pessoas com deficiência. Esses programas/projetos desenvolvem ações relacionadas ao paradesporto, portanto, não contemplam outras AFAs ou EAs (Quadro 4).

Quadro 4 – Atividades físicas adaptadas contempladas pelos programas/projetos que integram o Prodesc – Fundesporte/2020-2024

2020			
MODALIDADES	Prodesc – Treinamento Desportivo	Programa Esporte e Lazer Inclusivo	Projeto MS Campões
Paradesporto	15	-	-
2021			
Paradesporto	15	-	-
Paratletismo	3	-	-
Futebol de 5	1	-	-
Futebol de 7	1	-	-
Paranatação	1	-	1
Bocha paralímpica	-	-	1
2022			
Paradesporto	54	1	3
2023			
Paratletismo	16	1	-
Bocha paralímpica	9	-	-
Tênis de mesa paralímpico	8	-	-
Paranatação	3	-	3
Paradesporto	10	-	-
Futebol de 7	1	-	-
2024			
Paratletismo	15	1	-
Bocha paralímpica	12	-	-
Paradesporto	9	-	-
Paranatação	3	-	-
Tênis de mesa paralímpico	3	-	-
Parabadminton	2	-	-
Futebol de 7	1	-	-

A análise indica a orientação da política estadual de esporte no contexto educacional de Mato Grosso do Sul voltada ao rendimento esportivo. O Prodesc – Treinamento Desportivo, por exemplo, tem como foco a identificação de jovens talentos no ambiente escolar e a formação de equipes competitivas para participação em eventos como os Jogos Escolares de Mato Grosso do Sul, os Jogos da Juventude e os Jogos Escolares Brasileiros. No que concerne ao projeto MS Campeões, há uma estrutura ainda mais definida para o rendimento, visando explicitamente à transição do esporte escolar para o competitivo, por meio de treinamentos sistemáticos e avaliações de desempenho, e a descobrir e desenvolver novos talentos esportivos. Em contrapartida à ênfase no rendimento esportivo, o Programa de Esporte e Lazer Inclusivo adota uma perspectiva social voltada ao desenvolvimento biopsicossocial de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Seu foco está na utilização do esporte como meio de inclusão,

promoção da cidadania e fortalecimento de valores por meio da participação em práticas esportivas e eventos que favoreçam a interação social e o desenvolvimento integral.

No período em análise, nota-se um progresso na política esportiva estadual com a implementação de programas, ampliando o acesso ao esporte em diferentes vertentes por intermédio do Prodesc guarda-chuva. Ao longo dos anos, surgiram novas iniciativas e as já existentes foram aprimoradas, indicando um compromisso das autoridades estaduais com a oferta do esporte no ambiente educacional. Evidencia-se a atuação do governo, produtor por excelência de políticas públicas (Souza, 2007), que, utilizando a estrutura burocrática administrativa do Estado e por intermédio do poder delegado às suas agências, colocou-se em ação para promover serviços à sociedade por meio de programas para os estudantes.

Programas são artefatos gerenciais (conteúdo tático-gerencial) utilizados para pôr políticas públicas em prática por meio de projetos sustentados por processos (procedimento operacional). Metaforicamente, as políticas públicas assemelham-se a um cabo de aço, que é composto por diversos fios (programas, projetos e ações específicas) que parecem ser independentes, mas que estão interconectados e formam sua estrutura (políticas públicas em si) (Secchi; Coelho; Pires, 2020). Sob este prisma, o Prodesc guarda-chuva figura como cabo de aço formado por diversos fios, com objetivos, públicos-alvo e faixas etárias específicas, que dão os contornos da política esportiva desenvolvida em contextos educacionais em Mato Grosso do Sul.

Analisando o Prodesc de maneira aprofundada, evidencia-se que ele figura como política de governo, isto é, programas e projetos implementados por um grupo político durante seu mandato, refletindo as prioridades e as agendas específicas da gestão em exercício (Secchi; Coelho; Pires, 2020). Embora esses programas sejam de grande importância para a gestão atual, particularmente na promoção do esporte entre os estudantes sul-mato-grossenses, eles apresentam limitações, como a instabilidade a longo prazo, uma vez que podem ser interrompidos em razão de mudanças governamentais futuras. Isso pode comprometer a continuidade das iniciativas e do financiamento, o que afeta a viabilidade de programas e projetos no longo prazo, uma vez que no Brasil há uma tendência de descontinuidade a cada mudança de governo.

Diante de tais limitações, é imprescindível que a gestão estadual do esporte avance rumo às políticas públicas de Estado, que se distinguem por serem de longo prazo, focadas no interesse geral da população e independentes dos ciclos eleitorais. Para que uma política pública se torne política de Estado, é necessária sua institucionalização por meio de normativas, como leis e decretos que assegurem sua continuidade diante de mudanças de governo (Secchi;

Coelho; Pires, 2020). Com base nas leis, uma política de Estado permite pouca ou nenhuma margem ao chefe do Executivo (e/ou seus representantes) para implementar alterações na estrutura do modelo, ou seja, proporciona estabilidade institucional (Bittencourt; Reck, 2021).

Embora as políticas de governo atendam às demandas imediatas, as políticas de Estado são essenciais para estabelecer um legado sustentável que possa afetar de forma positiva as gerações atuais e futuras (Secchi; Coelho; Pires, 2020). Uma política de Estado asseguraria o acesso constante e universal ao esporte, contribuindo para a inclusão social, a promoção da saúde e o desenvolvimento humano.

A implementação do Sistema de Esporte Estadual para Mato Grosso do Sul, que regulamente um conselho, plano e fundo estadual para o esporte, com programas e financiamentos planejados no longo prazo via aprovação do Legislativo, seria um caminho oportuno para a democratização e a garantia do esporte como um direito social estável.

A transformação em sistema, com garantias asseguradas por lei, estabelecendo percentuais de recursos financeiros e a distribuição destes entre as diversas vertentes do esporte e do público-alvo, tenderia a levar futuros gestores a mantê-lo. Além do capital político perdido junto à comunidade esportiva em uma eventual dissolução, seria necessário que o governo futuro capitaneasse deputados estaduais para a aprovação da revogação, algo mais complexo do que quando um programa/projeto deixa de existir por decisão monocrática discricionária, inerente ao Poder Executivo. Logo, uma política esportiva de Estado demonstraria um compromisso histórico com o esporte e os resultados poderiam continuar frutificando após o encerramento da gestão em exercício, figurando, portanto, como um legado.

Considerando os objetivos de cada projeto, evidencia-se que o Prodesc guarda-chuva prioriza a dimensão do esporte de rendimento, representando 42,85% das ações analisadas. Apesar de existirem iniciativas voltadas para a dimensão de participação (28,57%) e de educação (14,28%), elas surgem de forma complementar, demonstrando que o rendimento esportivo continua sendo o foco principal. Assim, o principal programa de política de esporte da Fundesporte para o contexto educacional adota uma abordagem concentrada no alto rendimento, nos estudantes-atletas, no aprimoramento técnico, no desenvolvimento esportivo competitivo e na busca de vitórias em competições.

Em relação aos objetivos específicos dos programas/projetos que integram o Prodesc guarda-chuva, observa-se que eles abrangem as diferentes dimensões do esporte – educação, participação e de rendimento – propostas por Tubino (1992, p. 27, grifos nossos):

[...] O **esporte-educação** que se percebe o aspecto do esporte de maior conteúdo socioeducativo. Ele se baseia em princípios educacionais, como participação, cooperação, coeducação, integração e responsabilidade. O **esporte-participação** ou esporte popular, por sua vez, se apoia no princípio do prazer lúdico, no lazer e na

utilização construtiva do tempo livre. Esta manifestação esportiva não tem compromisso com regras institucionais ou de qualquer tipo e tem na participação o seu sentido maior, podendo promover por meio dela o bem-estar dos praticantes, que é a sua verdadeira finalidade. **O esporte-rendimento** é disputado obedecendo rigidamente às regras e aos códigos existentes, específicos de cada modalidade esportiva. Por isso é considerado um tipo de esporte institucionalizado, do qual fazem parte federações internacionais e nacionais que organizam as competições no mundo todo.

Contudo, há predominância do esporte de rendimento no contexto educacional. Essas evidências refletem uma tendência observada em nível nacional, em que esporte de alto rendimento é a dimensão predominante nas políticas públicas esportivas extracurriculares em contextos escolares. As atividades extracurriculares no Brasil datam da década de 1970 (ditadura militar), estando à época focadas em desenvolver a capacidade física e formar futuras promessas por meio de competições dentro e fora do país (Andreani et al., 2019). Em Curitiba, entre 1980 e 1990, foram ofertadas em escolas particulares bolsas àqueles que se destacavam, de modo a representar a instituição em competições (municipal, estadual e nacional) em variadas modalidades (Vargas; Oliveira; Capraro, 2021). Tal artifício também foi utilizado por escolas estaduais de São Paulo, na qual as ofertas eram destinadas à disputa das Olimpíadas Colegiais (Luguetti et al., 2015).

Isso reflete tendência observada em nível nacional, em que o esporte de alto rendimento é a dimensão predominante nas políticas públicas dos estados, sendo elas escolares ou não. Pesquisas realizadas neste campo indicam que a maior parte dos recursos financeiros são alocados no desenvolvimento de atletas de alto rendimento e para a participação em competições internacionais (Carneiro et al., 2024; Santos; Carvalho, 2019).

Portanto, existe uma perspectiva do esporte como ferramenta de projeção do país no cenário internacional (no caso de Mato Grosso do Sul, em âmbito nacional) e para a obtenção de medalhas. Ao colocar em primeiro plano a obtenção de medalhas, são desfavorecidas ações que fomentem a inclusão social, a formação, a participação, a educação e a promoção da saúde por meio do esporte.

Isto é um problema, uma vez que, ao adotar uma política redistributiva, a Fundesporte utiliza recursos públicos, sobretudo advindos da educação, para o financiamento da maioria dos projetos para o rendimento esportivo, o que contempla a minorias dos estudantes (estudantes habilidosos e com objetivos de rendimento esportivo), e, por outro lado, oferece poucos projetos voltados à maioria (estudantes sem habilidades esportivas e com interesses pelo esporte enquanto vivência de lazer e integração social). De acordo com Santana, Novaes e Brito (2019), as políticas redistributivas oferecem ganhos para determinados grupos em detrimento de outros.

De nossa parte, o que defendemos não é a negação do esporte de rendimento, já que é lícito e legítimo oportunizar àqueles que dispõem de interesse por essa vertente vivências relacionadas aos objetivos de performance. O problema atacado é a superioridade (quantidade de projetos e, por conseguinte, montante de recursos financeiros alocado) desproporcionalmente a favor do rendimento esportivo, o que contraria, inclusive, a Constituição Federal (Brasil, 1988), a Lei Pelé (Brasil, 1998) e a Lei Geral de Esporte (Brasil, 2023), que determinam o investimento prioritário de recursos públicos na dimensão educacional do esporte. Importante pontuar que, conforme define a Lei Pelé, esporte educacional é aquele desenvolvido no contexto escolar evitando-se a seletividade e a hipercompetitividade de seus praticantes, algo bem distinto daquilo que a maioria dos projetos desenvolvimentos pela Fundesporte busca.

A falta de equidade no financiamento das políticas públicas de esporte no Brasil evidencia desigualdades regionais e socioeconômicas, impactando diretamente a participação da população nessas atividades. Observa-se que a predominância do investimento em áreas com maior desenvolvimento econômico favorece o acesso e o rendimento esportivo, ao passo que, em regiões com menor desenvolvimento financeiro, a participação é limitada. Isso também impacta a função do esporte na educação e na promoção da inclusão social (Carneiro; Castellani Filho, 2021).

No período de 2007 a 2014, Santa Catarina deu prioridade ao esporte de rendimento, em detrimento do esporte de base e participação. O aporte de milhões de reais em quase 2.000 propostas esportivas teve um decréscimo acentuado ao longo dos anos, passando de 48,6% em 2007 para 38,7% em 2014. A maioria dos fundos foi alocada para programas direcionados a atletas de alto rendimento, à infraestrutura esportiva e a eventos, enquanto iniciativas ligadas ao esporte de base, à participação social, à pesquisa científica e à formação de treinadores receberam pouca atenção (Quinaud et al., 2018).

Nascimento et al. (2017) destacam que, de 2011 a 2017, as despesas do governo de Goiás com o esporte apresentaram instabilidade, oscilando entre altos e baixos investimentos. Os recursos estavam divididos em três dimensões: participação, de rendimento e educacional. Apesar de vinculados à dimensão de participação do esporte, muitos programas e ações mostraram atendimento direcionado prioritariamente ao esporte de alto rendimento.

Por outro lado, existem estados que apresentam resultados positivos na dimensão do esporte participativo, como é o caso da Bahia. Lá, nota-se um investimento significativo em infraestrutura, como a revitalização de parques e a construção de equipamentos comunitários, além de programas participativos como o Bahia Esportiva (Silva; Santana; Silva, 2015). De

2002 a 2018, o Paraná pode ser considerado um modelo de política pública que distribuiu mais recursos financeiros nas três dimensões do esporte. Durante o período estudado, o desporto comunitário (participação) destacou-se como a subfunção que recebeu o maior aporte financeiro e a maior regularidade de investimentos, R\$ 400 milhões. Por outro lado, o esporte de rendimento recebeu aproximadamente R\$ 100 milhões. Observa-se ainda que parte dos recursos inicialmente destinados ao desporto de rendimento foi redirecionada para o desporto comunitário (Castro; Maoski; Mezzadri, 2021).

Portanto, a predominância dos investimentos direcionados ao esporte de rendimento no Estado de Mato Grosso do Sul reflete a vontade política dos gestores, que, com o poder discricionário que lhes é assegurado, elegem o esporte de rendimento como problema político do contexto educacional a ser priorizado, repetindo uma cultura herdada desde o regime militar.

Ao analisar os objetivos dos programas, nada consta sobre a intenção de incluir pessoas com deficiência, tanto por intermédio da dimensão programática quanto metodológica. Nem mesmo o Programa Especial de Esporte e Lazer Inclusivo, único projetado especificamente com objetivos voltados à inclusão, contemplou a intencionalidade de incluir pessoas com deficiência, uma vez que a inclusão declarada está voltada apenas para indígenas, quilombolas e jovens privados de liberdade. Inclusive, as pessoas com deficiência nem fazem parte do público-alvo do programa.

A ausência de intencionalidade de inclusão de pessoas com deficiência observada nos objetivos dos programas figura como outra lacuna e problema da política pública esportiva desenvolvida pela Fundesporte, pois os objetivos de um projeto são delineados por ocasião da formulação de respostas a um problema público. É por intermédio deles que os resultados esperados são estabelecidos por políticos, analistas de políticas públicas e demais atores envolvidos na ocasião de formulação de alternativas para transformar em resultados os objetivos pretendidos. São os objetivos que norteiam as alternativas a serem criadas e o desenvolvimento dos estágios subsequentes (Secchi; Coelho; Pires, 2020).

A intencionalidade por trás de uma política pública (aquilo que se pretende solucionar) é pautada pelos objetivos delineados para programas, projetos e ações. Não por acaso, conforme expõem Sulbrandt (1993), a avaliação de eficácia de uma política pública consiste na verificação do grau de cumprimento dos objetivos. Compreensão similar é apresentada por Boschetti (2009, p. 2), ao expor que

avaliar significa estabelecer uma relação de causalidade entre um programa e seu resultado, e isso só pode ser obtido mediante o estabelecimento de uma relação causal entre a modalidade da política social avaliada e seu sucesso e/ou fracasso, tendo como parâmetro a relação entre objetivos, intenção, desempenho e alcance dos objetivos.

O Poder Executivo é o responsável por elaborar alternativas, decidir quais são as mais adequadas e implementar programas voltados à inclusão de pessoas com deficiência, uma vez que dispõe do controle de informações, do controle fiscal e do aparato burocrático para assessorá-lo e pôr em prática suas preferências (Howlett; Ramesh; Perl, 2013). Portanto, a ausência de objetivos relacionados à inclusão de pessoas com deficiência nos projetos esportivos desenvolvidos pela Fundesporte no contexto educacional indica a falta de intencionalidade dos gestores de promover a inclusão de pessoas com deficiência, o que pode acarretar problemas ao desenvolvimento dessa população.

Adicionalmente, a ausência de intenção de promover a inclusão de pessoas com deficiência, para além dos objetivos de programas gerais como os analisados, também é confirmada pela inexistência de um programa específico para esse fim. A criação de programas específicos para a inclusão de pessoas com deficiência figura como promoção de acessibilidade programática, que, conforme Sasaki (2009), deve estar voltada para a eliminação de barreiras invisíveis que se encontram embutidas em decretos, leis, regulamentos, políticas públicas e outros arcabouços legais.

Embora as políticas públicas e os espaços esportivos busquem promover a inclusão, especificamente no que diz respeito à inclusão de pessoas com deficiência em AFAs, ainda existem obstáculos consideráveis, principalmente caráter programático. No que diz respeito ao incentivo às AFAs em espaços esportivos e sua regulamentação por políticas governamentais, a ausência de práticas inclusivas em relação aos dias de atendimento, horários e público-alvo cria obstáculos programáticos que restringem o acesso e a participação efetiva das pessoas com deficiência (Silva, 2014).

Portanto, mesmo existindo avanços legislativos, como a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (Organização das Nações Unidas, 2006) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), a intenção de gestores públicos de promover a inclusão de pessoas com deficiência ainda é pouco presente (ou ausente, como observado na presente pesquisa), uma vez que não está contemplada nos objetivos traçados para os programas. Dito de outra forma, as garantias asseguradas em diretrizes/convenções internacionais e leis, por vezes, não se materializam em ações concretas, deixando lacunas significativas de acesso aos direitos por parte das pessoas com deficiência.

A acessibilidade programática deve proporcionar o envolvimento esportivo não apenas de pessoas com deficiência, mas também em projetos que viabilizem que pessoas com deficiência vivenciem AFAs e EAs em conjunto com pessoas não deficientes (Silva, 2014). Portanto, faz-se necessário que também seja desenvolvida sua dimensão eletiva, assegurando

às pessoas, independentemente de sua condição, o direito de se relacionar e interagir com grupos que sejam de seu interesse, garantindo-lhes o direito à autonomia e às suas próprias escolhas (Rodrigues, 2006).

A exclusão de pessoas com deficiência de políticas públicas voltadas às atividades físicas (Piggin, 2020) não é uma particularidade do Estado de Mato Grosso do Sul, mas um desafio já amplamente reconhecido na literatura brasileira sobre o tema. Em Campo Grande, uma pesquisa realizada por Silva et al. (2018) em cinco parques esportivos revelou que apenas um deles implementava a acessibilidade programática, disponibilizando AFAs para pessoas com deficiência. Além disso, observou-se a falta de adaptações significativas nas regras dos programas esportivos, desconsiderando dimensões essenciais de acessibilidade. Isso sugere uma violação do direito à acessibilidade, tanto metodológica quanto programática, voltada à inclusão de pessoas com deficiência.

Barreiras ao acesso às AFAs também foram evidenciadas em decorrência da inadequação metodológica no atendimento das pessoas com deficiência. No Rio Grande do Sul, em Santa Maria, a escassez de profissionais qualificados para atender pessoas com deficiência visual foi um dos elementos que contribuíram para a inatividade física desse grupo (Machado et al., 2015). Pereira et al. (2019) revelaram que, em Belo Horizonte, Minas Gerais, as limitações para as experiências com AFAs iam além dos atributos físicos, estando diretamente associadas a aspectos políticos, sociais e culturais.

A escassa presença de projetos direcionados às pessoas com deficiências nas políticas públicas, seja pela falta de projetos específicos (barreiras programáticas), seja pela falta de adaptação de metodologias para que pessoas com deficiências possam experimentar AFAs em conjunto com pessoas sem deficiência (barreiras metodológicas), emerge como uma questão urgente a ser incluída na agenda política da Fundesporte de modo intencional, com objetivos voltados para a inclusão de pessoas com deficiência explicitamente incorporados os programas, de modo que o alcance ou não dos objetivos do programa seja avaliado e ajustes, quando necessários, realizados.

Destaca-se a necessidade de políticas públicas que não apenas intensifiquem a disponibilidade de projetos esportivos no contexto escolar, mas também levem em conta a diversidade humana, incluindo as pessoas com deficiência. Essas pessoas precisam de políticas públicas que assegurem a inclusão por meio das múltiplas dimensões da acessibilidade – programática, metodológica e arquitetônica (Sasaki, 2009) –, que são essenciais para sua inclusão efetiva.

No que tange ao público-alvo dos programas que compõem o Prodesc guarda-chuva, observa-se que o projeto Bom de Bola, Bom na Escola, o programa Forças no Esporte, o Programa Especial de Esporte e Lazer Inclusivo e o projeto MS Pedalando para o Futuro são voltados para crianças e adolescentes. O projeto MS Campeões é voltado para adolescentes, enquanto o projeto Esporte Universitário/UEMS, aos jovens adultos universitários.

Em que pese a inclusão de pessoas com deficiência estar ausente nos objetivos de todos os programas e no público-alvo do Programa Especial de Esporte e Lazer Inclusivo, as pessoas com deficiência aparecem como público-alvo a ser contemplado pelo Prodesc – Treinamento Esportivo, o que se mostra contraditório, uma vez que o programa não contempla em seus objetivos a inclusão de pessoas com deficiência.

Esses dados se mostram contraditórios, pois, se, por um lado, a gestão da Fundesporte não demonstra a intenção de promover a inclusão das pessoas com deficiência em seus programas, por outro, pessoas com deficiência estão inclusas como público-alvo no programa Prodesc – Treinamento Esportivo, via paradesporto como mecanismo.

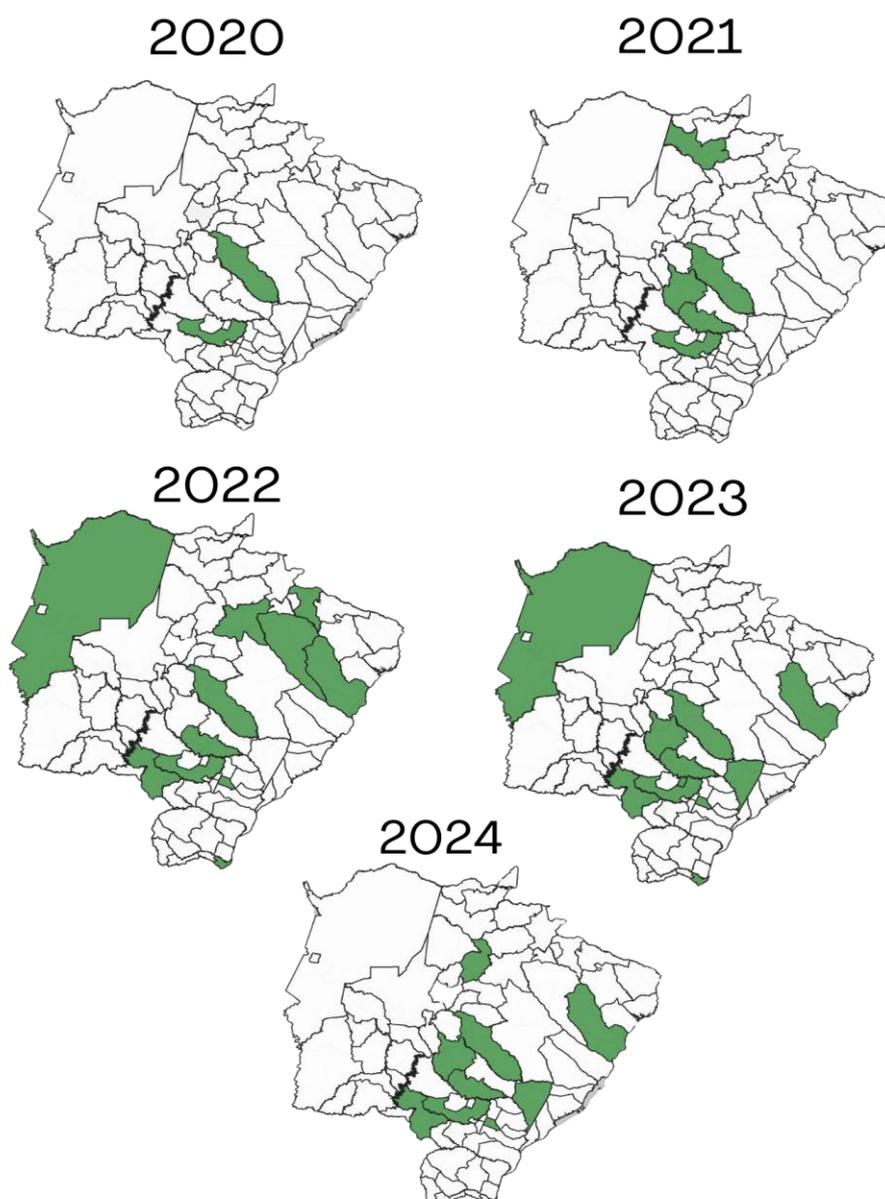
Neste cenário, observa-se que as pessoas com deficiência podem estar integradas na política educacional de esporte da Fundesporte, mas não incluídas. A integração figura como paradigma que surgiu em 1950 e, por não fomentar condições sociais e ambientais adequadas, foi combatida de modo que cedesse espaço ao paradigma da inclusão. A implementação de políticas públicas pautadas na integração é inadequada e retrógrada, sendo urgente sua substituição por iniciativas que reconheçam que a deficiência é uma limitação social imposta às pessoas em decorrência de a sociedade promover políticas públicas que não estão voltadas às pessoas em geral.

5.2 ABRANGÊNCIA ANUAL DO PROGRAMA

Em que pese não constarem nos objetivos dos programas que compõem o Prodesc guarda-chuva, constar como público-alvo apenas no Prodesc – Treinamento Desportivo, ao analisar os editais de abertura e resultados, observa-se que as pessoas com deficiência se encontram integradas em três programas, Prodesc – Treinamento Esportivo, MS Campeões e Programa de Esporte e Lazer Inclusivo, evidenciando a acessibilidade programática, que, de acordo com Sasaki (2009), consiste em revisar minuciosamente todos os programas, regulamentos, portarias e normas da instituição a fim de eliminar barreiras que possam impedir ou dificultar a participação de pessoas com ou sem deficiência.

Em 2020, o Prodesc foi instaurado em Campo Grande e Dourados, abrangendo apenas 2,53% das cidades do Mato Grosso do Sul, com 15 projetos implementados, que foram o ponto de partida das ações. No ano seguinte, a inclusão de Coxim, Rio Brillhante e Sidrolândia mostrou um avanço, ainda incipiente, na ampliação do alcance territorial para cinco cidades. Com o desenvolvimento de 23 projetos de paradesporto, a Fundesporte avançou timidamente nesse processo, considerando que a abrangência se limitou a 6,32% dos municípios.

Figura 7 – Abrangência anual do Prodesc (2020-2024)



Fonte: Elaborado pela autora.

Em 2022, o programa alcançou 11 cidades (13,92%), um aumento do número de municípios contemplados pela política de esporte e lazer relacionada às pessoas com deficiência em Mato Grosso do Sul. Todavia, além de ainda se restringir a poucos municípios,

a distribuição dos projetos se concentrava em Campo Grande e Dourados, que, juntos, somaram 46 (79,74%) dos 58 projetos ativos naquele ano, reforçando o caráter centralizador do programa.

Em 2023, a abrangência do programa sofreu mais uma redução, caindo para dez municípios atendidos, representando 12,65% do total de cidades do Estado. Cidades como Água Clara, Camapuã, Chapadão do Sul, Rio Brilhante e Coxim deixaram de receber projetos, evidenciando uma redução territorial.

Ao contrário do esperado, em 2024, não houve aumento na abrangência do Prodesc guarda-chuva. O programa atendeu apenas nove municípios, representando 11,39% do total de cidades de Mato Grosso do Sul, um percentual ainda menor que o registrado no ano anterior. As mudanças territoriais observadas foram a entrada de São Gabriel do Oeste e o retorno de Rio Brilhante, enquanto Corumbá, Douradina e Mundo Novo deixaram de ser contemplados. Campo Grande e Dourados seguiram obtendo a maior parte dos projetos, respectivamente, 24 (54,54%) e 13 (29,54%).

Observa-se que, ao longo de sua existência, das 79 cidades que compõem Mato Grosso do Sul, 63 (78,48%) não receberam nenhum projeto relacionado ao Prodesc – Treinamento Esportivo, MS Campeões e Programa de Esporte e Lazer Inclusivo, e outras nove cidades (11,39%) foram contempladas com apenas um ou dois projetos. Portanto, uma baixa abrangência. Esse dado levanta um questionamento acerca da efetividade das políticas públicas desenvolvidas pela Fundesporte direcionadas às pessoas com deficiência como um direito social.

Analisando especificamente a implantação de cada um dos programas voltados às pessoas com deficiência, observa-se que o Prodesc – Treinamento Desportivo foi o mais abrangente em número de municípios atendidos, alcançando 16 cidades ao longo do período analisado. Inicialmente, o programa foi implantado em Campo Grande e Dourados. Em 2021, foi expandido para cinco cidades; em 2022, atendeu 11 municípios; em 2023, chegou a dez; e, em 2024, atingiu o segundo pior resultado no número de municípios atendidos, ficando acima somente de 2021. Dessa forma, o programa se mostra insuficiente, haja vista que o Estado de Mato Grosso do Sul é composto por 79 municípios, dos quais somente 16 (20,25%) usufruíram dos benefícios do programa.

Entre os municípios com maior número de projetos, Campo Grande concentrou 11 projetos em 2020 (73,33%), 16 projetos em 2021 (76,19%), 33 projetos em 2022 (63,46%), 28 projetos em 2023 (53,84%) e 24 projetos em 2024 (53,33%). Todavia, vale ressaltar que Campo

Grande não apresentou aumento no número de projetos desde 2022, pois houve uma diminuição nesse período. Além da Capital, Dourados demonstrou ser a segunda cidade com o maior número de projetos ao longo dos anos, passando de quatro em 2020 (26,66%) e dois em 2021 (9,52%) para dez em 2022 (19,23%) e dez em 2023 (21,27%), tendo chegado a 12 em 2024 (26,66%). A concentração de projetos nesses dois municípios fez com que em 2020 nenhum projeto contemplasse outros municípios e apenas 14,29% das cidades fossem contempladas em 2021, 17,31% em 2022, 24,89% em 2023 e 20,01% em 2024.

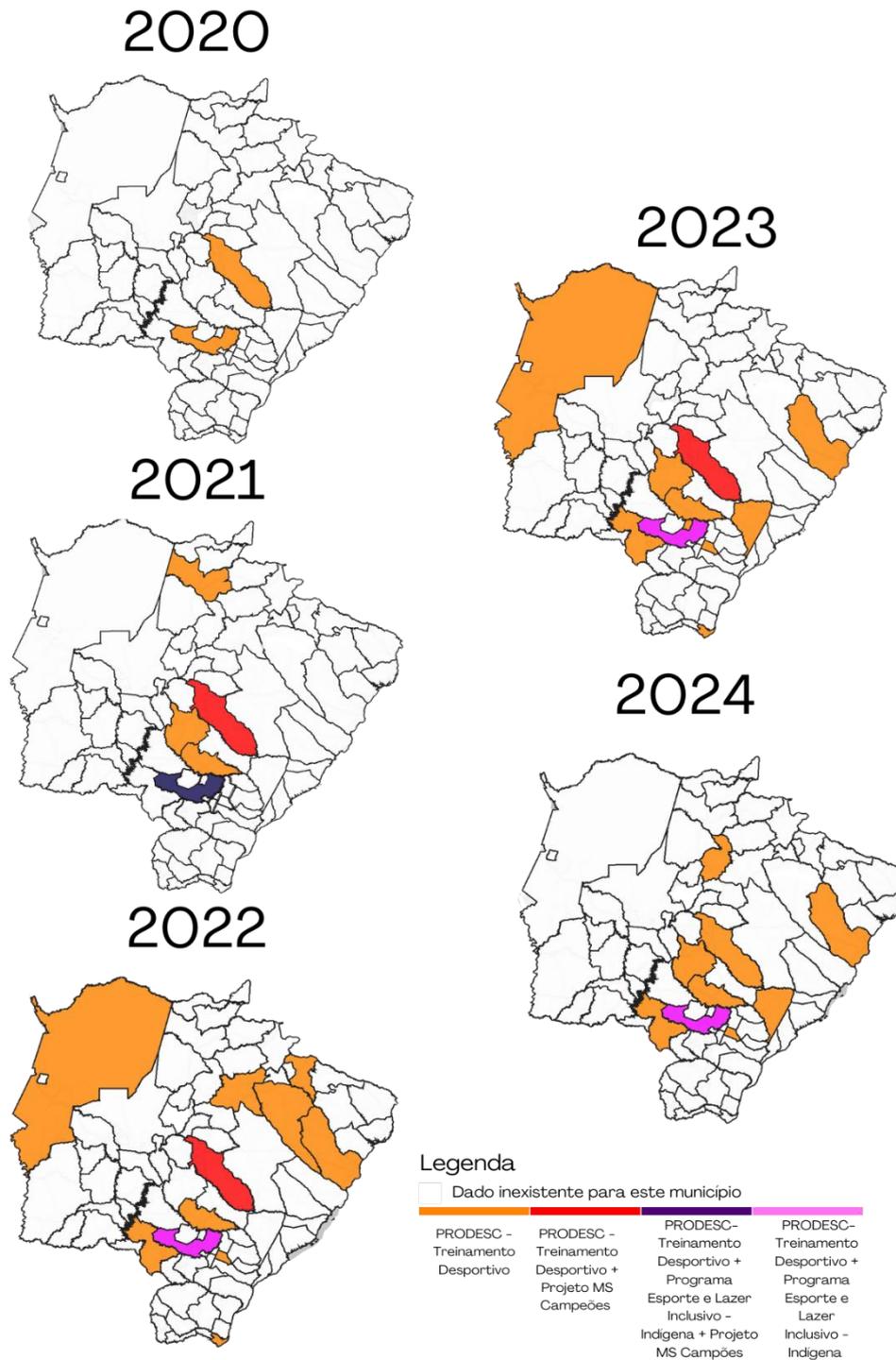
Com a concentração dos projetos em Campo Grande e Dourados, outros municípios tiveram uma breve participação, como foi o caso de Água Clara, Camapuã, Coxim, Chapadão do Sul, Corumbá, Douradina, Mundo Novo, Nova Andradina e São Gabriel do Oeste, que receberam apenas um ou dois projetos em um período de cinco anos, o que evidencia uma má distribuição dos programas no território sul-mato-grossense. Por outro lado, Glória de Dourados, Ponta Porã, Rio Brillhante, Sidrolândia e Três Lagoas apresentaram um número relativamente maior de projetos (entre três e sete).

No que tange à implantação do projeto MS Campeões, ele apresentou uma abrangência menor em comparação ao Prodesc – Treinamento Desportivo, alcançando apenas dois municípios durante todo o período analisado. Implementado em 2021, o projeto contemplou Campo Grande e Dourados com um projeto em cada cidade (50% dos projetos naquele ano). Em 2022 e 2023, novamente houve uma centralização das iniciativas na Capital, concentrando 100% dos projetos, enquanto Dourados deixou de ser atendido. Em 2024, o programa foi descontinuado. Com isso, a falta de expansão para outros municípios e a curta duração demonstram a inexistência da democratização do programa por intermédio da descentralização.

O Programa de Esporte e Lazer Inclusivo apresentou uma abrangência ainda mais restrita, sendo o de menor alcance territorial entre os programas analisados. Criado em 2021, no que tange aos atendimentos às pessoas com deficiências, foi implementado somente em Dourados, não tendo havido expansão territorial durante o período estudado, o que demonstra insuficiência da política pública em garantir maior acesso à população com deficiência em Mato Grosso do Sul, sobretudo porque o programa tinha por foco comunidades indígenas, quilombolas ou internos de Uneis.

Dessa forma, observa-se que, embora haja um esforço para ampliar o acesso às AFAs para pessoas com deficiência, os programas analisados ainda apresentam desafios estruturais, como a concentração de recursos em poucos municípios, a falta de continuidade de algumas iniciativas e a ausência de uma política de interiorização efetiva.

Figura 8 – Abrangência dos programas/projetos (2020-2024)



Fonte:
Elaborado
pela autora.

No que concerne à implementação dos programas esportivos voltados para pessoas com deficiência em Mato Grosso do Sul no contexto escolar coordenados pela Fundesporte, observa-se um cenário de concentração territorial e de predomínio do Prodesc – Treinamento Desportivo, em detrimento de outras iniciativas que poderiam ampliar a diversidade e o alcance das ações. Em 2020, a atuação dos programas/projetos corrobora esta afirmação, abrangendo apenas Dourados e Campo Grande.

Os dados mostram que o programa está longe de alcançar todas as cidades do Estado e ainda mantém uma estrutura mais integradora do que inclusiva. Por ser incipiente, a expansão não acompanhou a real necessidade de descentralização.

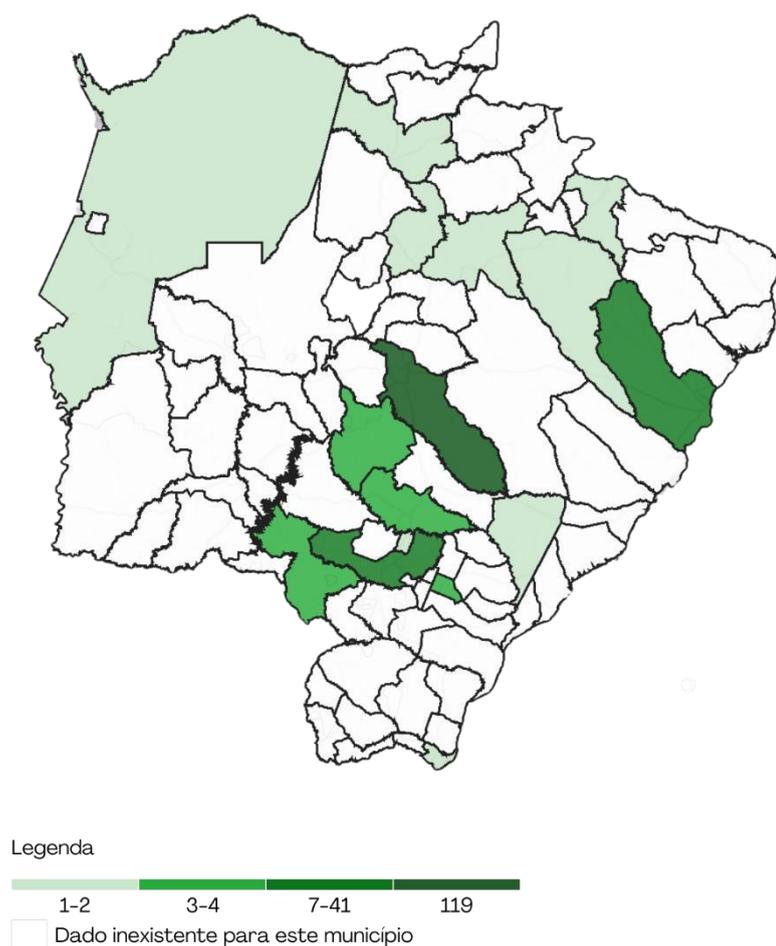
5.3 MAGNITUDE DO PRODESC GUARDA-CHUVA

No que tange à distribuição dos projetos do Prodesc guarda-chuva em Mato Grosso do Sul entre 2020 e 2024, evidencia-se uma concentração em quatro municípios. Campo Grande, a capital do Estado, com uma população de aproximadamente 786.797 habitantes, foi a cidade mais contemplada, recebendo 119 projetos ao longo do período analisado. Em seguida, destaca-se Dourados, com cerca de 196.035 habitantes, que recebeu 41 projetos. Outros municípios que se destacaram foram Três Lagoas, com 101.791 habitantes e 7 projetos, e Sidrolândia, com 42.132 habitantes e 4 projetos.

Essas quatro cidades concentraram 89,12% dos projetos, representando uma parcela significativa do total de iniciativas implementadas no Estado (Figura 9). Os maiores percentuais foram obtidos em Campo Grande (61,65%) e Dourados (21,24%), principais cidades de Mato Grosso do Sul.

Em relação ao número de projetos e à densidade populacional, observa-se que, embora os municípios mais populosos tenham recebido maior número de projetos, essa relação não é linear. Campo Grande e Dourados, por exemplo, são os dois maiores centros urbanos do Estado e, naturalmente, concentram uma parcela significativa da população e de infraestrutura, o que pode justificar a maior alocação de projetos nesses locais.

Figura 9 – Magnitude do Prodesc no período 2020-2024



Fonte: Elaborado pela autora.

A proporção de pessoas com deficiência e a distribuição de projetos não estão diretamente relacionadas. Segundo dados do IBGE (2010), Campo Grande, por exemplo, tem 7,16% de sua população com deficiência (aproximadamente 56.300 pessoas), o que justifica, em parte, a grande quantidade de projetos. Dourados, com 7,06% de sua população com deficiência (cerca de 13.840 pessoas), também recebeu um número expressivo de projetos. Contudo, municípios como Cassilândia, que tem 13,56% de sua população com deficiência (cerca de 2.840 pessoas), e Paranaíba, com 12,02% (aproximadamente 4.830 pessoas), não foram contemplados com nenhum projeto.

Ademais, Glória de Dourados, com 10.444 habitantes e 10,26% de pessoas com deficiência, recebeu três projetos, enquanto Corumbá, com 103.703 habitantes e 7,18% de pessoas com deficiência, recebeu apenas dois projetos. Essa disparidade sugere que, embora a densidade populacional e a proporção de pessoas com deficiência sejam fatores relevantes, eles não são os únicos determinantes na distribuição dos projetos. Outros aspectos, como a

infraestrutura disponível, a capacidade de gestão local e a adesão ao programa, também podem influenciar a alocação de recursos.

Embora exista o esforço do Prodesc guarda-chuva de alcançar diversos municípios, a análise mostra uma distribuição desigual, sobretudo quando se considera a proporção de pessoas com deficiência. Municípios com altos índices de pessoas com deficiência, como Cassilândia (13,56%), Paranaíba (12,02%) e Pedro Gomes (11,31%), não foram contemplados. Haja vista que a inclusão social é um direito fundamental, é importante que o programa revise suas estratégias, garantindo uma distribuição mais equitativa e alinhada às necessidades reais de cada município.

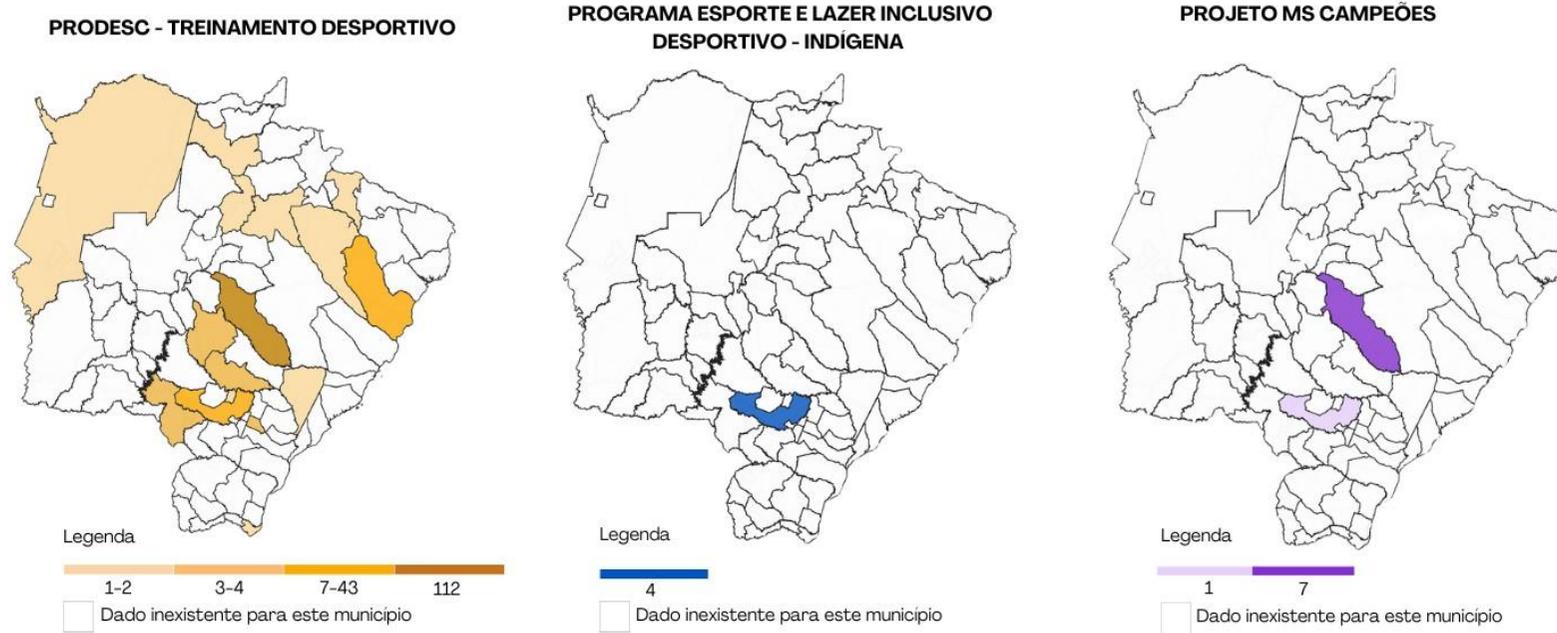
Após examinar a magnitude geral do Prodesc guarda-chuva no período de 2020 a 2024, passa-se agora a uma análise mais detalhada da magnitude de seus programas e projetos específicos. Essa investigação permite compreender o impacto de cada iniciativa, identificando seus pontos fortes e eventuais desafios na implementação, com vistas a aprimorar as políticas públicas voltadas para a AFA no Estado (Figura 10).

A análise da magnitude dos programas e projetos do Prodesc guarda-chuva entre 2020 e 2024 mostra uma distribuição desigual em termos de volume de projetos e participação social. No que tange ao Prodesc – Treinamento Desportivo, este foi o programa mais solicitado e implementado, com 182 projetos realizados em 16 cidades ao longo dos cinco anos.

Já o Programa Esporte e Lazer Inclusivo – Indígena apresentou uma participação mais tímida, limitado a quatro projetos em Dourados. O projeto MS Campeões apresentou oito projetos realizados, sendo sete concentrados em Campo Grande e um em Dourados, em 2021. Além da limitação geográfica, observa-se a descontinuação do programa ao longo do período analisado.

No que tange à distribuição dos projetos, Campo Grande se destacou como o principal polo de implementação dos programas, com 112 projetos no âmbito do Prodesc – Treinamento Desportivo e 7 projetos no MS Campeões. Dourados, a segunda maior cidade do Estado, também apresentou um desempenho relevante, sobretudo no Programa Esporte e Lazer Inclusivo – Indígena, participando das quatro últimas edições (2021, 2022, 2023 e 2024) sempre com um projeto por ano.

Figura 10 – Magnitude por programa/projeto (2020-2024)



Fonte: Elaborado pela autora.

A concentração de projetos em cidades maiores, como Campo Grande e Dourados, pode ser indício de melhor infraestrutura e maior demanda populacional, mas também evidencia a necessidade de expandir iniciativas para municípios menores e com populações específicas, como as comunidades indígenas.

A descontinuação do MS Campeões e a baixa participação da maioria dos municípios em projetos como o Programa Esporte e Lazer Inclusivo – Indígena indicam desafios na implementação e na continuidade dessas iniciativas. Para garantir uma política pública mais inclusiva e abrangente, é essencial avaliar os motivos dessas limitações e buscar estratégias para ampliar a participação de todos os municípios, especialmente aqueles com populações vulneráveis ou com necessidades específicas.

5.4 CONTINUIDADE ANUAL DO PRODESC GUARDA-CHUVA

No que tange à continuidade dos programas/projetos, apenas Campo Grande e Dourados participaram das ações ininterruptamente desde 2020. Sobretudo Campo Grande, que apresentou crescimento no número de projetos, partindo de 11 em 2020 (73,33%) e 17 em 2021 (73,91%), seguido de um aumento expressivo para 36 em 2022 (62,06%) e de uma redução nos anos seguintes, com 31 projetos em 2023 (60,78%) e 24 em 2024 (52,17%). Dourados, por sua vez, manteve participação contínua, iniciando com 4 projetos em 2020 (26,66%), 3 em 2021 (13,04%), 11 em 2022 (18,96%), 11 em 2023 (21,56 %) e 13 em 2024 (28,26%). Esse crescimento reflete a participação do programa nessas cidades, enquanto em outros municípios a participação foi pontual e irregular.

Algumas cidades apresentaram descontinuidade no programa, com anos de oferta seguidos por não oferta, como Rio Brillhante, que participou em 2021, 2022 e 2024, mas não em 2020 e 2023 Corumbá e Mundo Novo, presentes em 2022 e 2023, mas ausentes nos demais anos, e Sidrolândia, que participou apenas em 2021, 2023 e 2024.

Por outro lado, há municípios cuja participação ocorreu apenas uma vez, tendo terminado abruptamente, uma vez que não tiveram implementado nenhum programa nos anos seguintes. Esse é o caso de Água Clara, Camapuã e Chapadão do Sul, que contaram com o programa apenas em 2022, Coxim, contemplado somente em 2021, Douradina, apenas em 2023, e São Gabriel do Oeste, que integrou o programa apenas em 2024 (Figura 11).

A complexidade burocrática, frequentemente associada à adesão e à implementação de programas como o Prodesc guarda-chuva, representa uma barreira adicional para os municípios. Conforme Sasaki (2007), a falta de acessibilidade programática pode tornar o processo mais

oneroso do que benéfico, levando alguns municípios, especialmente aqueles com menos recursos administrativos, a desistirem da participação.

Observando os mapas da Figura 11, entre 2020 e 2024, vemos alguns progressos, mas também desafios na jornada para manter o programa ativo em todas as cidades de Mato Grosso do Sul. Aqueles municípios (Campo Grande e Dourados) que estiveram no programa desde o início continuaram e demonstraram dedicação à inclusão.

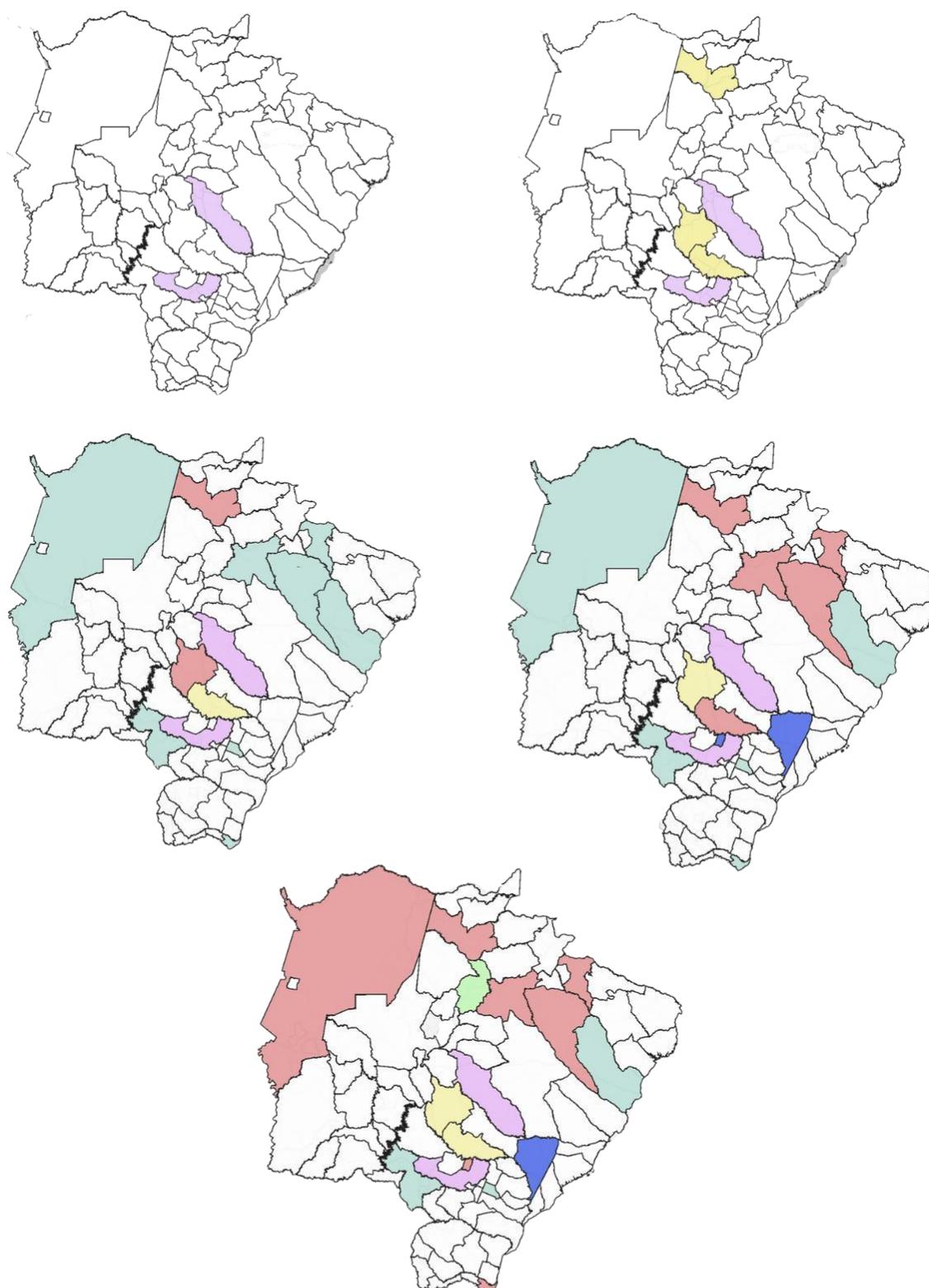
Por outro lado, a variação nas participações mostra que a continuidade não é igual em todas as cidades. Apesar de novas cidades terem aderido, a entrada tardia de algumas e a desistência de outras mostra pontos fracos que precisam ser analisados. Ademais, a falta de participação de inúmeras cidades destaca a necessidade de entender quais barreiras foram responsáveis pela não adesão.

Ainda que os documentos analisados não tragam evidências específicas sobre as barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência ao longo da sua trajetória nas AFAs em Mato Grosso do Sul, é importante destacar que, em um contexto mais amplo, essas barreiras são uma realidade frequentemente relatada. Pereira et al. (2019), com base em uma concepção social da deficiência, argumentam que as limitações são impostas pelo ambiente, e não pela pessoa. Essa perspectiva desloca o foco do indivíduo para o contexto social, destacando a importância da acessibilidade e da inclusão.

Beltrame (2022B) reforça essa ideia, ao notar que, muitas vezes, a pessoa com deficiência precisa se adaptar ao ambiente, e não o contrário, perpetuando uma dinâmica excludente. Essa discussão levanta questões importantes sobre a necessidade de políticas públicas e práticas que promovam a acessibilidade e a inclusão em todos os níveis, garantindo a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade.

Acompanhar e avaliar políticas públicas como este programa é importante para construir um caminho para a inclusão. Gestores, profissionais e a comunidade precisam trabalhar para entender o que funciona, o que precisa melhorar e como garantir que o programa tenha o maior impacto possível. Analisar os dados e as experiências nos permite aprender com os sucessos e os desafios, adaptando estratégias e criando soluções que atendam às necessidades das pessoas com deficiência. Esse acompanhamento contínuo fortalece o programa, incentivando a participação das cidades e tornando o Prodesc guarda-chuva uma ferramenta para uma sociedade mais inclusiva.

Figura 11 – Continuidade do Prodesc no período 2020-2024



Legenda



Dado inexistente para este município

Fonte: Elaborado pela autora.

A participação da comunidade é essencial para o sucesso do programa. Quando as pessoas se envolvem, elas trazem o conhecimento sobre suas realidades, ajudando a criar um programa que realmente atenda às necessidades locais. Quando a comunidade participa da construção do programa (Secchi, Coelho e Pires, 2019), as vozes das pessoas com deficiência e de suas famílias são ouvidas, resultando em um programa mais representativo e eficiente.

Dessa forma, a participação da comunidade traz mais transparência, dificultando desvios e incentivando o bom uso dos recursos públicos. Para que isso aconteça, é preciso criar espaços para diálogo, como fóruns e reuniões, garantindo que todos sejam ouvidos, além de investir em treinamento para que as pessoas participem das discussões e das decisões, reconhecer o trabalho de quem se dedica ao programa e usar a tecnologia para facilitar a comunicação e acompanhar as ações. Com a comunidade engajada, o Prodesc guarda-chuva se fortaleceria e promoveria a inclusão, melhorando a vida das pessoas com deficiência.

A crescente demanda por participação ativa das pessoas com deficiência nas decisões que afetam suas vidas, conforme apresenta Sasaki (2007) ao mencionar o movimento Nada Sobre Nós, Sem Nós, reforça a importância de se considerar perspectivas e experiências das pessoas com deficiência na formulação de novas políticas públicas.

Analisando os dados de 2020 a 2024, vemos uma história de desafios na trajetória do Prodesc guarda-chuva. Secchi, Coelho e Pires (2020) nos fazem entender esse cenário, mostrando que a participação da comunidade, a colaboração entre diferentes áreas do governo e um acompanhamento cuidadoso são essenciais para o sucesso. Para expandir o programa, é importante apoiar as cidades menores, que muitas vezes têm dificuldades para implementá-lo. Garantir que todas as pessoas com deficiência tenham acesso a AFAs contribui para uma sociedade mais inclusiva.

Observa-se que o Prodesc guarda-chuva, no que concerne ao atendimento de pessoas com deficiência, apresenta problemas quanto à sua magnitude, abrangência e continuidade na maioria dos municípios sul-mato-grossenses, com exceção de Campo Grande e Dourados. No que se refere à abrangência, ela é pequena, visto que contemplou menos de 21% dos municípios ao longo dos cinco anos analisados, com a maioria dos projetos concentrados em Campo Grande e Dourados. Por outro lado, municípios de menor porte e mais distantes da Capital permaneceram sem acesso às políticas públicas de esporte e lazer para pessoas com deficiência.

A magnitude também foi pequena, pois, mesmo nos municípios atendidos, o programa teve um impacto limitado, quando comparado ao número de habitantes e de pessoas com deficiência em cada cidade, resultando em poucos projetos, recursos insuficientes e um número reduzido de participantes, com exceção de Campo Grande e Dourados.

Ademais, o programa demonstrou não dispor de sequência (continuidade) em seu desenvolvimento ao longo dos anos, com muitos municípios sendo atendidos apenas esporadicamente e por curto período. Novamente, as exceções foram Campo Grande e Dourados, que receberam projetos de forma consistente em todos os anos.

Portanto, o Prodesc guarda-chuva, a exemplo do observado em outras localidades brasileiras, não rompe com o padrão de políticas públicas não universais, excludentes e centralizadoras. A falta de universalização e a centralização de políticas públicas de esporte e lazer também foram evidenciadas em outros contextos brasileiros. Silva e Arantes (2016), em estudo na Bahia, mostraram que Ilhéus não contava com nenhum programa esportivo sistematizado vinculado à Superintendência de Esportes direcionado às pessoas com deficiência, deixando-as sem acesso a atividades físicas adaptadas e esportes adaptados. Já em Itabuna, embora notando a existência de quatro projetos, a exemplo do evidenciado em Mato Grosso do Sul, a maioria estava voltada para o esporte de rendimento, o que limitava a participação a um pequeno grupo e excluía grande parte da população, incluindo pessoas com deficiência. Essa realidade se reflete em uma tendência nacional de centralização de recursos e priorização de políticas que atendem poucos, em detrimento de uma abordagem mais inclusiva e universal.

Silva e Arantes (2016) apontam que essa abordagem resulta em uma “integração” superficial, em que as pessoas com deficiência são obrigadas a se adaptar às estruturas existentes, sem que haja qualquer esforço para remover barreiras ou promover a acessibilidade. Essa prática contraria os princípios da inclusão, que exigem a adaptação do ambiente e das atividades às necessidades dos indivíduos, e não o contrário.

O estudo de Melo e Fumes (2013) no município de Maceió, Alagoas, evidencia que não existiam políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do EA e que a prática esportiva para pessoas com deficiência estava restrita às ações de associações e instituições não governamentais, sem a efetiva participação do poder público. Essa falta de continuidade e de institucionalização compromete o acesso e a participação das pessoas com deficiência em práticas esportivas e recreativas.

A concentração da maior parte dos projetos em Campo Grande e Dourados mostra que as dimensões de acessibilidade programática e/ou metodológica estão longe de acontecer. O resultado é um modelo que, em vez de promover inclusão, reforça a desigualdade, ao priorizar poucos centros urbanos e de fato se esquecer da diversidade territorial do Estado.

A acessibilidade programática deve atuar na eliminação das barreiras que impedem que cidades menores e com menos infraestrutura também sejam contempladas. A descentralização

deve ser encarada como prioridade, garantindo que pessoas com deficiência de diferentes localidades tenham as mesmas oportunidades. A inclusão só será real quando a AFA deixar de ser um privilégio de poucos e passar a ser um direito acessível a todos, independentemente da cidade onde vivem.

Essa falta de abrangência demonstra que barreiras ainda impedem a inclusão de pessoas com deficiência, reforçando a segregação e contrariando os princípios de acessibilidade e participação social. A inclusão só é possível quando a sociedade se torna democrática, garantindo que todos os cidadãos, independentemente de suas condições, tenham oportunidades iguais de participação (Aranha, 2001). Neste sentido, a promoção da acessibilidade (programática, metodológica, instrumental, arquitetônica, tecnológica e atitudinal) é essencial para eliminar barreiras que impedem a participação de pessoas com deficiência, promovendo a inclusão em todos os níveis (Sasaki, 2007).

Dessa forma, para que a inclusão aconteça de fato, é essencial que os paradigmas de suporte e inclusão andem juntos. A inclusão é o objetivo final de uma sociedade que valoriza a diversidade e oferece oportunidades iguais para todos. Já o suporte é a base que torna esse objetivo possível, garantindo as condições necessárias para a participação e o desenvolvimento de cada indivíduo. A inclusão sem suporte acaba sendo apenas uma ideia sem efeito, enquanto o suporte sem inclusão pode se transformar em assistencialismo, mantendo a exclusão disfarçada de proteção (Aranha, 2001; Sasaki, 2007).

Em termos de hipótese, uma das possíveis explicações para a pequena abrangência e magnitude e a descontinuidade do Prodesc guarda-chuva no Estado de Mato Grosso do Sul e, por conseguinte, dos programas/projetos que o compõem e atendem pessoas com deficiência pode ser o foco dado exclusivamente a uma das diversas alternativas (paradesporto) que as AFAs e os EAs possibilitam. Conforme indicam as normas dos programas que contemplam pessoas com deficiência e integram o Prodesc guarda-chuva, a implementação do Prodesc – Treinamento Desportivo ocorre com o quantitativo a ser definido pelo supervisor da modalidade, em conformidade com o número de alunos e o grau de comprometimento.

Observa-se que os programas existentes são voltados exclusivamente ao paradesporto, deixando de lado a ampla gama de possibilidades das AFAs e dos EAs. Em que pese o paradesporto desempenhar um papel fundamental, ao proporcionar o acesso à competição esportiva de alto rendimento a atletas com deficiência, devendo ser oportunizado às pessoas com deficiência desde a infância, incentivando-as a vivenciá-lo enquanto uma possibilidade, sua ênfase na performance não atende integralmente às demandas da população com deficiência que tenha interesse por outras formas de movimento e lazer.

A priorização do paradesporto como única expressão de atividade física para pessoas com deficiência no Estado de Mato Grosso do Sul no âmbito do Prodesc guarda-chuva desconsidera a pluralidade de necessidades, desejos e interesses desse grupo. Muitos estudantes com deficiência (ou os pais, quando se trata de crianças) podem não ter interesse ou as habilidades esportivas exigidas para competição, mas poderiam se beneficiar enormemente de AFAs e EAs orientados à qualidade de vida, ao bem-estar e à integração social.

O paradesporto, em que pese ser uma ferramenta importante para a inclusão de pessoas com deficiência no universo esportivo, proporcionando oportunidades de prática e desenvolvimento físico-esportivo, disciplinar e social, dispõe de sua estrutura fortemente associada ao alto rendimento, à performance e à busca pelo ápice competitivo. Enquanto se promove o paradesporto, também se cria um impedimento e apenas aqueles que atingem um nível elevado de desempenho conseguem continuar a praticá-lo.

A trajetória de uma pessoa com deficiência no paradesporto tende a seguir uma estrutura hierárquica que é preciso “escalar” para se chegar ao topo. Mesmo quem avança pode enfrentar barreiras que o impeça de continuar, como altas exigências de desempenho, falta de oportunidades diversificadas ou resistência física. Essa realidade foi evidenciada por Vieira, Colere e Souza (2021) em estudo com nove paratletas de alto rendimento em Curitiba. O desgaste físico inerente ao alto rendimento e a falta de reconhecimento profissional figuram como desafios que podem resultar no abandono da carreira esportiva. No que tange à estrutura hierárquica do paradesporto, a pesquisa demonstrou que, embora haja avanços, ainda existem obstáculos consideráveis a serem superados para que os paratletas possam, de fato, alcançar o topo. Dessa forma, o paradesporto, quando utilizado como forma única e exclusiva de trabalho de AFAs voltadas às pessoas com deficiência, pode ser mais um mecanismo de exclusão e segregação do que de inclusão.

Faborges et al. (2022) evidenciaram que a escassez de visibilidade e investimento nas AFAs tem sido um fator determinante para a frustração, a desistência e até a falta de vivência em modalidades esportivas por paratletas. Em que pese o investimento no alto rendimento, é evidente que a formação de atletas depende de um aporte prévio, o que não se observa na maioria dos casos, especialmente no que tange ao paradesporto. Este, por sua vez, não deve ser considerado apenas como uma via para revelar talentos, mas, sobretudo, como uma oportunidade de inclusão, desenvolvimento social e lazer para as pessoas com deficiência.

Nesse sentido, a criação de espaços que permitam a prática esportiva para esse público, visando não só à formação de atletas, mas ao prazer de participar e conviver, é fundamental. Embora os avanços no paradesporto sejam notáveis, a veiculação restrita de imagens de atletas

vencedores apenas entre pessoas sem deficiência ainda perpetua o silenciamento de outras formas de existência e de expressão no esporte, haja vista a importância dessa representação, que deveria ser mais inclusiva, ampliando os horizontes e valorizando diferentes corpos e vivências (Faborges et al.,2022).

No que se refere às dificuldades enfrentadas pelos paratletas, o estudo realizado por Chaves e Silva (2023) com um paratleta de natação na região do Alto Oeste Potiguar, Rio Grande do Norte, evidencia que, embora o apoio financeiro seja um fator crítico, os aspectos psicológicos e emocionais desempenham um papel igualmente importante na trajetória desses atletas. A falta de suporte financeiro adequado, somada à pressão emocional, pode levar à desistência, especialmente considerando o investimento necessário para o esporte de alto rendimento.

No que diz respeito ao apoio familiar, embora seja determinante para a permanência no esporte, a escassez de recursos e a falta de apoio institucional limitam as chances de muitos atletas, haja vista que as dificuldades financeiras e emocionais são fatores recorrentes e a desistência, uma realidade para muitos, comprometendo não apenas a continuidade da prática esportiva, mas também o avanço na carreira desses paratletas (Chaves e Silva, 2023).

O Prodesc guarda-chuva, tendo seu foco voltado para o desempenho esportivo, deveria ser um mecanismo inclusivo, permitindo que a pessoa com deficiência percorresse um caminho gradual e acessível, com opções e oportunidades que respeitassem diferentes objetivos e necessidades, portanto, não se limitando apenas a uma das dimensões esportivas propostas por Tubino (1992) ou apenas a uma vertente dos EAs.

A oferta exclusiva do paradesporto nos municípios atendidos também pode ser uma barreira para que mais pessoas com deficiência usufruam dessa política pública quando o rendimento esportivo não figurar como seu interesse. A falta de atendimento em 63 cidades pode criar diversos problemas para os moradores com deficiência, impactando diretamente não apenas as oportunidades de ingresso no paradesporto, foco dos três projetos analisados, mas também a qualidade de vida e o bem-estar, ou seja, a promoção da saúde.

Portanto, ter alternativas é fundamental para que a pessoa com deficiência não fique limitada a um único caminho, em que a escolha seja apenas entre estar no paradesporto e competir ou ficar de fora e não ter acesso a vivências esportivas. A possibilidade de participação em diferentes níveis, sem a pressão exclusiva pelo alto rendimento, evitaria frustrações decorrentes da não classificação para competições e permitiria uma experiência mais enriquecedora, voltada não apenas à performance, mas ao bem-estar e ao desenvolvimento integral dos estudantes.

Os EAs abarcam um leque ampliado de possibilidades, incluindo atividades recreativas e terapêuticas (Winckler, 2022). Essas atividades não são direcionadas apenas a atender às necessidades de pessoas com deficiência, mas também grupos como idosos e indivíduos com condições de saúde específicas, ou seja, esporte para todos (Winckler, 2022).

Ao contrário do que frequentemente se pensa, os EAs não se restringem ao contexto competitivo. Segundo Winckler (2018; 2022), ele se configura como um conceito abrangente que engloba a inclusão, o lazer, a saúde e a qualidade de vida como pilares fundamentais, enquanto a competição, quando presente, é apenas uma possibilidade, e não o objetivo central. Exemplos como a dança em cadeira de rodas, a natação adaptada para reabilitação e os jogos recreativos para pessoas com deficiência intelectual ilustram a diversidade de EAs que pessoas sem deficiências também podem praticar em conjunto.

Ao longo da história, os esportes foram sendo adaptados para atender às necessidades específicas de diferentes públicos, proporcionando experiências inclusivas e gratificantes. Enquanto o basquete tradicional é um esporte regular, o basquete em cadeira de rodas se ajusta às necessidades de atletas com deficiência locomotora. Esses processos de adaptação visam tornar o ambiente esportivo mais acessível e acolhedor, respeitando a diversidade funcional dos praticantes (Mauerberg de Castro; Tolo; Cidade, 2011).

Além dos benefícios físicos, a prática dos EAs impacta positivamente a autoestima, o convívio social e a qualidade de vida das pessoas com deficiência. Cardoso (2012) enfatiza que sua importância transcende a reabilitação física, englobando benefícios psicossociais essenciais. Palma et al. (2020) reforçam essa visão, ao apontar que os EAs contribuem para o fortalecimento da autoconfiança e da interação social, fatores fundamentais para uma inclusão efetiva. Programas ampliados que englobem AFAs e/ou EAs podem atender uma parcela maior da população, promovendo acesso, participação e engajamento em atividades que não apenas o esporte de alto rendimento.

Por sua vez, as AFAs devem ser inclusivas e proporcionar oportunidades para que cada pessoa encontre no movimento um meio de expressão e desenvolvimento pessoal, indo além do alto rendimento. A atividade física, de maneira geral, é essencial para a manutenção da saúde e do bem-estar, sendo algo que vai além do simples movimento corporal. No que tange à sua definição, ela envolve qualquer ação que resulte em gasto energético, sendo fundamental para o bom funcionamento do corpo, indo também além deste movimento corporal, abrangendo pessoas em seus contextos culturais e sendo influenciada por diversos fatores (Caspersen, Powell e Christenson, 1985).

Nesse contexto, a AFA engloba não apenas atividades mais estruturadas, ela representa um programa diversificado de atividades, jogos, esportes e atividades rítmicas e expressivas, organizado com base nos interesses, nas capacidades e nas limitações de indivíduos com deficiência (Sherrill, 1998 apud Borellla, 2010). Mauerberg de Castro (2005) complementa essa definição, ao destacar que as AFAs constituem campo multidisciplinar que integra conhecimentos de motricidade humana e saúde.

Marques, Castro e Silva (2001) ressaltam que a prática de AFA engloba todas as formas de participação desportiva de qualquer pessoa, incluindo aquelas com limitações significativas de movimento, e abrange uma variedade de objetivos, como educativo, recreativo, competitivo e terapêutico. Em que pesem as limitações de capacidade motora, observa-se, sobretudo, a ênfase na participação inclusiva, independentemente das restrições físicas, o que reforça a diversidade de metas que podem ser atingidas com essa prática.

De acordo com Mauerberg de Castro (2005), a prática da AFA deve ser vista como um direito fundamental das pessoas com deficiência, contribuindo para sua autonomia e participação ativa na sociedade. A atividade física, quando adaptada às necessidades individuais, permite superar barreiras que historicamente marginalizaram essas pessoas, promovendo uma inclusão justa em diversos contextos, como a educação, o esporte e o lazer.

Portanto, as AFAs têm significativa importância na promoção da independência e da autodeterminação das pessoas com deficiência. Segundo Sherrill (1998 apud Borella, 2010), ao participar de AFAs, esses indivíduos desenvolvem um maior controle sobre suas próprias vidas, conquistando novas habilidades e ampliando suas possibilidades de atuação no meio social. Assim, a AFA se consolida como um instrumento poderoso para garantir o direito à participação efetiva das pessoas com deficiência em todas as esferas da sociedade, sobretudo o direito à inclusão e ao lazer, uma vez que as AFL são parte fundamental do processo de inclusão social e da melhoria da qualidade de vida (Silva, 2022). Essas atividades, seja em ambientes organizados, seja em ambientes informais, são essenciais para criar oportunidades de socialização e prazer, favorecendo uma vida mais ativa e saudável para pessoas com deficiência.

Sendo assim, no que concerne aos benefícios das AFAs, elas desempenham um papel essencial na prevenção de doenças e no combate a diversas condições crônicas, como problemas cardíacos, por exemplo. A saúde, portanto, deixa de ser vista apenas sob o ponto de vista físico, passando a incluir aspectos emocionais e sociais, essenciais para o desenvolvimento integral do indivíduo. Dessa forma, a prática regular de AFA vai muito além da prevenção de doenças, sendo um caminho para a construção de um estilo de vida saudável e inclusivo, como afirmam

Guedes e Guedes (1995) e Carvalho (2016), ao destacarem a importância do exercício físico na qualidade de vida das pessoas com deficiência.

Portanto, superando os benefícios para promoção da saúde à luz da vertente conservadora, seja na abordagem biomédica, seja na comportamental, a implementação de políticas públicas voltadas às AFAs e aos EAs que valorizem as diversas possibilidades de vivenciá-los e os interesses humanos pode figurar como uma ferramenta importante para a promoção da saúde à luz da abordagem socioambiental, vertente crítica em que as conexões entre acontecimentos econômicos, políticos e culturais aos quais as pessoas estão expostas no seu cotidiano são essenciais (Bagrichevsky, 2021). Portanto, exige a mobilização política, humana e financeira de diversos setores, como participação do Estado e da sociedade civil para sua viabilização (Silva et al., 2013).

Repensar as políticas e estratégias de implementação das AFAs e dos EAs em Mato Grosso do Sul para além do paradesporto pode representar um avanço na inclusão de pessoas com deficiência. Em vez de se restringir ao modelo competitivo inerente ao paradesporto, um novo programa poderia abarcar um público mais amplo, garantindo que indivíduos hoje marginalizados pelo sistema esportivo tradicional tenham oportunidades reais de participação.

Não restringir a participação de pessoas que buscam atividades físicas para além das competitivas e de rendimento esportivo, como por saúde, lazer, uma boa conversa, um relacionamento, ou seja, para socializar, faz parte desse processo de promoção da saúde. Nesse sentido, repensar o público-alvo e os objetivos do programa poderia ampliar sua abrangência, atingindo mais cidades e promovendo uma inclusão mais efetiva.

Para tanto, a literatura sobre inclusão de pessoas com deficiência tem trazido contribuições diversificadas, as quais poderiam ser utilizadas pelos gestores da política estadual de esporte no contexto educacional de modo a suprir as limitações identificadas na presente investigação sobre o Prodesc guarda-chuva e os programas a ele vinculados.

No âmbito das AFA, há diversas estratégias para promover a inclusão das pessoas com deficiência. Entre elas estão a inclusão unificada, que envolve a participação equitativa entre pessoas com e sem deficiência, e a inclusão reversa, caracterizada pela predominância de pessoas com deficiência nos programas, mas permitindo também a participação de pessoas sem deficiência (Silva et al., 2018). A inclusão reversa, conforme Mattos (2017), pode ser compreendida como a participação de indivíduos sem deficiências em programas originalmente voltados para pessoas com deficiência, com o objetivo de promover uma inclusão mais ampla e abrangente. Nesse processo, as estratégias e os conteúdos utilizados são adaptados para serem

acessíveis a todos, permitindo que tanto pessoas com deficiência quanto sem deficiência possam interagir e aprender juntas, criando um ambiente de troca mútua.

Essa abordagem é fundamental para promover um ambiente educacional inclusivo e equitativo, em que o aprendizado e o desenvolvimento se dão em uma relação de respeito e colaboração entre todos os participantes, independentemente de suas habilidades ou limitações.

Neste prisma, uma alternativa viável para o Mato Grosso do Sul seria a criação de um programa pautado na inclusão reversa, em que fosse contemplada a participação de pessoas com deficiência e sem deficiência, sem a obrigatoriedade de envolvimento com o paradesporto (competições) ou a Paralimpíada. Os objetivos estariam voltados à inclusão e à promoção do bem-estar, da socialização e da saúde por meio das AFAs e dos EAs no tempo de lazer, permitindo que indivíduos joguem e se divirtam juntos.

Um exemplo de inclusão reversa é o programa de natação inclusiva. Originalmente, ele atendia apenas pessoas com deficiências físicas, sensoriais e intelectuais, mas passou a incluir pessoas sem deficiência, ampliando o conceito de inclusão e promovendo o aprendizado compartilhado. Dessa forma, os monitores e os alunos sem deficiência têm a oportunidade de aprender com a diversidade de necessidades e habilidades dos alunos com deficiência, desenvolvendo maior sensibilidade e segurança para lidar com novos desafios, tanto no contexto educacional quanto profissional. Assim, ao observar as limitações motoras e o desenvolvimento das técnicas de natação, os alunos sem deficiência reconhecem que as potencialidades humanas dependem, em grande parte, de oportunidades e práticas. A inclusão reversa, portanto, não só favorece a integração dos indivíduos com deficiência, mas também oferece aos sem deficiência a chance de refletir sobre suas próprias dificuldades e superações (Mattos, 2017).

A USP tem implementado o conceito de inclusão reversa, uma abordagem ainda pouco difundida no contexto da integração de pessoas com e sem deficiência. Na Escola de Educação Física e Esporte, essa prática é aplicada por meio da natação, promovendo a participação simultânea de indivíduos com e sem deficiência, seja ela física, intelectual ou sensorial. Conforme, Yamaguti (2013), responsável pelo projeto, a inclusão reversa consiste em envolver pessoas sem deficiência. Essa iniciativa surgiu como resposta às dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência na prática esportiva que muitas vezes não estão relacionadas à deficiência em si, mas à falta de profissionais capacitados para atuar nesse contexto. Além de seu impacto social, o projeto busca superar barreiras e promover a inclusão de forma ampla e efetiva.

Os resultados obtidos com a aplicação da inclusão reversa, especificamente no ensino do voleibol sentado, indicam que essa prática contribui para a desconstrução de estereótipos e preconceitos relacionados ao corpo com deficiência. Colocar estudantes sem deficiência em situações que simulam as vivências de pessoas com deficiência permitiu uma reflexão crítica sobre as barreiras sociais e físicas enfrentadas por esse grupo. A experiência prática relatada no estudo, baseada na atuação de uma das autoras como professora de voleibol, reforça a importância da inclusão reversa como ferramenta para a promoção de uma aula inclusiva. Esses achados sugerem que a inclusão reversa não só beneficia os estudantes com deficiência, mas também enriquece a formação docente, alinhando-se às demandas contemporâneas por uma educação mais equitativa e socialmente consciente (Silva, Cardoso e Almeida, 2021).

A inclusão reversa tem sido apontada como uma estratégia eficaz para promover a integração de pessoas com e sem deficiência, sobretudo no contexto esportivo. Em seu estudo, Silva e Arantes (2016) ressaltam que, apesar da existência de legislações que garantem o direito ao esporte e ao lazer para pessoas com deficiência, a implementação de políticas públicas efetivas ainda é insuficiente. No que concerne a municípios como Ilhéus e Itabuna, na Bahia, a oferta de programas esportivos inclusivos é limitada ou inexistente, haja vista a falta de adaptações necessárias em infraestrutura, metodologia e equipamentos, o que demonstra semelhança com a situação de Mato Grosso do Sul.

Portanto, ao promover a interação entre pessoas com e sem deficiência em atividades adaptadas, a inclusão reversa surge como uma solução viável. Essa abordagem não apenas beneficia as pessoas com deficiência, mas também sensibiliza a sociedade, ao colocar indivíduos sem deficiência em situações que simulam as vivências de pessoas com deficiência. Para que a inclusão reversa seja efetiva, no entanto, é essencial que políticas públicas garantam acessibilidade universal e recursos adequados, superando as barreiras físicas e sociais que ainda excluem grande parte dessa população (Silva e Arantes, 2016). Assim, a inclusão reversa se consolida como uma dimensão metodológica e programática, capaz de promover equidade no esporte.

Tais estratégias estão em consonância com as propostas de Silva (2014), que ressalta que a acessibilidade programática deve incentivar a participação de pessoas com e sem deficiência em diferentes contextos de prática esportiva. Em que pese a necessidade de ajustes estruturais e metodológicos, há que se considerar a relevância dessa abordagem para a ampliação das oportunidades de interação e convivência no esporte e lazer. “Pensando numa perspectiva mais ampla, sobretudo sob a égide do paradigma da inclusão, entende-se que a acessibilidade programática deve fomentar a integração entre pessoas com e sem deficiência, promovendo a

inclusão de ambos os grupos [...]” (Silva, 2014, p. 96). Dessa forma, compreende-se que a inclusão reversa representa uma alternativa viável para ampliar o acesso e a interação entre pessoas com e sem deficiência no contexto das AFAs, garantindo que todos possam se beneficiar da prática esportiva e de lazer de maneira equitativa.

Uma terceira alternativa se vislumbra na inclusão de pessoas com deficiência com aptidão física e interesses voltados ao esporte de rendimento em turmas de esportes ofertadas para pessoas sem deficiência, as quais, no âmbito de Mato Grosso do Sul, dispõem de maior abrangência de cidades quando comparadas às destinadas ao paradesporto. A inclusão de pessoas com deficiência nessas turmas dispõe de potencial por meio da acessibilidade metodológica, que consiste na adaptação de estratégias, regras, materiais e métodos de ensino para atender às necessidades individuais, garantindo a participação ativa e efetiva de todos (Sasaki, 2009). Tal modificação poderia oportunizar uma maior inclusão no contexto da política de esporte escolar desenvolvida pela Fundesporte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo investigar os programas de AFAs desenvolvidos pelo governo do Estado de Mato Grosso do Sul e a inclusão das pessoas com deficiência nesses programas no período de 2020 a 2024.

No que se refere aos programas e projetos esportivos desenvolvidos pela Fundesporte para o contexto educacional, identificou-se a presença de sete: Prodesc – Treinamento Desportivo, programa Bom de Bola, Bom na Escola, programa Forças no Esporte, Programa Esporte e Lazer Inclusivo – Indígena, Quilombola e Uneis, projeto MS Campeões, projeto MS Pedalando para o Futuro e projeto Esporte Universitário/UEMS. Contudo, nenhum deles conta com a intenção de inclusão das pessoas com deficiência, uma vez que não dispõem em seus objetivos de ações voltadas a essa finalidade. Embora não haja objetivos voltados à inclusão de pessoas com deficiência, as pessoas com deficiência se encontram integradas ao público-alvo do Prodesc – Treinamento Desportivo. Além disso, ao analisar os editais de resultados, constatou-se que a participação de pessoas com deficiência ocorre, por intermédio do paradesporto, em outros dois programas/projetos: MS Campeões e Programa de Esporte e Lazer Inclusivo – Indígena.

Quanto à identificação das AFAs fomentadas e à análise da acessibilidade programática e metodológica, observou-se fragilidades na estruturação dessas iniciativas. A acessibilidade programática não é contemplada de maneira expressa na maioria dos editais analisados. Em contrapartida, a acessibilidade metodológica aparece de forma indireta, demonstrando que a inclusão da pessoa com deficiência nos programas esportivos do Estado ainda ocorre de forma limitada.

No que tange às dimensões do esporte que contemplam as pessoas com deficiência, verificou-se a ênfase no alto rendimento e na competição por meio do paradesporto, não englobando outros tipos de AFAs e EAs voltados à promoção da saúde e ao bem-estar. A ausência de diretrizes específicas voltadas à promoção da saúde nesses programas reforça a necessidade de uma abordagem inclusiva e abrangente, que considere não apenas o esporte de rendimento, mas também os benefícios físicos, psicológicos, sociais, afetivos, políticos e culturais das diversas possibilidades de ocupação do tempo disponível com as AFAs e os EAs.

Ao analisar a abrangência, a magnitude e a continuidade dos três programas que atendem pessoas com deficiência, identificou-se que eles dispõem de baixa abrangência, pois estão centralizados em Campo Grande e Dourados, cidades que também foram contempladas com a maior quantidade de projetos (magnitude) e contaram com os programas nos cinco anos analisados. Por outro lado, mais de três quartos dos municípios sul-mato-grossenses se

encontram destituídos de apoio estadual para o fomento do paradesporto para pessoas com deficiência no contexto educacional.

Portanto, conclui-se que o trabalho desenvolvido pela Fundesporte de inclusão das pessoas com deficiência por meio do esporte em contextos educacionais não tem a intenção de promover a inclusão de pessoas com deficiência, mas possibilita parcialmente a integração por meio de três programas. Embora, de certa forma, promova a integração, ao mesmo tempo, a política desenvolvida é veículo de exclusão, dado que a grande maioria dos municípios do Estado nunca foi contemplada. Com exceção de Campo Grande e Dourados, aqueles que foram contemplados contaram com pequena abrangência e magnitude e foram afetados pela descontinuidade das ações. Voltados exclusivamente ao paradesporto, os projetos/programas privilegiam apenas os mais aptos e somente aqueles que têm interesse pelo rendimento esportivo, deixando os demais, como aqueles que anseiam pelas AFAs e os EAs para promoção de saúde e lazer desassistidos pelo Estado, que deveria primar pela democratização do acesso ao esporte a todos, sobretudo no contexto educacional, uma vez que a Constituição Federal ressalta que o investimento público nessa vertente é prioritário.

Por figurar como um estudo de caráter documental, a autora reconhece algumas limitações na análise e na leitura da realidade sobre a política pública destinada à inclusão de pessoas com deficiência pela Fundesporte. Os dados analisados foram extraídos exclusivamente de documentos oficiais, sem possibilidade de observação prática da implementação dos programas. Dessa forma, há uma limitação quanto à avaliação da efetividade dessas ações no cotidiano das pessoas com deficiência. Além disso, foram enfrentadas dificuldades de acesso aos documentos, que, por serem oriundos de instituição pública, conforme normativa de transparência e governabilidade, deveriam ser públicos e de fácil acesso. Outro ponto de limitação foi a ausência de discriminação detalhada das modalidades esportivas nos editais, dificultando uma compreensão mais aprofundada das atividades ofertadas.

Diante das limitações identificadas, sugere-se que pesquisas futuras utilizem abordagens metodológicas complementares, como entrevistas com gestores e participantes dos programas/projetos, bem como observações diretas das atividades desenvolvidas.

REFERÊNCIAS

- ACTIVITY ALLIANCE. Annual Disability and Activity Survey report 2022-23: **Disabled people's perceptions and experiences of sport and activity**. Disponível em: <https://www.activityalliance.org.uk/assets/000/004/569/Activity_Alliance_Annual_Survey_2022-23_Full_Report_original.pdf?1686310868>. Acesso em: 5 de janeiro de 2024.
- AMARAL, Lígia Assumpção. Corpo desviante: olhar perplexo. **Psicologia USP**, v. 5, n. 1-2, p. 245-268, 1994.
- ARANHA, Maria Salete Fábio. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, v. 11, n. 21, p. 160-173, 2001.
- ARANHA, Maria Salete Fábio. **Trabalho e Emprego**: Instrumento de construção da Identidade pessoal e social por Maria Salete Fábio Aranha – São Paulo: SORRIBRASIL; Brasília: CORDE, 2003. Disponível em: <https://iparadigma.org.br/wpcontent/uploads/Ed-incluisva-122.pdf>. Acesso em: 1 de junho de 2023.
- ARANHA, Maria Salete Fábio. **Overview of the Rehabilitation Movement in the United States and proposals for an extended rehabilitation model in Brazil**. Carbondale, Il.: Southern Illinois University, Dissertação de Mestrado, 1980.
- ARAÚJO, Alessandra Cristina Silva de. **Análise dos facilitadores e das barreiras para a prática de natação pela pessoa com deficiência física**. 2017. XVII, 137 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências e Tecnologias em Saúde) Universidade de Brasília, Brasília, 2017
- ARAÚJO, Paulo Ferreira. **Desporto adaptado no Brasil**. São Paulo: Phorte, 2011.
- BAILEY, S. **Athlete First: A History of the Paralympic Movement**. West Sussex: John Wiley, 2008.
- BELTRAME, André Luís Normanton et al. A Cidade, o Lazer e a Pessoa com Deficiência: entre a invisibilidade e emergência da participação social. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 21, n. 2, p. 50-73, 2018.
- BELTRAME, André Luís Normanton. O lazer e a pessoa com deficiência física usuária de cadeira de rodas: investigando a participação social. **Movimento**, v. 28, 2022A.
- BELTRAME, André Luís Normanton. Por entre tramas e tessituras do espaço urbano “sobre rodas”: tecendo relações entre o esporte e lazer e a pessoa com deficiência física na cidade. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 44, p. e001522, 2022B.
- BIANCHETTI, Lucídio. Aspectos históricos da educação especial. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 2, n. 3, p. 7-19, 1995.
- BIDUSKI, Grazieli Maria; LUNARDI, M.; ROSSATO, M.; BERTOLI, J.; ROCHA FREITAS, C.; SERON, B. B. Barreiras e facilitadores percebidos por pessoas com deficiência praticantes de esportes. **Revista Kinesis, Santa Maria, RS**, v. 39, p. 1-13, 2021.
- BITTENCOURT, Caroline Müller; RECK, Janriê Rodrigues. Políticas públicas de Governo e de Estado – uma distinção pouco complexa: necessidade de diferenciação entre modelos decisórios, arranjos institucionais e objetivos de políticas públicas de

Governo e Estado. **Revista de Direito Econômico Ambiente**, v. 12, n. 3, p. 631-667, 2021. DOI: 10.7213/rev.dir.econ.soc.v12i3.28105

BORELLA, D. R. **Atividade Física Adaptada no contexto das matrizes curriculares dos cursos de Educação Física**. 2010. 164 p. Tese (Doutorado em Educação Especial) Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2010.

BOSCATTO, Elaine Caroline; DUARTE, Maria de Fátima da Silva; GOMES, Marcius de Almeida. Estágios de mudança de comportamento e barreiras para a atividade física em obesos mórbidos. **Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano**, v. 13, p. 329-334, 2011.

BOSCHETTI, I. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. *In*: CFESS/ABEPSS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 1-19.

BRASIL. Mato Grosso do Sul. **Lei Complementar nº 87, de 31 de janeiro de 2000**. Dispõe sobre o Estatuto dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Sul, 31 jan. 2000

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF, 2015.

_____. **Lei nº 10.264, de 16 de julho de 2001**. Acrescenta inciso e parágrafos ao art. 56 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jul. 2001.

_____. **Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998**. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 mar. 1998.

_____. Mato Grosso do Sul. **Decreto nº 15.298, de 23 de outubro de 2019**. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 24 out. 2019.

_____. Mato Grosso do Sul. **Decreto nº 15.346, de 15 de janeiro de 2020**. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 16 jan. 2020.

_____. Mato Grosso do Sul. **Decreto nº 15.787, de 7 de outubro de 2021**. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 8 out. 2021.

_____. Mato Grosso do Sul. **Lei Complementar nº 266, de 10 de julho de 2019**. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 11 jul. 2019.

_____. Mato Grosso do Sul. **Resolução/SED nº 3.400, de 22 de janeiro de 2018**. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 23 jan. 2018.

_____. Mato Grosso do Sul. **Resolução/SED nº 3.614, de 23 de julho de 2019**. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 24 jul. 2019.

_____. Mato Grosso do Sul. **Extrato do Termo de Cooperação Educacional nº 73/SED/2020**. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2020.

_____. Mato Grosso do Sul. **Resolução/SED nº 3.829, de 20 de janeiro de 2021**. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 21 jan. 2021.

_____. Mato Grosso do Sul. **Resolução/SED nº 3.965, de 22 de dezembro de 2021**. Diário Oficial Eletrônico nº 10.719, 29 dez. 2021.

_____. Mato Grosso do Sul. **Normas de Orientação 2020**. Institui normas de orientação para a implantação e desenvolvimento do Programa MS Desporto Escolar – PRODESC. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2020.

_____. Mato Grosso do Sul. **Edital de Resultado 2020**. Ficam convocados os candidatos aprovados no processo seletivo mediante análise curricular e capacidade técnica, para o Programa MS Desporto Escolar – PRODESC, relacionados abaixo, a apresentar à direção escolar a documentação necessária para contratação. FUNDESPORTE, Campo Grande, 2020.

_____. Mato Grosso do Sul. **Normas de Orientação 2021**. Institui normas de orientação para a implantação e desenvolvimento do Programa MS Desporto Escolar – PRODESC. FUNDESPORTE, Campo Grande, 2021.

_____. Mato Grosso do Sul. **Edital de Resultado 2021**. Ficam convocados os candidatos aprovados no processo seletivo mediante análise curricular e capacidade técnica, para o Programa MS Desporto Escolar – PRODESC, relacionados abaixo, a apresentar à direção escolar a documentação necessária para contratação. FUNDESPORTE, Campo Grande, 2021.

_____. Mato Grosso do Sul. **Normas de Orientação 2022**. Institui normas de orientação para a implantação e desenvolvimento do Programa MS Desporto Escolar – PRODESC. FUNDESPORTE, Campo Grande, 2022.

_____. Mato Grosso do Sul. **Edital de Resultado 2022**. Ficam convocados os candidatos aprovados no processo seletivo mediante análise curricular e capacidade técnica, para o Programa MS Desporto Escolar – PRODESC, relacionados abaixo, a apresentar à direção escolar a documentação necessária para contratação. FUNDESPORTE, Campo Grande, 2022.

_____. Mato Grosso do Sul. **Resolução/SED Nº 4.182, de 28 de abril de 2023**. Regulamenta a atribuição de aulas do Programa MS Desporto Escolar (MS/PRODESC), Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2 maio 2023

_____. Mato Grosso do Sul. **Edital de Resultado 2022**. Ficam convocados os candidatos aprovados no processo seletivo mediante análise curricular e capacidade técnica, para o Programa MS Desporto Escolar – PRODESC, relacionados abaixo, a apresentar à direção escolar a documentação necessária para contratação. FUNDESPORTE, Campo Grande, 2022.

_____. Mato Grosso do Sul. **Normas de Orientação 2024**. Institui normas de orientação para a implantação e desenvolvimento do Programa MS Desporto Escolar – PRODESC. FUNDESPORTE, Campo Grande, 2024.

_____. Mato Grosso do Sul. **Edital de Resultado 2024**. Ficam convocados os candidatos aprovados no processo seletivo mediante análise curricular e capacidade técnica, para o Programa MS Desporto Escolar – PRODESC, relacionados abaixo, a apresentar à direção escolar a documentação necessária para contratação. FUNDESPORTE, Campo Grande, 2024.

CAMPBELL, Fiona. **Contornos do capacitismo: A produção de deficiência e capacitação**. Springer, 2009.

CAPIO, Catarina M. et al. Instrumentos de medida de atividade física para crianças com paralisia cerebral: uma revisão sistemática. **Medicina do Desenvolvimento e Neurologia Infantil**, v. 52, n. 10, p. 908-916, 2010.

CAPRANICA, L.; FIGUEIREDO, A.; ABELKALNS, I.; BLONDEL, L.; FOERTER, J.; KELDORF, O.; KESKITALO, R.; KOZSLA, T.; DOUPONA, M. The contribution of the European Athlete as Student Network (EAS). **CCD**, v. 47, n. 16, p. 7-17, 2021. DOI: <https://doi.org/10.12800/ccd>

CARAVAGE, Andresa; OLIVER, Fátima Corrêa. Políticas públicas de esporte e lazer para pessoas com deficiência. **Movimento**, v. 24, p. 987-1.000, 2018.

CARDOSO, V, D. A reabilitação de pessoas com deficiência através do desporto adaptado. **Rev. Brasil. Ciência. Esporte**, Florianópolis, v. 33, n. 2, p. 529-539, abr./jun. 2011.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; ALVES, Fernando Mascarenhas. **A participação dos entes federados no financiamento ao esporte e lazer no Brasil**. 2021.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; CASTELLANI FILHO, Lino. O desigual financiamento estadual e municipal das políticas públicas de esporte e lazer pelas diferentes regiões brasileiras. **Revista brasileira de estudos do lazer**, v. 8, n. 3, p. 1-17, 2021.

CARVALHO, Fabio Fortunato Brasil. Práticas corporais e atividades físicas na atenção básica do sistema único de saúde: ir além da prevenção das doenças crônicas não transmissíveis é necessário. **Movimento**, v. 22, n. 2, p. 647-658, 2016.

CASPERSEN, Carl J.; POWELL, Kenneth E.; CHRISTENSON, Gregory M. Physical activity, exercise, and physical fitness: definitions and distinctions for health-related research. **Public health reports**, v. 100, n. 2, p. 126, 1985.

CASTRO, Heloisa Vitória de. Educação Especial e Inclusão de pessoas com deficiência na escola: um olhar histórico-social. **Faculdade de Educação-UFG**. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/248/o/1.4.27_.pdf, 1986.

CASTRO, Suélen Barboza Eiras de; MAOSKI, Ana Paula Cabral Bonin; MEZZADRI, Fernando Marinho. O estado do Paraná e o orçamento para o esporte – 2002 a 2018. **Motrivivência**, v. 33, n. 64, 2021.

COSTA, Alberto Martins da; SOUSA, Sônia Bertoni. Educação física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. **Revista Brasileira de Ciências e Esporte**, v. 25, n. 3, p. 27-42, 2004.

COSTA, Alberto Martins da; WINCKLER, Ciro. A educação física e o esporte paralímpico. In: MELLO, Marcos Túlio; WINCKLER, Ciro (Orgs.). **Esporte paralímpico**. São Paulo: Editora Atheneu, 2012.

COSTA, A. M. da; WINCKLER, Ciro. A Educação Física e o esporte paralímpico. **Esporte paralímpico**, p. 15-20, 2012.

DE OLIVEIRA, Cláudio Humberto Sene et al. O Goalball Como Possibilidade de Inclusão Social de Pessoas com Deficiência Visual. **Pensar a Prática**, v. 16, n. 1, 2013.

- DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 31-50.
- DIAZ, K. M. Leisure-time physical activity and all-cause mortality among adults with intellectual disability: the National Health Interview Survey. **Journal of Intellectual Disability Research**, 64: 180–184.
<https://doi.org/10.1111/jir.12695>.
- DYE, T. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In: HEIDEMANN, F.; SALM, J. F. (Orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010. p. 99-129.
- FABORGES, Ana Paula Martins et al. ATLETA DE PARACICLISMO: UMA HISTÓRIA DE VIDA. **Revista de Inovação e Tecnologia-RIT**, v. 12, n. 1, p. 99-122, 2022.
- FARIA, Marina Dias de; MOTTA, Paulo César. Pessoas com Deficiência Visual: barreiras para o lazer turístico. **Turismo em análise**. Vol. 23, n. 3, 2012
- FARIAS, Edvaldo; DE OLIVEIRA LOPES, Gabriella. Qualidade de vida e bem-estar de praticantes de power soccer usuários de cadeiras de rodas motorizadas. **Revista Dissertar**, v. 1, n. 24 e 25, p. 88-96, 2016.
- FELICIANO, Jéssica Dias et al. Acessibilidade nas corridas de rua: Barreiras percebidas pelas pessoas com deficiência visual. **Movimento**, v. 25, 2022.
- FOGANHOLLI, Cláudia; JUNIOR, Luiz Gonçalves. Lazer de pessoas com deficiências: significando, aprendendo e ensinando. **LICERE-Revista do Programa de Pósgraduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 18, n. 2, p. 59-95, 2015.
- FRANÇA, Tiago Henrique. Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. **Lutas Sociais**, v. 17, n. 31, p. 59-73, 2013.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- HOWLETT, M.; RAMESCH, M.; PERL, A. **Política pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. In: **Manicômios, prisões e conventos**. 1961. p. 316-316.
- GOFFMAN, Erving. The neglected situation. **American anthropologist**, v. 66, n. 6, p. 133-136, 1964.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Rio de Janeiro: Ed. 1982.
- GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade. **Tradução: Mathias Lambert**, v. 4, 1988.
- GUEDES, Dartagnan Pinto; GUEDES, Joana Elisabete Ribeiro Pinto. Atividade física, aptidão física e saúde. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 1, n. 1, p. 1.835, 1995.
- HEIDEMANN, Francisco; SALM, José Francisco. **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. 2ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Características da População e dos Domicílios: **Módulo pessoas com deficiência**. Censo Demográfico 2022. Disponível em: Estatísticas – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (www.gov.br). Acesso em: 22 de out de 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010: **Pessoas com deficiência no Estado de Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3425#resultado>. Acesso em: 10 de Out de 2024.

JAARSMA, Eva A. Dijkstra, P. U., de Blécourt, A. C., Geertzen, J. H., & Dekker, R. Barriers and facilitators of sports in children with physical disabilities: a mixed-method study. **Disability and rehabilitation**, v. 37, n. 18, p. 1617-1625, 2015.

LUGUETTI, C. N.; FERRAZ, O. L.; NUNOMURA, M.; BOHME, M. T. S. O planejamento das práticas esportivas escolares no ensino fundamental na cidade de Santos. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 37, n. 4, p. 314-314, 2015. <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2015.08.011>

KNUTH, Alan Goularte; DA SILVA, Inacio Crochemore Mohnsam; MIELKE, Gregore Iven. Promoção da saúde: um convite à releitura de imprecisões teóricas na área de Atividade Física e Saúde. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 23, p. 15, 2018.

KURNIAWAN, Aditya; RIZKY SAMUDRO, B. Otimizando a inclusão social e econômica por meio de programas esportivos adaptativos para pessoas com deficiência: um caminho para alcançar os ODS. **Revista Internacional de Pesquisa e Revisão da Ciência Atual**, v. 7, n. 05, p. 3066-3072, 2024.

LIMA, Francisco José de; TAVARES, Fabiana dos Santos Silva. **Conceituação e taxonomia das barreiras atitudinais praticadas contra a pessoa com deficiência**. 2012. Disponível em: <http://www.deficienteciente.com.br/2012/09/barreiras-atitudinaisobstaculos-a-pessoacomdeficiencia-na-escola.html>. Acesso em: julho de 2023.

MACHADO, Rafaella Righes et al. Um diagnóstico sobre a prática de atividades físicas por pessoas com deficiência visual. **Conexões**, v. 13, n. 4, p. 33-48, 2015.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MARMELEIRA, José Francisco Filipe et al. Barreiras para a prática de atividade física em pessoas com deficiência visual. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 40, p. 197-204, 2018.

MARQUES, Urbano Moreno; CASTRO, José Alberto Moura; SILVA, Maria Adília. Atividade Física Adaptada: uma visão crítica. **Revista portuguesa de ciências do desporto**, v. 1, n. 1, p. 73-79, 2001.

MATTOS, Elizabeth de. A inclusão através da natação. In: **(Re) Conhecendo a USP - contribuições do ensino, da pesquisa e da extensão no campo das deficiências**. Edition: 1 Publisher: FEUSP Editors: Shirley Silva; Luciano Digiampetri, 2017, p. 100-108

MAUERBERG DE CASTRO, Eliane. **Atividade Física Adaptada**. Tecmed. Ribeirão Preto/SP, 2005.

MAUERBERG DE CASTRO, Eliane. Esportes, atividades na natureza e pessoas com deficiência. In: MAUERBERG DE CASTRO, Eliane (Org.). **Atividade física adaptada**. 2 ed. Ribeirão Preto: Novo Conceito, 2011.

MELO, Flávio Anderson Pedrosa de; FUMES, Neiza de Lourdes Frederico. O Esporte Adaptado no Município de Maceió/AL: Des/Caminhos Traçados Pelas Políticas Públicas. **Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada**, v. 14, n. 2, 2013.

MENDES, Marlon Jose Gavlik; DA COSTA, Maria da Piedade Resende; DENARI, Fátima Elisabeth. Preconceito, discriminação e estigma contra pessoas com deficiência: uma revisão sistemática de literatura. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 16, p. e4825027-e4825027, 2022.

MILANI, Fernanda Gimenez; MENEGALDO, Pedro Henrique Iglesias; STAREPRAVO, Fernando Augusto. A Configuração do Financiamento Esportivo Estadual: Estudo Comparativo Entre Paraná e Santa Catarina. In: **XX Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e VII Congresso Internacional de Ciências do Esporte**. 2017.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

MORGADO, Fabiane Frota da Rocha; CAMPANA, Angela Nogueira Neves Netanho; MORGADO, Jairo José Monteiro; FORTES, Leonardo de Sousa; TAVARES, Maria da Consolação Gomes Cunha Fernades. Facilitadores e barreiras percebidos por pessoas com cegueira congênita para a prática de atividade física. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 19, p. 379-394, 2013.

NASCIMENTO, Carolina Campos et al. Motivação na aderência à prática de atividade física. **Arquivos de Ciências do Esporte**, v. 7, n. 3, 2019.

NASCIMENTO, Oromar Augusto dos Santos et al. O financiamento público estadual do esporte no Estado de Goiás. **Pensar Prát.**, 2020.

NASCIMENTO, Rafael do; Jr. COSTA; OLIVEIRA, Ronaldo Gonçalves; BOSCHI, Silvia Regina Matos da Silva. Qualidade De Vida e Motivação de Atletas Paralímpicos na Modalidade Goalball, Voleibol Sentado e Bocha. **Revista Científica UMC**, v. 3, n. 3, 2018.

NASCIMENTO, Rafael do; Jr. COSTA; OLIVEIRA, Ronaldo Gonçalves; BOSCHI, Silvia Regina Matos da Silva. Qualidade De Vida e Motivação de Atletas Paralímpicos na Modalidade Goalball, Voleibol Sentado E Bocha. **Revista Científica UMC**, v. 3, n. 3, 2018.

OLIVEIRA, Bruno Assis de; DAMASCENO, Luciano Galvão; HUNGARO, Edson Marcelo. Os estudos do lazer na Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE): apontamentos críticos. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 40, p. 325-334, 2018.

OMOTE, Sadao. Estigma no tempo da inclusão. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 10, n. 03, p. 287-308, 2004.

ORCIOLI-SILVA., et al. Atividade Física para pessoas com deficiência: Guia de Atividade Física para a População Brasileira. **Rev. Brasileira de Atividade Física e Saúde**, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes**: Resolução aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 9 de dezembro de 1975.

Organização das Nações Unidas. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Assembleia Geral das Nações Unidas. (2006). Disponível em:

<https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>
Acesso em: 10 de jun de 2023.

PALMA, Luciana Erina; PATIAS, Bhianna Conterato; FECK, Roberta Marostega. Atividade física e deficiência física: preferências, motivações e barreiras para a prática de atividade física. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 18, n. 2, p. 145-151, 2020.

PARSONS, Andrew; WINCKER, Ciro. Esporte e a pessoa com deficiência: contexto histórico. In: MELLO, Marcos Túlio; WINCKER, Ciro (Org.). **Esporte paralímpico**. São Paulo: Editora Atheneu, 2012. p. 3-14.
<http://seer.ines.gov.br/index.php/revistaforum/article/view/1129>. Acesso em: 4 de jun. de 2023.

PEREIRA, Loren Salles Souza; RODRIGUES, Ana Amélia Cardoso; DE BRITO, Cristiane Miryam Drumond. O Lazer da pessoa com deficiência física em Belo Horizonte: um estudo preliminar. **Licere**, 2019, p. 362.

PIGGIN, Joe. What Is Physical Activity? A Holistic Definition for Teachers, Researchers and Policy Makers. *Frontiers In Sports And Active Living*, [S.L.], v. 2, p. 1-7, 18 jun. 2020. **Frontiers Media SA**. <http://dx.doi.org/10.3389/fspor.2020.00072>. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7739796/>. Acesso em: 23 out. 2023.

PREISER, Wolfgang. Das políticas públicas à prática profissional e à pesquisa de avaliação de desenho voltadas para o desenho universal. In: PRADO, Adriana de Almeida; LOPES, Maria Elisabete; ORNSTEIN, Sheila Walbe (org.). **Desenho universal: caminhos da acessibilidade no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2010.

PTOMEY, Lauren T.; SZABO, Amanda N.; WILLS, Erik A.; GORCZYCA, Ana M.; GREENE, J. Leon; DANON, Jéssica C.; DONNELLY, José E. Changes in cognitive function after a 12-week exercise intervention in adults with Down syndrome. **Disability and Health Journal**. Vol. 11, Issue 3, July 2018, Pages 486-490

QUINAUD, Ricardo Teixeira et al. Demandas e distribuição de recursos do fundo estadual de esporte de Santa Catarina: análise das propostas esportivas submetidas de 2007 a 2014, v. 4. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, 1, n. 3, p. 241-247, 2019.

REIS, R. E.; MEZZADRI, F.M. Políticas públicas e ações esportivas voltadas às pessoas com deficiência no estado do Paraná. *Brazilian Journal of Education, Technology and Society (BRAJETS) – Especial Section, “Disability, Education, Technology and Sport”*, v.11, n.1, JanMar. 2018. <http://dx.doi.org/10.14571/brajets>. *Revista Fórum* v. 1, p. 9-18, 2002. Disponível em: **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 1.016.

SALLES, Inês Cristina Di Mare. **Limites e possibilidades da educação especial em escolas cooperativas na perspectiva da transformação social**. 2006. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006.

SAMPAIO, Tânia Mara Vieira; SILVA, Junior Vagner Pereira. **Lazer e cidadania: horizontes de uma construção coletiva**, 2012, p. 48.

SANTANA, W. G. P.; NOVAES, M. N. O. da S.; BRITO, A. D. Política redistributiva como suposto instrumento de obtenção de voto: uma análise do Programa Bolsa família e comportamento eleitoral entre 2006 e 2018. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 12, n. 24, p. 331-357, 2019.

SANTOS, Edmilson Santos; CARVALHO, Maria José. Gasto na subfunção desporto comunitário na região sul do Brasil. **Movimento (Porto Alegre)**, p. e25089-e25089, 2019.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva et al. O orçamento público de esporte e lazer no Brasil: a participação dos entes federados (2013-2022). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 46, p. e20230090, 2024.

SANTOS, Jusiany Pereira da Cunha dos; VELANGA, Carmem Tereza; BARBA, Clarides Henrich. Os paradigmas históricos da inclusão de pessoas com deficiência no Brasil. **Revista educação e cultura contemporânea**, v. 14, n. 35, p. 313-340, 2017.

SANTOS, J. da C. dos; VALENGA, C. T.; BARBA, C. H. Os paradigmas históricos da inclusão de pessoas com deficiência no Brasil. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 35, p. 313-340, abr./jun. 2017.

SANTOS, E. S.; CARVALHO, M. J. Gasto na subfunção desporto comunitário na região sul do Brasil. **Movimento**, v. 25, p. e25089-e25089, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22456/19828918.89583>.

Saraiva, H. Introdução à teoria da política pública. In: Saraiva, H.; Ferrarezi, E. (Org.). **Políticas públicas – volume 1**. Brasília: ENAP, 2006. p. 21-42.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: **acessibilidade no lazer, trabalho e educação**, 2009.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: o paradigma do século 21. **Inclusão – Revista da educação especial**, v. 1, p. 19-23, 2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Nada sobre nós, sem nós: da integração à inclusão - Parte 1. **Revista nacional de reabilitação**, v. 10, p.57, p. 8-16, 2007.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Nada sobre nós, sem nós: da integração à inclusão – Parte 2. **Revista Nacional de Reabilitação**, ano 2007, n. 58, set./out. 2007, p. 20-30.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Paradigma da inclusão e suas implicações educacionais. In: **Revista fórum**. 2002. p. 9-18.

SCHULTZ, Theodore W. **O Capital Humano**: Investimentos em Educação e Pesquisa. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1971.

SECCHI, L.; COELHO, F.S., PIRES, V. **Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos**. 3 ed. São Paulo, SP: Cengage, 2020.

SECCHI, L. Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2021.

SERON, Bruna Barboza; ARRUDA, Gustavo Aires de; GREGUOL, Márcia. Facilitadores e barreiras percebidas para a prática de atividade física por pessoas com deficiência motora. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 37, p. 214-221, 2015.

SERON, Bruna Barboza; FISCHER, Gabriela. Esporte Adaptado na UFSC: Uma análise a partir das Manifestações Esportivas. Extension: **Revista Eletrônica de Extensão**, v. 15, n. 30, p. 166-180, 2018.

SHERRILL, C. Adapted Physical Activity, Recreation na Sport. Crossdisciplinary and lifespan 5° ed.. **Dubuque**: McGraw-Hill, 1998.

SILVA, Estefânia Lopes; Bolomini, J. F. Z., dos Santos, P. P., Forcelline, M. M. C., dos Santos, J. C., de Lima, D. B; Da SILVA, R. Relações entre barreiras à prática de atividade física, nível de atividade física e condições de saúde relacionadas à qualidade de vida de pessoas com deficiência visual. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 23, n. 9, p. e13822-e13822, 2023.

SILVA, Junior Vagner Pereira da. **Parques esportivos como espaço e lugar de in(ex)clusão de pessoas com deficiência física e visual**. 2014. 288 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2014.

SILVA, Junior Vagner Pereira et. al. Políticas públicas de esporte em parques e a inclusão de pessoas com deficiência. **LICERE-Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 21, n. 4, p. 339-358, 2018.

SILVA, Junior Vagner Pereira, Políticas Públicas de Esporte: Pessoas com Deficiência, Hierarquização de prioridades e Direitos Sociais, p.184, 2016. In: SILVA, Junior Vagner Pereira; GONCALVES-SILVA, Luiza Lana; MOREIRA, Wagner Wey. **Educação Física e seus diversos olhares**. Ed. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2016.

SILVA, Junior Vagner Pereira. Atividades Físicas de Lazer sistematizadas assíncronas em período de pandemia COVID-19. **Retos: nuevas tendencias en educación física, deporte y recreación**, n. 46, p. 552-564, 2022.

SILVA, Junior Vagner Pereira. **Políticas públicas de esporte/lazer e in(ex)clusão de pessoas com deficiência**. Campo Grande: UFMS, 2015.

SILVA, Junior Vagner Pereira; ARANTES, Débora Garcia. Políticas Públicas de Esportes e In(Ex)clusão de Pessoas Com Deficiência Em Ilhéus E Itabuna, Bahia. In: **Desafios Da Educação Física: Cultura E Corpo Em Movimento**, 2016, p. 119.

SILVA, Temístocles Damasceno; SANTANA, Tiago Almeida; SILVA, Ricardo Correia. O planejamento e a estrutura financeira das políticas públicas de lazer no estado da Bahia. **Coleção Pesquisa em Educação Física**, v. 14, n. 4, p. 121-130, 2015.

SILVA-LOPES, Cinthia; SOUZA, Marcio Ferreira; ROSSI-FILHO, Silvio; SILVA, Luciane Ferreira da; RIGONI, Ana Carolina Capellini. Atividade física de lazer e saúde: uma revisão sistemática. **Mudanças-Psicol Saúde**, v. 25, n. 1, p. 57-65, 2017.

SILVA, Maria Denise Dourado; CARDOSO, Layana Costa Ribeiro; DE ALMEIDA, Dulce Maria Filgueira. Inclusão reversa e voleibol sentado: direitos humanos em jogo. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 35, n. Especial, p. 1-6, 2021.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, p. 20-45, 2006.

STRAPASSON, Aline Miranda; DUARTE, Edison. Polybat: Um jogo para pessoas com paralisia cerebral. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 23, n. 2, p. 121-133, 2009.

SULBRANDT, J. La evaluación de los programas sociales: una perspectiva crítica de los modelos usuales. In: KLIKSBURG, B. **Pobreza: un tema impostergable**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. p. 169-190.

SWADESI, I. Ketut Iwan; KANCA, I. Nyoman; WIJAYA, Fez Agus. Análise de problemas e desafios no ensino de esportes, saúde e educação física para alunos com deficiência. In: **5º Simpósio de Educação Asiática 2020 (AES 2020)**. Imprensa Atlantis, 2021. pág. 270-273.
TUBINO, Manoel J. G. **O que é esporte?** São Paulo: Brasiliense, 1992.

VARGAS, P. P. I.; OLIVEIRA, J. R. de; CAPRARO, A. M. “Eu tenho saudades daquela época”: lembranças do esporte escolar extracurricular curitibano (1980-1990). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Brasília, v. 43, p. e005520, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/rbce.43.e005520>.

VIEIRA, Yasmin Vicente; COLERE, Jackeline; DE SOUZA, Doralice Lange. Facilitadores e barreiras para a prática esportiva por parte de atletas com comprometimentos no Brasil. **Retos: nuevas tendencias en educación física, deporte y recreación**, n. 41, p. 812-822, 2021.

WELLICHAN, Danielle Da Silva Pinheiro; DOS SANTOS, Marcella Garcia Ferreira. Atividade física adaptada para a pessoa com deficiência: o crossfit adaptado para um grupo com cadeirantes e amputado. **Temas em Educação e Saúde**, p. 146-158, 2019.

WINCKLER, Ciro. **Definindo o Paradesporto**. Santos: Paradesporto Brasil + Acessível, 2022. --12 p.: il. color. Disponível em: <https://paradesporto.unifesp.br/repositorio/trabalhos/4018d5356bfb962b49b844d5a893c99bf9fe1.pdf>

WINCKLER, Ciro; OLIVEIRA, Mizael. C. O esporte paralímpico e os caminhos para inclusão social. **Revista Científica da Escola Superior de Advocacia - Direito Desportivo**, n. 27, Edição Outono 2018. Disponível em: https://issuu.com/esa_oabsp/docs/revista_27__direito_desportivo

WINNICK, Joseph. **Educação Física e Esportes Adaptados**. Barueri: Manole, 2004.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO), The World Bank. **Relatório mundial sobre a deficiência; tradução Lexicus Serviços Linguísticos**. – São Paulo : SEDPcD, 2012. 334 p. Disponível em: [Relatorio Mundial.pdf \(who.int\)](#). Acesso em: 09 de set de 2024.

YAMAGUTI, Y. Inclusão Reversa: saiba como é, e entenda os benefícios de pessoas com e sem deficiência **[Internet]**. 2013. Disponível em: <https://apnendenovaodessa.blogspot.com/2013/03/inclusao-reversa-saiba-como-e-eentenda.html>.

Lawn Bowls	X	X											
Levantamento de peso	X	X	X	X									
Luta de braço	X												
Luta livre	X												

Fonte: Adaptado de Winckler (2022).

Modalidade	Paralímpico	PG	Surdo	Special	Apae	DI	SD	CR	DV	AMP	Multi	PC	Nanismo
Mountain bike	X												
Nado sincronizado	X												
Natação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X
Netball	X												
Patinação artística	X	X	X	X									
Patinação de velocidade	X	X	X	X				X					
Pentatlo	X	X											
Polybat	X				X								
Remo	X	X						X					

Rúgbi	X							X					
Slalom	X	X						X					
Showdow	X												
Snooker	X	X											
Skate	X	X											
Skeleton	X												
Snowboard	X	X	X	X									
Softball	X												
Surfe	X												

Fonte: Adaptado de Winckler (2022).

Modalidade	Paralímpico	PG	Surdo	Special	Apae	DI	SD	CR	DV	AMP	Multi	PC	Nanismo126
Tae-kwon-do	X	X	X	X									
Takkyu volley	X												
Tênis	X	X	X	X	X	X	X	X				X	
Tênis de mesa	X	X	X	X	X	X	X	X				X	X
Tiro com arco	X												
Tiro esportivo	X	X	X	X									X
Torbball	X												
Triatlo	X	X	X	X									
Vela	X	X	X	X									
Voleibol	X	X	X	X									X
Voleibol de praia	X	X	X	X									
Wrestling	X	X						X					
Xadrez	X	X											

Fonte: Adaptado de Winckler (2022)

LEGENDA:

Paralímpico: modalidades do programa paralímpico atual.

PG: modalidades que não estão mais no programa paralímpico.

Special: modalidades do movimento Special Olympics.

Surdo: modalidades do movimento Surdolímpico.

Apac: modalidades das Olimpíadas das Apaes.

DI: modalidades para pessoas com deficiência intelectual.

SD: modalidades para pessoas com síndrome de Down.

CR: modalidades de pessoas em cadeira de rodas.

DV: modalidades para pessoas com deficiência visual.

AMP: modalidades para pessoas com amputação.

Multi: modalidades para múltiplas áreas de deficiência.

PC: modalidades para pessoas com deficiências de coordenação.

Nanismo: modalidades para pessoas com baixa estatura.

ANEXO 2 - A crônica *Pursuit of Cricket under Difficulties*,

Charles Dickens.]

PURSUIT OF CRICKET UNDER DIFFICULTIES.

[October 4, 1861.] 35

incongruous drollery, with which seriousness was altogether out of place. If there was a five minutes' lull for beer, when the "over" was shouted, Peggy was sure to devote that interval to dancing a double-shuffle in the refreshment tent, where the plates were now being dealt round ready for some future edible game. When he took his place as slip or long-stop, he ran to his post while others walked; or delighted the boys by assuming an air of the intensest eagerness and watchfulness, putting a hand on either knee and bending forward, as if he had sworn that no ball should escape his vigilance; or when a ball did come, by blocking it with his wooden leg, throwing himself on it, or falling over it: an inevitable result, indeed, with nearly all the one-legged faction, as the slightest abruptness or jerk in movement had the result of throwing them off the perpendicular. I do not think that Peggy stopped a single ball unless it hit him; he generally fell over it and lost it until some comrade stumped up, swore at him, and picked the ball out from between his feet or under his arm.

The one-armed men had a much less invalid and veteran air about them. There was a shapely lad in a pink Jersey, who, from having his hand off only at the wrist, merely looked at a distance like a stripling with his hand hidden by a long coat-cuff. But then, again, there was a thickset, sturdy fellow, in a blue cap, of the "one-leg" party, who, though he had lost one foot, seemed to run and walk almost as well as ordinary people. Then, again, on the "one-leg" side, there was an ostentatious amount of infirmity in the shape of one or two pale men with crutches, yet everybody appeared merry and good natured, and determined to enjoy the game to his heart's content; while every time a player made a run, before the dull beat of the bat had died away, there was a shout that made the Peckham welkin ring again, and all the crutches and wooden legs beat tattoos of pure joy and triumph. And when the musical and Terpsichorean barber rattled the wickets or made the balls fly, did not the very plates in the refreshment tent dance with pleasure!

Yet, really, Peggy's conduct was most reprehensible. In spite of his "greyhound-in-the-leash" attitude, he was worse than useless; he kicked at the passing ball, he talked to it, he tumbled down to stop it, but for all the success he attained, he might as well have been away; why, Wilkins, with the long crutches and swinging legs, was three times as useful, though he was slow. I suppose, what with the beer, the heat of the day, the excess of zeal, and the fatigue, Peggy began at last to be pretty well aware that he was not doing much good, for he took to lying a good deal on his back, and to addressing the boys, who buzzed round him like flies, on the necessity of keeping a steady "look-out" at cricket. I do not know what Peggy had been, but he looked like a waterman.

Now, a lad who lost his leg when a baby, as a bystander told me, took up the bat and went

in with calm self-reliance, and the game went forward with the usual concomitants. Now come the tips, the misses, the by-balls, the leg hits, the swinging blows that intend so much and do nothing, the echoing swashing cuts, the lost balls, the stumpings-out, the blocks, the slow treacherous balls, and the spinning, bruising roundhanders; not that our friends of the one leg and one arm swaddled themselves up in any timid paddings or bandages; they put on no india-rubber tubed gloves, no shelter-knuckles, they don no fluted leggings. What is a blow on the knuckles to a man who has lost a leg or an arm, who has felt the surgeon's saw and the keen double-edged knife? Yet all this time there was rather a ghastly reminder of suffering about the whole affair, to my mind. I could fancy the game played by out-patients in some out-lying field of Guy's Hospital. I could believe it a party of convalescents in some field outside Sebastopol. Well, I suppose the fact is, that men don't think much of misfortunes when they are once irretrievable, and that these men felt a pleasure in doing an eccentric thing, in showing how bravely and easily they could overcome an infirmity that to some men appears terrible. After all, one thinks, after seeing such a game, one-legged and one-armed men are not so miserable as people imagine. Nature is kind to us in her compensations.

And all this time my eye was perpetually wandering to that blue bulbing dome and the two little pinnacles, that, though from here no larger than a chimney-piece ornament, is, I have reason to believe, Saint Paul's, some five miles distant as the crow flies. How delicate and clean cut its opaque sapphire—how pleasantly it crowns the horizon! That view of Saint Paul's from the Peckham meadows I can strongly recommend to landscape painters as one of the best, because one of the nearest, suburban views of Saint Paul's. I know it, a little blue mushroom button from Banstead Downs, just cropping up above the grey rim of the horizon, where the dark brown cloud ever lingers to mark out London; I know it, a great palace of air from all the winding reaches of the Thames, but I think I never saw it before so beautiful, so unreal, so visionary, so sublime. It seemed more the presiding genius of the busy, turbulent, uneasy city. I felt quite a love for the old blue monster; the sight of him moved me as the sight of a great army moves me, or as the sight of a fleet beating out to sea, with their white wings set all one way.

And now looking again to the game—the excitement has become tremendous. A man with crutches is in; he props himself artfully up, while he strikes the ball feebly and with lack-lustre stroke. A one-armed man with a wavering sleeve, bowls with his left hand, and makes a complicated business of it: the ball moving in a most eccentric orbit. At the opposite wicket Peggy is enthroned: his attitude is a study for Raphael—intense watchfulness, restless ambition, fond love of glory slightly dashed with inebriation, slightly marred by intoxication,

ANEXO 3 - Artigo submetido a *Journal of Physical Education and Sport*.

Public sports policies in Mato Grosso do Sul and the inclusion of people with disabilities in educational programs

KAMILA RODRIGUES PAIXÃO¹, JUNIOR VAGNER PEREIRA DA SILVA¹

¹Mestrado em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Abstract

Background: The study aimed to analyze the public sports policy of the State of Mato Grosso do Sul in the educational context and the inclusion of people with disabilities. **Materials and Methods:** It is a retrospective, qualitative, exploratory and documentary longitudinal research, with analysis of documents that regulate sports policy for educational contexts in Mato Grosso do Sul between 2020-2024, using the documentary analysis technique. **Results:** A macro program was found to anchor seven other programs/projects, predominantly in the performance sport dimension (47.5%). No program/project is intended to include people with disabilities. One project was created specifically with the aim of inclusion, but does not include people with disabilities. Another includes people with disabilities among its target audience, but did not have the intention of inclusion. **Conclusions:** The conclusion is that the inclusion of people with disabilities is not contemplated, as they are only integrated into a single Project.

Keywords: Public policies; Education; Sport; Inclusion; People with disabilities.

Introduction

The participation of people with disabilities in social life has long been denied, as they were subjected to exclusion (from antiquity to the beginning of the 20th century) and segregation (1920s to 1940s). It was only in the 1950s that progress was made towards integrating them into society in specific spaces, such as schools or classrooms (the integration paradigm). Until then they had been hidden away, excluded and prevented from living in society, and were now included in community programs, but restricted to providing care for them (Sassaki, 2007)

Although progress was made with integration, the main object of change was the subject (Aranha, 2001). This sometimes meant that people with disabilities did not have the necessary support to ensure their participation. In other words, although integration was aimed working environments and community activities, the environment and colleagues were often unprepared, leading to marginalization (Sassaki, 2005).

Faced with the lack of support and the marginalization that is still evident, the inclusion of people with disabilities began to be demanded not in specific places, but in spaces where people with and without disabilities could live together, thus characterizing inclusion. The paradigm of inclusion, according to Sassaki (2007), understands that there is a society where human diversity must be valued and all individuals have opportunities to participate and develop. For this to happen, support must be a foundation. From this perspective, inclusion consists of building a social environment that offers not only opportunities for participation, but also the tools and support necessary for this participation to be autonomous, dignified and meaningful (Aranha, 2001).

The growing struggle of people with disabilities and their families for a fairer and more inclusive society led to significant changes in the 1990s, giving rise to the inclusion paradigm. This movement was accompanied by advances in international legislation, such as the United Nations Convention on the Rights of Persons with Disabilities (United Nations, 2006) and national legislation, such as the Brazilian Inclusion Law (Brasil, 2015). These documents highlight the need and urgency for a society that provides equal opportunities and full participation for this historically marginalized social group, adapting the social environment in order to achieve social justice in serving people in their diversity

Based on human rights and social justice, inclusion consists of ensuring that all citizens can participate in any and all levels and services (education, health, employment, leisure, culture, among others), without any kind of discrimination due to their personal condition (Rodrigues, 2006).

Physical activities are therefore included among the environments, contexts and experiences in which inclusion should be promoted. From a holistic understanding, physical activities involve "[...] people who move, act and perform in culturally specific spaces and contexts and are influenced by a unique set of interests, emotions, ideas, instructions and relationships" (Piggin, 2020, p. 5). These are experiences in which people move and act in culturally specific spaces, promoting the development of physiological, psychological, emotional, affective, social, political and cultural aspects (Piggin, 2020). This inclusion can take place through adapted physical activities (APAs), adapted sports (AS) and/or para-sports, each of which has specific characteristics and objectives.

APAs consist of "[...] games, sports, rhythmic and expressive activities whose organization is based on the interests, abilities and limitations of individuals with disabilities" (Sherrill, 1998 apud Borella, 2010). They encompass a variety of people and can be experienced for educational, recreational, competitive or therapeutic purposes (Marques; Castro; Silva, 2001). Among the benefits, it can contribute to a physically active lifestyle, rehabilitation of bodily functions and, above all, equitable social inclusion (Mauerberg-DeCastro, 2005). They are also essential for health promotion and social development (Seron & Fisher, 2018).

They can also take place through AS, which, in addition to the AFAs for people with disabilities, includes the elderly and people with specific health conditions. Inclusion, leisure, health and well-being are its pillars (Winckler, 2022). Sports have been adapted, adjusted or specifically created to include the participation of people with disabilities, enabling an inclusive sporting experience that respects the abilities and needs of this diverse public. The importance of AS transcends the perspective of rehabilitation, encompassing leisure, the development of self-esteem and self-confidence, the strengthening of social interaction and the promotion of quality of life for people with disabilities (Palma et al., 2020). It is therefore a path to overall well-being (Mauerberg-deCastro et al., 2011) and the promotion of health and quality of life (Winckler, 2018).

It can also take place via para-sport, which focuses specifically on high-performance competitions, with its own rules and classifications, culminating in events such as the Paralympic Games. The main objective is high performance, structured competition, with specific rules and classifications to guarantee fairness in competitions for different types and degrees of disability (Winckler, 2022).

Despite the diverse possibilities and objectives that people with disabilities can be included in, as well as their essentiality for life in society, the reality of these people is still sometimes marked by significant challenges due to social inadequacies that appear as barriers (Seron et al., 2015). These include lack of architectural accessibility (absence of ramps, tactile floors, adapted equipment and professionals trained to meet the specific needs of people with disabilities); attitudinal accessibility (behaviors that hinder social participation); methodological accessibility (traditional methods and approaches that do not take into account the specificities of people with disabilities and the necessary adaptations), programmatic accessibility (absence of services for people with disabilities with the necessary support) and instrumental accessibility (absence of tools, technologies and resources that help with communication) (Sasaki, 2009).

Therefore, considering the necessary support, it is opportune for public policies to be formulated and implemented so that structural, methodological, pedagogical and social conditions promote accessibility in its different dimensions in schools, universities, sports venues, among others.

Public policy development in the light of the cycle model: process and specification of intentions

In addition to the involvement of civil society, the third sector and the market, the development of public policies requires the action of the state, since it has the objective superiority in drafting laws and enforcing them (Sechiet et al., 2020) and relies on the government, the producer of public policies par excellence (Souza, 2006). As well as having a bureaucratic-administrative apparatus to carry out its activities, the government has resources from tax collection at different levels (Federal, State, District and Municipal) to fund not only the functioning of the public machine, but also the realization of rights, be they political, fundamental or social.

To this end, it is important to plan so that demands related to various sectors (education, health, sport, leisure, security, among others) gain space and strength in public policies, especially since the creation of the fiscal responsibility law, which imposed budgetary rules and limits. Every year, based on the previous year's revenue, the Executive has to draw up the Budget Plan and have it approved by the Legislature. Once approved, the Executive establishes the financial program and the monthly disbursement schedule (Brasil, 2000)

Considering the various theoretical models, simplified representations of the real world that underpin the development of public policies (Dye, 2010), the cycle model helps to understand these dynamics. According to this model, public policies occur in stages (policy cycles) - agenda, policy formulation, policy decision-making, policy implementation and policy evaluation (Howlett et al., 2013). For the purposes of this article, we will limit ourselves to the first four stages, which are essential for a public policy such as physical activity services for people with disabilities to be put into practice within the public administration.

The agenda consists of the first stage, when various issues arising from the demands of the political community are brought to the attention of the Chief Executive (systemic agenda). In a complex scenario of disputes over a cluster of mobilized issues, only a few catch the government's attention and become a problem that it out to solve (institutional agenda) (Howlett et al., 2013).

Once the government has accepted the need to pay attention to an issue, the question requires answers to solve it (formulation). The formulation of responses to the problem takes place with the identification and determination of possible solutions to the problem, which can occur via awards, coercion, awareness-raising or technical solutions devised by politicians, career civil servants (bureaucrats) and other political actors (Howlett et al., 2013)

When developing alternatives (options), various aspects are taken into consideration, such as the objectives and strategies established, when the players involved establish the expected results (Secchi et al., 2020) based on the state's technical, political and financial constraints (Howlett et al., 2013). The more concrete the established objectives are, the easier it will be to verify the program's effectiveness, as they are the guiding principles for the alternatives to be created and the subsequent stages. It is at this stage that programs, actions, strategies and methods are established in order to achieve the objectives set (Secchi et al., 2020).

Of the options listed (one or more, or none) is approved (decision stage) by members of specific subsystems who occupy formal positions in the government, which is seen as an official declaration of intent (Howlett et al., 2013).

Based on the decision of those in formal government positions, plans (strategic macro-directives), implemented through programs (tactical-managerial content) and operationalized through projects (operational procedure) define the public policy instrument to be implemented, and the implementation stage comes into play. Among the public policy instruments is the direct provision of public services to society (Secchi, 2021). The main function of this stage is regulation (conduct, performance, management criteria), and it is the basis for formal approval. The main actors are career civil servants in ministries or departments (Howlett et al., 2013)

Considering that laws, regulations, program projects and actions figure as the formalization of the public manager's intention with the public policy put into action in the implementation, the analysis of these documents can make important contributions to knowing public policies aimed at different audiences and areas and the intentions of managers, among them, the inclusion of people with disabilities in APA, AS and/or para-sports. According to Capranica et al. (2021), regulations and plans are excellent methodological tools and are recommended by specialized literature to discover structural anchors in national contexts, and can provide a baseline and influence the phases of implementation projects that involve the collection of primary data.

In view of the above, this investigation asks: In the state of Mato Grosso do Sul, are there programs aimed at sport in educational contexts? If so, what dimensions of sport are developed? Do the objectives of the programs/projects include the inclusion of people with disabilities? Are people with disabilities included as a target audience? If so, through what mechanisms is inclusion achieved?

The general objective of the research was to analyze the public sports policy of the state of Mato Grosso do Sul in the educational context and the inclusion of people with disabilities. Specifically, it aimed to identify the dimensions of sports covered; assess the intentionality of including people with disabilities; and analyze the inclusion of people with disabilities and the mechanisms used.

Materials & Methods

This is a retrospective longitudinal study, of the qualitative type, with an exploratory approach, which seeks greater familiarity with the problem (Gil, 2010). In terms of classification, according to the research technique, it is documental, with analysis of primary, written and retrospective sources, electronic public archives from administrative publications (Marconi & Lakatos, 2002) not previously analyzed. These documents make it possible to gain objective knowledge of the reality under investigation (Gil, 2010) and make significant contributions to understanding public policies (Capranica et al., 2021).

The object of the analysis were normative documents (laws, decrees, regulations, guidelines, extracts from cooperation agreements) of sports programs and projects promoted by the Mato Grosso do Sul State government through the Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul (FUNDESPORTE). The period of analysis was from 2020 to 2024 .

Analytical procedures were used in line with the guidelines proposed by Gil (2010) for document analysis, with appropriate adaptations to meet the specific needs of this research:

5.5 DEFINITION OF OBJECTIVES IN RESPONSE TO THE RESEARCH PROBLEM WHEN DESIGNING THE RESEARCH PROJECT

The process was carried out by means of an exploratory literature review, following the methodology suggested by Deslandes (2010). This procedure was essential for mapping previously formulated questions in the field of study, making it possible to identify areas that have received greater emphasis, as well as those that have been less explored. The formulation of the problem arose during the preparation of the first author's pre-project for her master's degree (Gil, 2010) and, subsequently, during the reformulation.

5.6 CREATING A FRAME OF REFERENCE

The theoretical framework was composed of authors who support the paradigms related to people with disabilities (Aranha, 2001), dimensions and barriers of accessibility (Sasaki, 2005), physical activities (Piggin, 2020), APA, EE and para-sports (Winckler, 2022; Winckler 2018; Mauerberg-deCastro et al., 2011; Mauerbergde Castro, 2005) and public policies (Sechi et al., 2020; Howlett et al., 2013).

The research analyzed laws, decrees, programs, resolutions, terms of cooperation and guidelines for sports programs and projects (Table 1).

Table 1. Standardized documents for sports programs/projects in educational contexts - Fundesporte - Mato Grosso do Sul - 2020-2024

Documents
Complementary Law n. 087, of January 31, 2000
Resolution/SED n. 3.400, of January 22, 2018
Complementary Law n. 266, of July 10, 2019
Resolution/SED n. 3.614, of July 23, 2019
Decree n. 15.298 of October 23, 2019
Decree n. 15.346, of January 15, 2020
Extract from Educational Cooperation Agreement n. 73/SED/2020
Resolution/SED n. 3.829, of January 20, 2021
Guidelines 2021
Decree n. 15.787, of October 7, 2021
Resolution/SED n. 3.965, of December 22, 2021
Guidelines 2022
Resolution/SED n. 4.182, of April 28, 2023
Guidelines 2024
Resolution/SED n. 4.308, of May 10, 2024

5.7

5.8 BUILDING A SYSTEM OF CATEGORIES

The categories comprise the descriptors that express the central essence of the concept. In this sense, three categories were identified: sports programs and the dimensions of sport; objectives of the programs and the intention to include people with disabilities; target audience of the programs, the inclusion of people with disabilities and the mechanisms used.

5.9 DEFINITION OF UNITS OF ANALYSIS AND ENUMERATION RULES

Sports programs developed (presence or absence); dimensions of sports covered by the programs (educational sport, participation sport, performance sport); sports programs that include people with disabilities in their objectives (presence or absence); mechanisms used (AFA, EA, para-sport) aimed at people with disabilities (presence or absence).

Results

In 2020, sport in Mato Grosso do Sul underwent changes with the implementation of the "Programa MS Desporto Escolar" (PRODESC), the result of a partnership between the FUNDESPORTE and the Secretaria de Estado de Educação (SED). PRODESC replaced the "School Sports Training and Development Program", but kept its core objectives.

With the mission of strengthening sport and promoting inclusion, PRODESC began its activities by incorporating existing projects, such as "Bom de Bola, Bom na Escola" and the "Programa Forças no Esporte" (PROFESP). Over the years, new projects were added, making it a comprehensive program to which others were anchored, in other words, an "umbrella" program (Figure 1).

In 2021 there was an important expansion of the program. New initiatives, such as the "Projeto MS Campeões – Treinamento Desportivo" and the "Programa Especial de Esporte e Lazer Inclusivo" were created, broadening the scope and introducing sport to educational contexts not previously covered, such as indigenous schools, quilombola schools and Educational Internment Units.

As an umbrella program, in 2021 "PRODESC", which focused on sports training in schools, was renamed "PRODESC – Treinamento Esportivo". This marked the separation of "PRODESC" as a macro (umbrella) public policy and "PRODESC – Treinamento Esportivo" as a specific program.

Figure 5734. Programs anchored in PRODESC (2020-2024)



Source: Prepared by the author

In 2022, the "Programa Especial de Esporte e Lazer Inclusivo" underwent a significant restructuring, in which the specific rules for operating the program in indigenous and quilombola communities became different from those for Educational Internment Units. This change was aimed at improving service to these specific groups, adjusting sports activities to their specific cultural and social characteristics, showing signs of the program's possible commitment to inclusion and diversity, especially with regard to the legal basis for minors deprived of their liberty.

In 2023, new projects were implemented, such as "MS Pedalando para o futuro" and the "Projeto Esporte Universitário", demonstrating FUNDESPORTE's ongoing efforts to diversify and expand opportunities for access to sport. However, that same year, the "Projeto MS Campeões" was discontinued.

With regard to the objectives of "PRODESC – umbrella", in 2020 they were focused exclusively on the sports development of students in the state network, with an emphasis on discovering talent and forming competitive teams for the School Games. In 2021, it broadened its horizons, aiming not only at sports performance, but also at the integral formation of the student-athlete, with the inclusion of sports training programs, social inclusion actions and attention to school performance. The program began to combine sport with academic development, establishing databases to monitor athletes' profiles and promoting psychosocial skills such as leadership, teamwork, discipline and resilience. In 2024, the general objective became to encourage the training and sports development of student athletes from the state network, focusing on specialized training and cooperation with municipal and private schools to participate in the School Games and other sporting events (Table 2).

Table 2. Objectives and target audience of the programs/projects that make up "Prodesc – umbrella" - FUNDESPORTE/Mato Grosso do Sul - 2020-2024

PROGRAMMES/ PROJECTS	OBJECTIVES	TARGET AUDIENCE	AGE GROUP	SEX	
				M	F

Good on the ball, good at school project	General: To combat school dropouts, one of the requirements for participating in the program is that the student be duly enrolled in the municipal, state or private school system.	Student athletes	7 to 17 years	x	x
Forces in Sport Program (PROFESP)	To promote the social inclusion of children and adolescents in situations of social vulnerability through sports and activities aimed at integral education. Specific: Improve quality of life; strengthen social integration and citizenship; Reduce social risks; Develop and accompany new talents; Bring the Armed Forces closer to the community.	Student athletes	to 17 years	x	x
MS Champions Project	General: To contribute to the process of transition from school sport to performance sport, maintaining its relevance and importance in the school scenario, using means and instruments capable of processing the development of the physical, cognitive, technical and tactical capacities of the student athlete, using systematized sports practices, in performance-oriented work. Specific: To enable young students/athletes from public and private schools to take part in systematic training sessions led by a technical committee, led by the MS Champions Project's Technical Teacher, with the aim of improving their performance; To contribute to the discovery of new talents in sport; To provide monitoring, evaluation and follow-up work on the performance of the municipality's student athletes (State and Municipal Public Schools and Private Schools) with technical-scientific support through the cooperation of laboratories from Higher Education Institutions.	Student athletes	15 to 17 years	x	x
Special Program for Inclusive Sport and Leisure - indigenous people, quilombolas and UNEIS	General: To promote the transformation of these people who are exposed to violence, suffer affective, cultural and socio-economic deprivation, factors that hinder or delay their full biopsychosocial development. Specific: To offer a dynamic approach that uses sport as a means to achieve the interaction of these children and adolescents and enable their integral development, through the use of quality instruments and mechanisms; To promote sport in its various forms and modalities; To encourage participation in sporting events; To emphasize the principles of citizenship and human values, in the context of their	Indigenous and Quilombola schoolchildren and those deprived of their liberty in UNEIS	7 to 17 years	x	x

	relationships in the environment in which they live, highlighting individuality and the other.				
MS Project: cycling into the future	<p>General: To implement the "MS School Project: cycling for the future", using cycling as a tool for social transformation, offering a free sports program focused on a socially vulnerable community, which is undoubtedly a way to reduce and prevent violence, drug addiction, marginalization and other social deviations.</p> <p>Specific: Detect young people with promising sporting talent for cycling and provide them with the conditions for technical development, making it more feasible for them to rise in the sporting ranks; Promote talks to athletes and parents of athletes on subjects related to education and the promotion of the athlete's full health; Encourage participants to be committed to school and schoolwork; Encouraging participants to organize their school and sports activities in a balanced way; Keeping track of school results through "report cards"; Participating in municipal, regional and national championships; Encouraging the training of school cycling athletes; Developing the psychosocial skills necessary for human development; Providing a sports environment where educational and participatory functions coexist.</p>	Children and teenagers	10 years to 15 years	x	x
University sports project	<p>General: The University Sports Program includes support for the State University of Mato Grosso do Sul, through its athletic associations, in the formation and training of teams in Futsal, Basketball, Handball and Volleyball in the municipalities of Aquidauana, Campo Grande, Cassilândia, Dourados, Mundo Novo, Naviraí and Paranaíba.</p>	University students	-	x	x
Prodesc: Sports training	<p>General: To enable students from the State Education Network to have access to sports in the various disciplines on offer, with the aim of fully developing their specific skills, according to their age, improving and developing the psychosocial skills necessary for the development of students/athletes; To promote the identification of young sporting talents within the school; To enable the formation of competitive teams for participation in the Mato Grosso do Sul School Games, Youth Games, Brazilian School Games, and similar events.</p>	Student athletes	6 TO 7 YEARS	7	8
		Studentathletes	9 TO 11 YEARS OLD	10	11

Source: Prepared by the author

As for the content and direction of the program, initiatives such as "MS Campeões", "PRODESC - Treinamento Esportivo" and "Esporte Universitário/UEMS" prioritize performance sport, focusing on technical improvement, discovering talent and creating competitive teams to represent the state in competitions at different levels. In contrast, initiatives such as the "Programa Especial de Esporte e Lazer Inclusivo" and "PROFESP" promote participatory sport, fostering social inclusion, interaction and the all-round development of participants, focusing on the principles of citizenship and human values. The central objective is not competition, but engagement in sporting activities that promote well-being. The "Bom de Bola, Bom na Escola" program focuses on preventing school drop-outs, highlighting, through its objectives, a strong integration with the sport-education dimension.

The "MS Pedalando para o futuro" project covers the three dimensions of sport - educational, performance and participation. With regard to educational sport, the project encourages dedication to school activities, organizes talks on education and health, and improves psychosocial skills in line with the principles of participation, cooperation and responsibility. As for performance sport, it aims to identify young people with potential for sporting success, providing conditions for their technical improvement and participation in local, regional and national competitions. Finally, with regard to participation sport, it uses cycling as a pleasurable and democratic activity, encouraging social integration, well-being and the constructive use of free time, especially in socially vulnerable communities

Considering the objectives of each project, it is clear that "PRODESC - umbrella" prioritizes the dimension of performance sport, represented by 42.85% of the actions analyzed. Although there are initiatives aimed at sport-participation (28.57%) and sport-education (14.28%), these dimensions are complementary, demonstrating that sporting performance remains the main focus. Thus, FUNDESPORTE's main sports policy program for the educational context adopts an approach focused on high performance, student-athletes, technical improvement, the development of competitive sports and the pursuit of victories in competitions.

When analyzing the objectives of the programs, there is nothing about the intention to include people with disabilities, either through the programmatic or methodological dimension. Not even the "Special Inclusive Sport and Leisure Program", the only one specifically designed with inclusion objectives, contemplated the intention of including people with disabilities, since the declared inclusion is aimed only at indigenous people, quilombolas and young people deprived of their liberty. In fact, people with disabilities are not even part of the program's target audience.

With regard to the target audience of the programs that make up the "PRODESC umbrella", it can be seen that the "Projeto Bom de Bola, Bom na Escola", the "Programa Forças no Esporte", the "Programa Especial de Esporte e Lazer Inclusivo" and the "Projeto MS Pedalando para o Futuro" are aimed at children and teenagers. The "Projeto MS Campeões" is aimed at teenagers, while the "Esporte Universitário/UEMS" is aimed at young university adults.

Although the inclusion of people with disabilities is absent from the objectives of all the programs and from the target audience of the "Programa Especial de Esporte e Lazer Inclusivo", people with disabilities appear as a target audience to be covered by "Prodesc – Treinamento Esportivo", which is contradictory, since the program does not mention the inclusion of people with disabilities in its objectives.

Discussion

During the period in question, progress was made in the state's sports policy with the implementation of programs, expanding access to sport in different areas through the "PRODESC - umbrella". Over the years, new initiatives have emerged and existing ones have been improved, indicating a commitment on the part of the state authorities to offering sport in the educational environment. It is clear that the government, the producer par excellence of public policies (Souza, 2007), used the bureaucratic-administrative structure of the state and through the power delegated to its agencies, to promote services to society through programs for schoolchildren.

Programs are managerial artifacts (tactical-managerial content) used to put public policies into practice through projects supported by processes (operational procedure). Metaphorically, public policies resemble a "steel cable" which, made up of various strands (programs, projects and specific actions), appear to be independent, but are interconnected and form the structure of the "steel cable" (public policies themselves) (Secchi et al., 2020). From this perspective, "PRODESC - umbrella" is a "steel cable", made up of various "threads" with specific objectives, target audiences and age groups, giving the contours of the sports policy developed in educational contexts in Mato Grosso do Sul.

An in-depth analysis of PRODESC shows that it is a government policy. That is, programs and projects implemented by a political group during its term of office, reflecting the priorities and specific agendas of the administration in office (Secchi et al., 2020). Although these programs are of great importance to the current administration, particularly in promoting sport among students in Mato Grosso do Sul, they have limitations, such as long-term instability, since they can be interrupted due to future government changes. This can compromise the

continuity of initiatives and funding, which affects the long-term viability of programs and projects, since in Brazil there is a tendency for discontinuity with each change of government.

Given these limitations, it is essential that state sports management moves towards state public policies, which are distinguished by being long-term, focused on the general interest of the population and independent of electoral cycles. For a public policy to become a state policy, it needs to be institutionalized through regulations, such as laws and decrees that ensure its continuity in the face of changes in government (Secchi et al., 2020). Based on laws, a state policy allows little or no leeway for the Chief Executive (and/or their representatives) to implement changes to the structure of the model, in other words, it provides institutional stability (Bittencourt & Reck, 2021).

While government policies meet immediate demands, state policies are essential for establishing a sustainable legacy that can positively affect current and future generations (Secchi et al., 2020). A state policy would ensure constant and universal access to sport, contributing to social inclusion, health promotion and human development.

The implementation of the State Sports System for Mato Grosso do Sul, which regulates a Council, Plan and State Fund for sport, with programs and funding planned over the long term via legislative approval, would be an opportune way to democratize and guarantee sport as a stable social right.

The transformation into a System, with guarantees guaranteed by law, establishing percentages of financial resources and the distribution of this among the various aspects of sport and the target public, would tend to lead future managers to maintain it. In addition to the political capital lost among the sports community in the event of its dissolution, for this to happen, the future government would need to lead state legislators to approve the repeal, something more complex than when a program/project ceases to exist due to a mere discretionary monocratic decision, inherent to the Executive Branch. Therefore, a state sports policy would demonstrate a historic commitment to sport, and the results could continue to bear fruit after the end of the current administration, thus becoming a legacy.

With regard to the specific objectives of the programs/projects that make up the "PRODESC - umbrella", it can be seen that they cover the different dimensions of sport - sport-education, sport-participation and sportperformance - proposed by Tubino (1992, p. 27, emphasis added):

[...] **Sport-education** is the aspect of sport with the greatest socio-educational content. It is based on educational principles such as participation, cooperation, co-education, integration and responsibility. **Participation** sport or popular sport, on the other hand, is based on the principle of playful pleasure, leisure and the constructive use of free time. This form of sport has no commitment to institutional rules or rules of any kind and its greatest meaning is participation, which can promote the well-being of those who take part in it, which is its true purpose. **Performance sport** is played in strict compliance with the existing rules and codes specific to each sport. This is why it is considered an institutionalized type of sport, which includes international and national federations that organize competitions all over the world (free translation).

However, there is a predominance of performance sport in the educational context. This evidence reflects a trend observed at national level, where high-performance sport is the predominant dimension in extracurricular sports public policies in school contexts. Extracurricular activities in Brazil date back to the 1970s (military dictatorship), and at the time were focused on developing physical ability and training future promises through competitions inside and outside the country (Andreani et al., 2019). In Curitiba, between 1980 and 1990, private schools offered scholarships to those who stood out, in order to represent the institution in competitions (municipal, state and national) in various sports (Vargas et al., 2021). This was also used by state schools in São Paulo, where the offers were aimed at the Collegiate Olympics (Luguetti et al., 2015).

They also reflect the trend observed at the national level, where high-performance sport is the predominant dimension in the public policies of the states, whether school-based or not. Research carried out in this field indicates that most financial resources are allocated to the development of high-performance athletes and participation in international competitions (Carneiro et al., 2024; Santos & Carvalho, 2019).

This tendency reflects a view of sport as a tool for projecting the country on the international stage (in the case of Mato Grosso do Sul, on the national stage) and obtaining medals. By preferring to win medals, it undermines actions that foster social inclusion, training, participation, education and health promotion through sport.

This is a problem, since by adopting a redistributive policy, FUNDESPORTE uses public resources, mainly from education, to fund the majority of sports performance projects that target minorities of students

(skilled students with sports performance goals) and, on the other hand, offers few projects aimed at the majority (students without sports skills and with an interest in sports as a leisure and social integration experience). According to Brito et al. (2019), redistributive policies offer gains to certain groups to the detriment of others.

For our part, what we are defending is not the denial of performance sport, since it is lawful and legitimate to provide those who are interested in this aspect with experiences related to performance objectives. The problem we are attacking is the superiority (number of projects and, consequently, amount of financial resources allocated) disproportionately in favor of performance sport, which goes against the Brazilian Federal Constitution (Brasil, 1988), the Pelé Law (Brasil, 1998) and the General Sports Law (Brasil, 2023), which determine the priority investment of public resources in the sport-educational dimension. It's important to point out that, as defined by the Pelé Law, educational sport is sport that is developed in the school context, avoiding selectivity and hypercompetitiveness in its practitioners, something quite different from what most of the projects developed by FUNDESPORTE are seeking.

The lack of equity in the funding of public sports policies in Brazil highlights regional and socio-economic inequalities, directly impacting the population's participation in these activities. It can be seen that the predominance of investment in areas with greater economic development favors access and sports performance, while in regions with less financial support, participation is limited. This also has an impact on the role of sport in education and in promoting social inclusion (Carneiro et al., 2021).

Between 2007 and 2014, Santa Catarina gave priority to performance sport, to the detriment of grassroots and participation sport. The contribution of millions to almost 2,000 sports proposals fell sharply over the years, from 48.6% in 2007 to 38.7% in 2014. Most of the funds were allocated to programs aimed at high-performance athletes, sports infrastructure and events, while initiatives linked to grassroots sport, social participation, scientific research and the training of coaches received little attention (Quinaud et al., 2018).

Nascimento et al. (2017) point out that, from 2011 to 2017, the Goiás government's spending on sport was unstable, fluctuating between high and low investments. Resources were divided into three dimensions: participation, performance and educational. Despite being linked to participation sport, many programs and actions were primarily aimed at high-performance sport.

On the other hand, there are states that show positive results in terms of participatory sport, such as Bahia. There, there has been significant investment in infrastructure, such as the revitalization of parks and the construction of community facilities, as well as participatory programs such as "Bahia Esportiva" (Silva et al., 2015). From 2002 to 2018, Paraná can be considered a model of public policy that distributed more financial resources in the three dimensions of sport. During the period studied, community sport (participation sport) stood out as the sub-function that received the largest financial contribution and the greatest regularity of investment - R\$400,000.00 (four hundred million). On the other hand, performance sport received approximately R\$100,000.00 (one hundred million). It should also be noted that some of the funds initially earmarked for performance sport were redirected to community sport (Castro et al., 2021)

Therefore, the predominance of investments directed at performance sport in the state of Mato Grosso do Sul reflects the political will of the managers, who, faced with the discretionary power they have, choose performance sport as the political problem in the educational context to be prioritized, repeating a culture inherited from the military regime with nationalist Brazil.

The lack of intent to include people with disabilities in the objectives of the programs is another gap and problem in the public sports policy developed by FUNDESPORTE, since the objectives of a project are outlined when formulating responses to a public problem. It is through them that the expected results are established by politicians, public policy analysts and other actors involved in the formulation of alternatives to promote the results of the intended objectives. It is the objectives that guide the alternatives to be created and the development of subsequent stages (Secchi et al., 2020).

The intentionality of a public policy (what it aims to solve) is guided by the objectives outlined for programs, projects and actions. It is no coincidence, as Sulbrandt (1993) points out, that evaluating the effectiveness of a public policy consists of verifying the degree to which the objectives have been met. A similar understanding is presented by Boschetti (2009, p. 2), who states that

Evaluating means establishing a causal relationship between a program and its outcome, and this can only be achieved by establishing a causal relationship between the modality of the social policy being evaluated and its success and/or failure, taking as a parameter the relationship between objectives, intentions, performance and the achievement of objectives (free translation).

The Executive is responsible for drawing up alternatives, deciding on the most appropriate ones and implementing programs aimed at including people with disabilities, since it is the Executive that has control of information, fiscal control and the bureaucratic apparatus to advise it and put its preferences into practice (Howlett

et al., 2013). Therefore, the absence of objectives related to the inclusion of people with disabilities in the sports projects developed by FUNDESPORTE in the educational context indicates a lack of intent on the part of managers to promote the inclusion of people with disabilities, which can lead to problems in the development of this population.

In addition, the lack of intent to promote the inclusion of people with disabilities, beyond the objectives of general programs such as those analyzed, is also confirmed by the lack of a specific program for this purpose. The creation of specific programs for the inclusion of people with disabilities is seen as promoting programmatic accessibility which, according to Sasaki (2009), should be aimed at eliminating invisible barriers that are embedded in decrees, laws, regulations, public policies and other legal frameworks.

Although public policies and sports venues seek to promote inclusion, specifically with regard to the inclusion of people with disabilities in APAs, there are still considerable obstacles, especially those of a programmatic nature. With regard to the encouragement of AFAs in sports venues and their regulation by government policies, the absence of inclusive practices in relation to days of attendance, timetables and target audiences creates programmatic obstacles that restrict access and the effective participation of people with disabilities (Silva, 2014).

Therefore, even though there have been legislative advances, such as the Convention on the Rights of Persons with Disabilities (United Nations, 2006) and the Brazilian Law for the Inclusion of Persons with Disabilities (Brasil, 2015), the intention of public managers to promote the inclusion of people with disabilities is still not very present (or absent, as observed in this study), since it is not included in the objectives set for the program. In other words, the guarantees set out in international guidelines/conventions and laws sometimes fail to materialize in concrete actions, leaving significant gaps in access to the rights of people with disabilities.

Programmatic accessibility should provide sporting involvement not only among people with disabilities, but also in projects that enable people with disabilities to experience APA and AS together with non-disabled people (Silva, 2014). Therefore, it is also necessary to develop its elective dimension, ensuring that people, regardless of their condition, have the right to relate to and interact with groups that are of interest to them, guaranteeing their right to autonomy and their own choices (Rodrigues, 2006).

The exclusion of people with disabilities from public policies aimed at physical activities (Piggin, 2020) is not a particularity of the state of Mato Grosso do Sul, but a challenge that has already been widely recognized in Brazilian literature. In Campo Grande, Mato Grosso do Sul, a survey carried out by Silva et al. (2018) in five sports parks revealed that only one of them implemented programmatic accessibility, making FPA available to people with disabilities. In addition, a lack of significant adaptations to the rules of sports programs was observed, disregarding essential dimensions of accessibility. This suggests a violation of the right to accessibility, either methodologically or programmatically, aimed at including people with disabilities.

Barriers to accessing APAs have also been identified as a result of inadequate methodologies for serving people with disabilities. In Rio Grande do Sul, in Santa Maria, the shortage of qualified professionals to assist people with visual impairments was one of the elements that contributed to the physical inactivity of this group (Machado et al., 2015). Pereira et al. (2019), revealed that in Belo Horizonte, Minas Gerais, the limitations to experiences with APA go beyond physical attributes and are directly associated with political, social and cultural aspects.

The scarce presence of projects aimed at people with disabilities in public policies, whether due to the lack of specific projects (programmatic barriers) or the lack of adaptation of methodologies so that people with disabilities can experience APA together with people without disabilities (methodological barriers), emerges as an urgent issue to be included in FUNDESPORTE's political agenda in an intentional way, with objectives aimed at the inclusion of people with disabilities explicitly incorporated into the objectives of the programs, so that the achievement or otherwise of the program's objectives can be evaluated and adjustments, where necessary, made.

This highlights the need for public policies that not only intensify the availability of sports projects in the school context, but also take into account human diversity, including people with disabilities. These people need public policies that ensure inclusion through the multiple dimensions of accessibility - programmatic, methodological and architectural - (Sasaki, 2009), which are essential for the effective inclusion of these people.

However, the data obtained is contradictory, because if on the one hand FUNDESPORTE's management lacks intentionality in its programs aimed at the inclusion of people with disabilities, people with disabilities are included as a target audience in the "PRODESC – Treinamento Esportivo" program, using para-sports as a mechanism.

In this scenario, people with disabilities can be integrated into FUNDESPORTE's educational sports policy, but not included. Integration is a paradigm that emerged in the 1950s, and because it failed to foster adequate social and environmental conditions, it was fought so that it gave way to the inclusion paradigm. The implementation of public policies based on integration is inadequate and retrograde. It urgently needs to be replaced by initiatives

that recognize that disability is a social limitation imposed on people because society's public policies are not geared towards people as a whole.

Conclusions

The documents analyzed indicate the existence of a government sports policy for the educational context, which is conducted not by a public administration body that is part of Education, but by a foundation linked to sport (FUNDESPORTE), which privileges performance sport, treating students as athletes, who must be prepared for representation in school games at state and national level.

The intention to include people with disabilities is non-existent, since no program includes this commitment in its objectives. Not even the "Projeto de Esporte e Lazer Inclusivo", created specifically to promote inclusion, includes people with disabilities, since it is aimed specifically at indigenous people, quilombolas and young people deprived of their liberty in Educational Internment Units. However, people with disabilities are included in "PRODESC – Treinamento Esportivo".

The conclusion is that, although the literature presents inclusion as a paradigm, the political practice evidenced in this research does not yet reflect this conception, indicating that, despite theoretical and normative advances, a transition phase based on integration prevails in the field of public policies.

In view of the evidence obtained, this research suggests that substantial changes need to be made to the public sports policy developed by FUNDESPORTE:

Expansion of programs in educational contexts that include dimensions of sport-participation, targeting people who do not have the skills required for sports performance or who are interested in experiencing sport-participation (socialization or health promotion in its different perspectives);

Realignment of the objectives of "PRODESC – Treinamento Esportivo", in which in addition to the integration of people with disabilities among the target audience, inclusion becomes part of the intentionality of the program's objectives;

Inclusion of people with disabilities among the target audience to be served by the "Projeto de Esporte e Lazer Inclusivo", because it is nonsense for a program to be called inclusive if it does not serve people with disabilities;

Inclusion of people with disabilities through methodological accessibility in all programs, as this will contribute to a training process aimed at inclusion and the elimination of attitudinal barriers.

Finally, despite the relevance of documentary studies for analyzing public policies, the authors recognize the importance of future field studies with public policy managers and disabled schoolchildren, in order to better understand the reach of this public in public sports policies.

References

- Andreani, A., Moraes, A. G., Cavalieri, B. C., & Ferreira, L. A. (2019). Os esportes coletivos na escola: reflexões sobre as atividades curriculares desportivas. *Revista de Ciência e Movimento*, 37(3), 186-199. <https://doi.org/10.31501/rbcm.v27i3.9551>
- Aranha, M. S. F. (2001). Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. *Revista do Ministério Público do Trabalho*, 11(21), 160-173.
- Bittencourt, C. M., & Reck, J. R. (2021). Políticas públicas de Governo e de Estado – uma distinção pouco complexa: necessidade de diferenciação entre modelos decisões, arranjos institucionais e objetivos de políticas públicas de Governo e Estado. *Revista de Direito Econômico e Socioambiental*, 12(3), 631-667.
- Borella, D. R. (2010). Atividade Física Adaptada no contexto das matrizes curriculares dos cursos de Educação Física. 2010. *Tese* (Doutorado em Educação Especial, Centro de Educação e Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Boschetti, I. (2009). Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CFESS/ABEPSS (Org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 1-19.
- Brasil (2000). *Lei complementar nº 101, de 4 de maio*. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm
- Brasil (1988). *Constituição Federal Brasileira*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Brasil (2023). *Lei nº 14.597, de 14 de junho*. Lei Geral do Esporte. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/lei/114597.htm
- Brasil (1994). *Lei nº 9.615, de 24 de março*. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19615consol.htm
- Brasil. (2015). *Lei nº 13.146, de 6 de julho*. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF.

- Capranica, L., Figueiredo, A., Abelkalns, I., Blondel, L., Foerter, J., Keldorf, O., Keskitalo, R., Kozsla, T., & Doupona, M. (2021). The contribution of the European Athlete as Student Network (EAS). *CCD*, 47(16), 7-17. <https://doi.org/10.12800/ccd>
- Carneiro, F. H. S., Silva, D. S., Elicker, E., & Mascarenhas, F. (2024). O orçamento público de esporte e lazer no Brasil: a participação dos entes federados (2013-2022). *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 46, e20230090. <https://doi.org/10.1590/rbce.45.e20230090>
- Carneiro, F. H. S., & Castellani Filho, L. (2021). O desigual financiamento estadual e municipal das políticas públicas de esporte e lazer pelas diferentes regiões brasileiras. *Revista brasileira de estudos do lazer*, 8(3), 1-17.
- Castro, S. B. E., Maoski, A. P. C. B., & Mezzadri, F. M. (2021). O estado do Paraná e o orçamento para o esporte 2002 a 2018. *Motrivivência*, 33(64), 1-22. <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2021.e82152>
- Costa, A. M. da, & Winckler, C. (2012). *A Educação Física e o esporte paralímpico*. Esporte paralímpico. São Paulo: Guanabara.
- Deslandes, S. F. (2010). O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: Minayo, M. C. de S.; Deslandes, S. F., & Gomes, R. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 33. ed. Petrópolis: Vozes. p. 31-50.
- Dye, T. (2010). Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In: Heidemann, F., & Salm, J. F. (Orgs.). *Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília. p. 99-129.
- Gil, A. C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas.
- Howlett, M., Ramesch, M., & Perl, A. (2013). *Política pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Luguetti, C. N., Ferraz, O. L., Nunomura, M., & Bohme, M. T. S. (2015). O planejamento das práticas esportivas escolares no ensino fundamental na cidade de Santos. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 37(4), 314314. <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2015.08.011>
- Machado, R. R., Palma, L. E., Manta, S. W., & Lehnhar, G. R. (2015). Um diagnóstico sobre a prática de atividades físicas por pessoas com deficiência visual. *Conexões*, 13(4), 33-48.
- Marconi, M., & Lakatos, E. (2002). *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Marques, U. M., Castro, J. A. M., & Silva, M. A. (2001). Atividade Física Adaptada: uma visão crítica. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, 1(1), 73-79.
- Mato Grosso do Sul. (2000). *Lei Complementar nº 087, de 31 de janeiro*. Dispõe sobre o Estatuto dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Sul. <http://aacpdappls.net.ms.gov.br/appls/legislacao/secoge/govato.nsf/66ecc3cfb53d53ff04256b140049444b/c3aad25c09897f804256c0000561af3?OpenDocument>
- Mauerberg-decastro, E. (2005). *Atividade Física Adaptada*. Tecmed. Ribeirão Preto/SP.
- Mauerberg-decastro, E., Toloí, G. G., & Cidade, R. E. (2011). Esporte para deficientes: do alto rendimento ao esporte de participação. In: Mauerberg-deCastro, E. (Org.). *Atividade Física Adaptada*. 2. ed. Ribeirão Preto: Novo Conceito. p. 531-580.
- Nascimento, R. do; Costa Jr, M. F., Oliveira, R. G., & Boschi, S. R. M. S. (2018). Qualidade de vida e motivação de atletas paralímpicos na modalidade goalball, voleibol sentado e bocha. *Revista Científica UMC*, 3(3), 14. <https://seer.umc.br/index.php/revistaumc/article/view/563>
- Organização das Nações Unidas (2006). *Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência*. Assembleia Geral das Nações Unidas. <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>
- Palma, L. E., Patias, B. C., & Feck, R. M. (2020). Atividade física e deficiência física: preferências, motivações e barreiras para a prática de atividade física. *Caderno de Educação Física e Esporte*, 18(2), 145-151.
- Pereira, L. S. S., Rodrigues, A. A. C., & De Brito, C. M. D. (2019). O lazer da pessoa com deficiência física em Belo Horizonte: um estudo preliminar. *Licere*, 22(4), 340-364. <https://doi.org/10.35699/19813171.2019.16272>
- Piggin, J. (2020). What Is Physical Activity? A holistic definition for teachers, researchers and policy makers. *Frontiers In Sports And Active Living*, 2, 1-7. <https://doi.org/10.3389/fspor.2020.00072>
- Quinaud, R. T., Nascimento, J. V., Saad, M. A., Marchi Júnior, W., & Folle, A. (2019). Demandas e distribuição de recursos do fundo estadual de esporte de Santa Catarina: análise das propostas esportivas submetidas de 2007 a 2014. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 41(3), 2019. <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2018.02.004>

- Rodrigues, D. (2006). Apresentação. In: Rodrigues, D. *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus. p. 9-14.
- Brito, A. D., Novaes, M. N. O. da S., & Santana, W. G. P. (2019). Política redistributiva como suposto instrumento de obtenção de voto: uma análise do Programa Bolsa família e comportamento eleitoral entre 2006 e 2018. *Perspectivas em Políticas Públicas*, 12(24), 331-357.
- Santos, E. S., & Carvalho, M. J. (2019). Gasto na subfunção desporto comunitário na região sul do Brasil. *Movimento*, 25, e25089-e25089. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.89583>
- Saraiva, H. (2006). Introdução à teoria da política pública. In: Saraiva, H.; Ferrarezi, E. (Org.). *Políticas públicas* – volume 1. Brasília: ENAP. p. 21-42.
- Sassaki, R. K. (2005). Inclusão: o paradigma do século 21. *Inclusão - Revista da educação especial*, 1, 1923.
- Sassaki, R. K. (2007). Nada sobre nós, sem nós: da integração à inclusão - Parte 1. *Revista nacional de reabilitação*, 10, 57, 8-16.
- Sassaki, R. K. (2009). Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação*, XII, 10-16.
- Silva, J. V. P. da. (2014). Parques esportivos como espaço e lugar de in(ex)clusão de pessoas com deficiência física e visual. 2014. *Tese* (Doutorado em Educação Física) - Universidade Católica de Brasília, Brasília.
- Silva, J. V. P., Silva, D. S., & Sampaio, T. M. V. (2018). Políticas públicas de esporte em parques e a inclusão de pessoas com deficiência. *Licere*, 21(4), 339-358. <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2018.1944>
- Silva, T. D., Santana, T. A., & Silva, R. C. O. (2015). planejamento e a estrutura financeira das políticas públicas de lazer no estado da Bahia. *Coleção Pesquisa em Educação Física*, 14(4), 121-130.
- Secchi, L. (2021). *Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções*. São Paulo: Cengage Learning.
- Secchi, L., Coelho, F. S., & Pires, V. (2020). *Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos*. 3. ed. São Paulo, SP: Cengage.
- Seron, B. B., Arruda, G. A., & Greguol, M. (2015). Facilitadores e barreiras percebidas para a prática de atividade física por pessoas com deficiência motora. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 37, 214221. <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2013.09.003>
- Seron, B. B., & Fischer, G. (2018). Esporte Adaptado na UFSC: Uma análise a partir das Manifestações Esportivas. *Extensio: Revista Eletrônica de Extensão*, 15(30), 166-180. <https://doi.org/10.5007/18070221.2018v15n30p166>
- Souza, C. (2006). Política públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, 8(16), 20-45. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>
- Sulbrandt, J. (1993). La evaluación de los programas sociales: una perspectiva crítica de los modelos usuales. In: Kliksberg, B. *Pobreza: un tema impostergable*. México: Fondo de Cultura Económica. p. 169-190. Tubino, M. J. G. (1992). *O que é esporte?* São Paulo: Brasiliense.
- Vargas, P. P. I., Oliveira, J. R. de, & Capraro, A. M. (2021). “Eu tenho saudades daquela época”: lembranças do esporte escolar extracurricular curitibano (1980-1990). *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 43, e005520. <https://doi.org/10.1590/rbce.43.e005520>
- Winckler, C. (2022). *Definindo o paradesporto*. Paradesporto Brasil + Acessível. São Paulo. <https://paradesporto.unifesp.br/repositorio/trabalhos/4018d5356bfb962b49b844d5a893c99bf9fe1.pdf>
- Winckler, C., & Oliviera, M. (2018). O esporte paralímpico e os caminhos para inclusão social. *Revista Científica da Escola Superior de Advocacia - Direito Desportivo*, 27, 176-186. https://issuu.com/esa_oabsp/docs/revista_27_-_direito_desportivo

